



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL DE SOCIOLOGIA EM REDE NACIONAL

BRUNO DE CALDAS MARTINS

MEMÓRIA E CONSTRUÇÃO SOCIAL: A GUERRA DO ARRANCA
CAPIM NO ENSINO DE SOCIOLOGIA

Paranaíba - MS

2026

BRUNO DE CALDAS MARTINS

**MEMÓRIA E CONSTRUÇÃO SOCIAL: A GUERRA DO ARRANCA
CAPIM NO ENSINO DE SOCIOLOGIA**

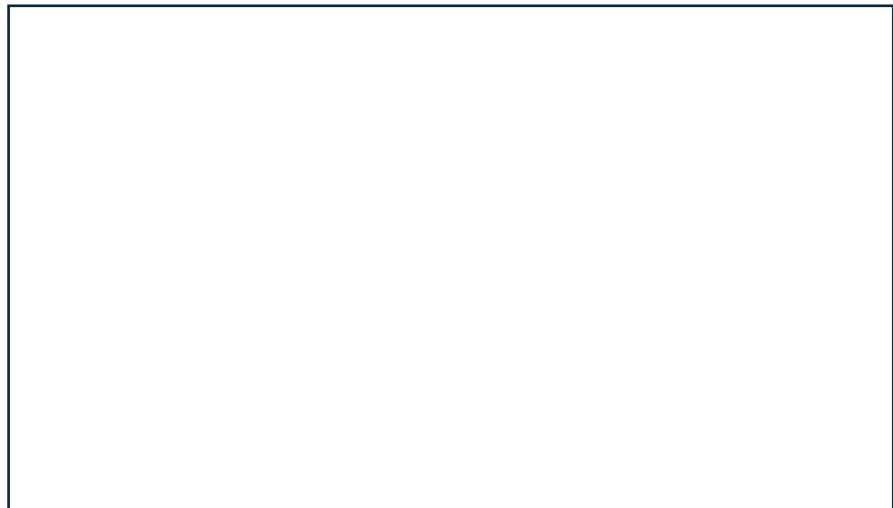
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Ensino de Sociologia, da instituição associada Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, unidade universitária de Paranaíba. Área de concentração: Ensino de Sociologia.

Orientadora: Dra. Amanda Cristina Danaga

Paranaíba - MS

2026

(Ficha Catalográfica)



BRUNO DE CALDAS MARTINS

MEMÓRIA E CONSTRUÇÃO SOCIAL: A GUERRA DO ARRANCA
CAPIM NO ENSINO DE SOCIOLOGIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Ensino de Sociologia, da instituição associada Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, unidade universitária de Paranaíba. Área de concentração: Ensino de Sociologia.

Orientadora: Dra. Amanda Cristina Danaga

Aprovado em: __/__/__.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Amanda Cristina Danaga (Orientadora)
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

Prof. Dr. Andrey Minin Martin
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Prof.^a Dra. Luciana Henrique da Silva
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

Aos meus pais, Osvaldo Martins e Adelina
Francisca de Caldas Martins, por todo amor,
carinho e apoio.

Dedico este trabalho, em memória ao meu
sogro, Nelson Real, pelo incentivo aos meus
estudos e pelo apoio fundamental que sempre
me dedicou.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço aos meus pais, Adelina Francisca de Caldas Martins e Osvaldo Martins, pois, sem eles, nada seria possível. A eles devo o interesse pelos estudos e o apoio incondicional. Agradeço à minha companheira, Ana Caroline Pereira Real, que, além de todo apoio, esteve ao meu lado nessa caminhada, a ela agradeço por todo amor e paciência. Agradeço ao meu sogro, Nelson Real, que, infelizmente, nos deixou em novembro de 2025, porém sempre me apoiou nessa trajetória, sempre demonstrou interesse pelo meu trabalho, adorava ouvir sobre a Guerra do Arranca Capim. Ficam aqui registrados meu respeito e admiração eterna. Gratidão à minha sogra, Fátima Rosa Pereira Real, por todo cuidado, apoio e por sempre ter me colocado em suas orações. Sou grato aos meus irmãos, Denise Fabiane Martins Zerbinati e Rodrigo Fabiano Martins, pela compreensão diante das minhas ausências nas reuniões de família e por terem me dado os maiores presentes, que, com toda certeza, foram combustíveis para que esse caminho tenha sido menos difícil: meus amados sobrinhos, Henrique Moreira Martins e Rafaela Martins Zerbinati. Gratidão imensa a todos os verdadeiros mestres que tive na graduação no Centro Universitário de Jales: Alessandro Henrique Cavichia Dias; Aden Assunção Lamounier; Eliana Menossi; Jémerson Quirino de Almeida; José Renato Sessino Toledo Barbosa; Léo Huber; Silvio Luiz Lofego; Widson Tainan Ros Martins, pois a eles devo o interesse e o amor à pesquisa, a eles devo minha construção como professor. Trago um pouco de cada um na minha identidade docente. Agradeço também a todos os professores que contribuíram comigo no Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional, por colaborarem com ensinamentos e aprendizados que certamente também estarão presentes no meu ser docente. Estendo meus agradecimentos aos meus colegas de curso, em especial: Bruna Nogueira Ratke; Reynoold Medeiros Duarte e Douglas de Melo Justino da Silva. Agradeço pelas parcerias nas caronas, nas estadias e nas leituras. Estivemos sempre juntos, vocês tornaram a distância de casa imperceptível. Por fim, agradeço à minha orientadora, Dra. Amanda Cristina Danaga, por todo auxílio e dedicação, pela paciência, pelo cuidado, pela compreensão e, em especial, pela humanidade que sempre teve ao tratar comigo.

[...] Se o leitor for operário
Eu peço sua atenção
A união é o forte escudo
Contra a espada da traição
Que deferem contra nós
O opressor, o tubarão

E ainda com sofrimento
Lutemos pela união
Só esta vem libertar
Operário da opressão
Ensine isto ao teu colega
Lavrador, que é teu irmão [...]

(Poema da Terra. Olímpio Pereira
Machado)

RESUMO

A presente pesquisa investiga o potencial pedagógico da história local e dos movimentos sociais de luta pela terra como subsídios para o ensino de Sociologia, partindo de uma inquietação sobre o silenciamento e lacuna no estudo da memória regional. Para isso, o estudo volta o olhar para a Guerra do Arranca Capim, conflito agrário ocorrido entre as décadas de 1950 e 1960 em Santa Fé do Sul, São Paulo. Busca-se compreender como o diálogo entre fatos históricos locais e conceitos sociológicos pode romper com narrativas hegemônicas, ditas oficiais e fortalecer a identidade crítica dos estudantes diante do apagamento de suas próprias raízes. Com o intuito de propor uma abordagem pedagógica que utilize o movimento camponês liderado por Jôfre Corrêa Netto como objeto de análise sociopolítica e de ensino, a pesquisa recorreu a jornais da época, produções artísticas, narrativas de história oral e ao documentário *Grass War!*. A partir desse levantamento, foi desenvolvida uma sequência didática, voltada a sensibilizar o estudante para os processos de desigualdade e resistência em seu próprio território. Por fim, constata-se que o trabalho com a história local promove uma aprendizagem significativa, permitindo que o aluno se reconheça como sujeito ativo e compreenda a persistência de desigualdades estruturais na questão agrária brasileira.

Palavras-chave: movimentos sociais de luta pela terra, história local, Guerra do Arranca Capim, ensino de Sociologia.

ABSTRACT

This research investigates the pedagogical potential of local history and social movements fighting for land rights as resources for teaching Sociology, stemming from concerns regarding the silencing and gaps in the study of regional memory. To this end, the study focuses on the Guerra do Arranca Capim, an agrarian conflict that took place between the 1950s and 1960s in Santa Fé do Sul, São Paulo. It seeks to understand how a dialogue between local historical events and sociological concepts can challenge hegemonic so called "official" narratives and strengthen students' critical identities in the face of the erasure of their own roots. Aiming to propose a pedagogical approach that uses the peasant movement led by Jôfre Corrêa Netto as a subject for sociopolitical analysis and instruction, the research drew upon contemporary newspapers, artistic works, oral history accounts, and the documentary Grass War!. Based on this material, a teaching sequence was developed to raise student awareness regarding processes of inequality and resistance within their own territory. Ultimately, the study finds that engaging with local history fosters meaningful learning, enabling students to recognize themselves as active agents and to understand the persistence of structural inequalities within the Brazilian agrarian issue.

Keywords: social movements fighting for land, local history, Guerra do Arranca Capim, sociology teaching.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Abordagens Teórica dos Movimentos Sociais de Acordo com Alonso (2009).....	20
Quadro 2 - Interpretações Sociológicas dos Movimentos Sociais Apresentadas por Viana (2017).....	21
Quadro 3 - Evolução das Palavras de Ordem do MST (1985–2000).....	28
Quadro 4 – A Guerra do Arranca Capim no Ensino de Sociologia.....	81

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Delimitações da Fazenda Ponte Pensa.....	36
Figura 2 – Microrregião Geográfica de Jales, SP.....	38
Figura 3 – Identificação Ideológica de Jôfre Corrêa Netto.....	41
Figura 4 – Desafio a Carvalho Pinto: Vamos Lotear as Terras de Zico Diniz em Santa Fé?.....	49
Figura 5 – Denúncia Sobre a Violência nas Terras de Zico Diniz.....	50
Figura 6 – Jôfre, o Fidel Castro Sertanejo.....	52
Figura 7 – Denúncia de Queima de Barracos e Jôfre na prisão.....	55
Figura 8 – Jôfre Recebendo Visita de Sindicalistas na Cadeia em Mirassol, São Paulo.....	56

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 CONSIDERAÇÕES CONCEITUAIS: MOVIMENTO SOCIAL DE LUTA PELA TERRA E HISTÓRIA LOCAL NO ENSINO DE SOCIOLOGIA.....	19
2.1 Movimentos sociais e movimentos sociais de luta pela terra.....	19
2.2 A questão da terra no Brasil.....	25
2.3 A história local no ensino de Sociologia.....	30
3 A GUERRA DO ARRANCA CAPIM.....	35
3.1 Das posses à propriedade privada de Zico Diniz.....	35
3.2 A luta pela permanência.....	39
3.3 O atentado contra a vida Jôfre Corrêa Netto.....	51
3.4 A “resolução” do conflito.....	58
4 PROPOSTA PEDAGÓGICA: A GUERRA DO ARRANCA CAPIM COMO SUBSÍDIO NO ENSINO DE SOCIOLOGIA.....	64
4.1 O Planejamento didático do uso da história local no ensino.....	64
4.2 O Levantamento da bibliográfico específico sobre a Guerra do Arranca Capim.....	66
4.3 Proposta temática para a utilização da Guerra do Arranca Capim no ensino de Sociologia.....	71
4.3.1 Primeira etapa: sensibilização e introdução à Guerra do Arranca Capim.....	71
4.3.2 Segunda etapa: recursos audiovisuais, o documentário <i>Grass War! Peasant Struggle in Brazil</i>	74
4.3.3 Terceira etapa: a arte como expressão, Poema da terra e a Peça Mutirão em Novo Sol.....	77
4.4 As temáticas sociológicas presentes na Guerra do Arranca Capim.....	81
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	83
REFERÊNCIAS.....	85
ANEXO A - MODELO DE CONTRATO DE ARRENDAMENTO UTILIZADO NAS FAZENDAS MARIANA E BOSQUE.....	90
ANEXO B - POEMA DA TERRA.....	93

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho e a ideia central contida nesta pesquisa são oriundos da experiência e trajetória docente do autor. A escolha em começar a apresentar o trabalho por esse viés é justamente pela natureza do programa de Pós-graduação Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional, ou seja, o programa que privilegia a atuação docente e visa produzir uma melhor qualificação do professor.

No ano de 2017, ainda na graduação de História no Centro Universitário de Jales, durante os instantes finais da aula de História Antiga, o professor Léo Huber contava-nos sobre um movimento social de luta pela terra que ocorreu na região de Santa Fé do Sul, município localizado na região noroeste do estado de São Paulo, no final dos anos 50. Conforme ele narrava o conflito e a magnitude deste evento, crescia a curiosidade e ao mesmo tempo a surpresa, pois sempre havia morado na região onde aconteceu o conflito e nunca tinha ouvido falar sobre aquele movimento até então. No caminho de volta para casa, passei a pesquisar na internet em sites e repositórios sobre o movimento, e para minha surpresa encontrei diversos trabalhos da década de 80 publicados, documentário, e publicações oficiais um tanto quanto duvidosas.

Desse lampejo, nasceu a problemática de pesquisa que acompanha minha trajetória desde a graduação até este trabalho de mestrado. Em 2017, a Guerra do Arranca Capim foi meu objeto de pesquisa na iniciação científica. Naquele período, busquei compreender o protagonismo de Jôfre Corrêa Netto, conhecido como líder do movimento na Guerra do Arranca Capim, essa foi a minha primeira experiência com pesquisa, porém despontava em mim esse desejo pela produção de conhecimento, pois apesar de cursar licenciatura, já acreditava no papel ativo do professor, não apenas como reproduzidor do saber, mas alguém que poderia produzir conhecimento. E como era de esperar, foi um processo de erros e acertos, desafios e aprendizados, porém de grande amplitude teórica.²

Iniciei minha trajetória como professor no ano de 2019, onde tive a oportunidade de trabalhar em algumas escolas da região de Santa Fé do Sul, e sempre que as orientações curriculares apontavam para temas como história local, movimentos sociais, lançava a experiência de trabalhar a Guerra do Arranca Capim, e com muita frequência, percebia que aquela mesma surpresa e encanto causada em mim em 2017, se faziam presentes nos estudantes,

¹ Graduado e mestre em História, professor do Centro Universitário de Jales.

² Para ter acesso completo ao resultado da pesquisa, ler Cavichia; Martins 2018.

que ao descobrir o movimento comentavam: “nossa, professor, foi aqui em Santa Fé mesmo?” “como nunca fiquei sabendo disso?”, ou ainda, ficavam aguçados a entrevistar familiares para entender se conheciam o movimento.

Essa apresentação mostra, ainda que de modo resumido, não apenas a trajetória do autor enquanto discente, depois pesquisador e professor, mas também revela a importância da abordagem de temas que dialogam com as realidades locais dos alunos. O aprendizado parece enriquecer quando os estudantes se implicam no conhecimento que é trabalhado em sala. A aproximação não só desperta curiosidade, como também traz elementos que permitem instrumentalizar conteúdos curriculares e habilidades específicas no ensino.

A pesquisa propõe discutir de qual forma os elementos: história local e movimentos sociais de luta pela terra, dialogam e articulam-se no ensino de Sociologia. Para tal, utilizaremos a Guerra do Arranca Capim, movimento social de luta pela terra, ocorrido entre as décadas de 1950 e 1960 em Santa Fé do Sul, no estado de São Paulo, que tem em seu cerne um momento importante nas relações capitalistas ao longo do século XX, que expressam dentre outras caracterizações, processo de grilagem, expropriação e consequentemente o fortalecimento dos movimentos sociais de luta pela terra.

Abordar a questão da terra no Brasil nunca foi, como ainda não é uma tarefa fácil, pois as dimensões de nossa história estão emaranhadas de alguma forma em conflitos pela posse e uso da terra. A conjuntura da estrutura agrária brasileira carrega problemas estruturais que remetem a “colonização” de exploração que vivenciamos, capaz de ocupar terras naturalmente constituídas, dizimar populações indígenas, se produzir mais de trezentos anos de escravidão, e assim perpassando por uma estrutura de atrelamento entre política e elite, que por vezes se modificou o regime político, seja colônia, império ou república, por outras se modificou a elite, entre o senhor de engenho, o coronel, ou o empresário do agronegócio, porém, sempre o mesmo pano de fundo, entre a não distribuição fundiária justa, o devaste a recursos naturais, e nas cadeiras políticas sempre os mesmos atores.

Entretanto, como reflexo e resultado dessa conjuntura, tivemos ao longo do tempo o desencadeamento de diversos movimentos sociais de luta pela terra, que buscaram e buscam romper com essa estrutura monopolizante, que certamente abordaremos no primeiro capítulo da dissertação.

A Guerra do Arranca Capim em questão, fornece subsídios interessantes para demonstrar essa conjuntura da estrutura agrária brasileira, pois ao traçar os principais elementos do movimento, desde a luta pela permanência na terra, expulsão dos camponeses, perseguição e tentativa de homicídio ao líder do movimento, intervenção de força militar de forma

desastrosa, e atuação do Estado em favor ao latifundiário, veremos contrastes similares aos que presenciemos nos movimentos de luta pela terra na contemporaneidade, como por exemplos em eventos como a chacina de Pau D'Arco, no estado do Pará, no ano de 2017, onde policiais militares e policiais civis assassinaram dez trabalhadores sem-terra, sob alegação de cumprir mandados de prisão³, ou como no assassinato da líder quilombola Maria Bernadete Pacífico, no ano de 2023, devido sua liderança a frente do quilombo de Pitangas do Palmares, em Simões Filho, no estado da Bahia⁴.

Ainda sobre a atuação do Estado frente aos movimentos sociais de luta pela terra, Silva Junior; Ornat; Silva (2024), apresentam uma reflexão importante:

O estado vive um paradoxo, pois depende da acumulação capitalista e por isso tende a atender aos interesses dos poderosos detentores dos meios de produção, entretanto este mesmo Estado necessita atuar como mediador das reivindicações das massas exploradas pelo processo de acumulação, a fim de garantir legitimidade de se manter como uma instituição organizadora da produção da riqueza social (Silva Junior; Ornat; Silva, 2024, p. 9).

Dessa forma, tanto nos exemplos suscitados, quanto na Guerra do Arranca Capim, temos modelos da ação ou a não-ação do Estado, corroborando diretamente com o lado mais “forte” dos envolvidos, e são esses fenômenos que analisaremos tanto sociopoliticamente, quanto pedagogicamente no âmbito do ensino de Sociologia.

Analisar aspectos relacionados ao ensino de Sociologia no Brasil também resulta em um desafio, pois a própria “sobrevivência” da disciplina nos currículos ao longo do tempo no país já se pode encarar como elemento desafiador. Desde sua institucionalização na década de 1930, seu caminho tem sido permeado entre os estágios de obrigatoriedade, retirada, não obrigatoriedade, ou seja, observamos a fragilidade e desvalorização que a disciplina enfrenta no Brasil, destacamos que discutimos esse caminho de uma maneira cronológica e ajustada, no primeiro capítulo.

Entretanto, para um diálogo introdutório e reflexivo, e para elucidar essa fragilidade e inconstância da Sociologia nos currículos, vejamos os exemplos mais contemporâneos: a Lei nº 11.684/2008 (Brasil, 2008) instituiu a obrigatoriedade da Sociologia no currículo do ensino médio, em 2017, através da Lei nº 13.415/2017 (Brasil, 2017), chamada de reforma do ensino médio, ou propriamente “novo ensino médio”, retirou a obrigatoriedade da disciplina, escancarando assim não só a desvalorização, como também o desconhecimento da importância da disciplina.

³ Para mais informações, ler: Portal G1, 2024.

⁴ Para mais informações, ler: Souza, 2025.

Destarte, o trabalho é composto de uma abordagem que busca construir uma relação entre o ensino de Sociologia e alguns temas que normalmente são associados ao ensino de História, porém a presente pesquisa busca demonstrar que essa aproximação das disciplinas é valiosa para o ensino de temas sociológicos, e para estabelecer esse “diálogo” se fez necessário compreender a relação entre História e Sociologia, principalmente a partir do século XIX na França, destacando momentos importantes, seja ora um acirrado debate metodológico, ora a “reconciliação” proposta pela escola dos Annales.⁵

“Não se pode negar que frequentemente a História e a Sociologia se encontram, se identificam, se confundem. A História e a Sociologia são as únicas ciências globais susceptíveis de estender a sua curiosidade a qualquer aspecto do social” (Braudel, 1965, p. 18).

Como aponta Braudel, esse encontro entre a História e a Sociologia, se faz presente quando analisamos um movimento social local, pois se trata de compreender processos e acontecimentos históricos e políticos, travestidos das transformações sociais, sejam elas conflitos, lutas identitárias, dentre outras, advindas do relacionamento entre os atores que vivenciam o movimento.

No que se refere ao atendimento dos requisitos do Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional – PROFSOCIO, a presente pesquisa se enquadra na modalidade dissertação, e na linha de pesquisa “Educação, escola e sociedade”. Trata-se de uma pesquisa de revisão bibliográfica e documental, com acesso aos jornais e notícias veiculadas a respeito da Guerra do Arranca Capim, com uma abordagem de pesquisa qualitativa, onde contamos principalmente com a contribuição da obra “Pesquisa qualitativa do início ao fim”, de Yin (2016). Para essa pesquisa, também foram utilizados relatos e narrativas de pessoas envolvidas no movimento, publicizada no texto de Cavichia; Martins (2018)⁷, e em relatos e discursos presentes no documentário “*Grass War Peasant Struggle in Brasil! Guerra do Capim! A Luta Camponesa no Brasil*” (2001), onde foi possível conhecer, analisar e confrontar os discursos dos diversos atores envolvidos na Guerra do Arranca Capim.⁸

⁵ A Escola dos Annales foi um movimento de estudos históricos que começou na França no século XX. Em 1929, foi publicada a revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, idealizada por Lucien Febvre e Marc Bloch.

⁶ Embora existam reportagens veiculadas em vários jornais, o jornal Terra Livre foi imprescindível para a pesquisa, pois o jornal esteve em circulação no período de 1954-1964, publicizando e divulgando ações da luta camponesa por direitos, frente aos seus patrões.

⁷ O texto citado é de produção nossa, sendo que na produção do texto, foi entrevistado José Correia de Lira, que foi arrendatário de Zico Diniz.

⁸ O documentário *Grass War! Peasant Struggle in Brasil/ Guerra do Capim! A Luta Camponesa no Brasil*, de Welch; Perrine (2001), trata de recontar os processos da Guerra do Arranca Capim, centralizando a discussão no líder do movimento: Jofre Correa Netto, sendo o documentário fundamental para recuperar narrativas e relatos citados neste trabalho, sobretudo no capítulo 2.

Assim, buscamos compreender como os movimentos de luta pela terra e a história local podem subsidiar o ensino de Sociologia, por meio de um debate teórico entre os conceitos e a trajetória da disciplina no Brasil, apresentado a Guerra do Arranca Capim, destacando sua relação com o contexto histórico, político e social do período, porém demarcando suas especificidades que podem ser abordadas pelos professores de Sociologia da localidade do conflito. A finalidade é demonstrar como a Guerra do Arranca Capim pode ser trabalhada pedagogicamente na aula de Sociologia, constituindo um modelo que possa ser replicado por professores, de acordo com sua realidade e contexto históricos dos estudantes.

Justifica-se, que nosso trabalho não só entende o papel importante da história local e do trabalho com movimentos sociais de luta pela terra no ensino de Sociologia de forma teórica e metodológica, como também compreendemos que o mesmo atende princípios da Base Nacional Comum Curricular, observemos o que diz a primeira competência específica de ciências humanas e sociais aplicadas para o ensino médio:

Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica (Brasil, 2018, p. 570).

Portanto, trabalhar e compreender os processos e o contexto da Guerra do Arranca Capim, atende diretamente aos preceitos da BNCC e, em específico na habilidade citada, pois oferece a possibilidade do estudante analisar criticamente o processo de formação local, perpassando os acontecimentos políticos, sociais e econômicos, em especial no nosso caso, quando esses acontecimentos culminam em um movimento social.

E, por se tratar do trabalho com a localidade, ressalta-se que, na organização do Currículo Paulista - Etapa Ensino Médio (2020), na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, a proposta de pesquisa encontra respaldo na Habilidade EM13CHS104, no componente curricular Sociologia, no tema: "conceitos de aculturação e assimilação nos grupos sociais; na indústria cultural; nos meios de comunicação e na memória local, regional, nacional e mundial" (São Paulo, 2020, p. 180-181). Também se relaciona à Habilidade EM13CHS106, que propõe utilizar as linguagens cartográfica, gráfica e iconográfica, diferentes gêneros textuais e tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais, incluindo as escolares, para se comunicar, acessar e difundir informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva (São Paulo, 2020, p. 181-182).

Para tanto, o trabalho está organizado em três capítulos. No primeiro capítulo, buscamos discutir conceitos basilares da pesquisa, como: movimentos sociais; movimentos sociais de luta pela terra; história local, bem como esses elementos podem contribuir com o ensino de Sociologia.

No segundo capítulo, buscamos apresentar o movimento “Guerra do Arranca Capim”, abordando desde a formação histórica da localidade, a posse das terras pelo fazendeiro, descumprimento dos contratos, movimento de defesa dos arrendatários, até o desfecho final do movimento.

Por fim, no terceiro capítulo objetivamos estabelecer a culminância das discussões apresentadas nos capítulos anteriores, pois apresentamos possibilidades do trabalho da Guerra do Arranca Capim nas aulas de Sociologia. Demonstrando assim, uma possibilidade de trabalho, sendo essa passível de ser replicada com outros movimentos sociais, a depender da realidade e localidade de cada professor e de seus estudantes.

Enfim, após a apresentação do trabalho, gostaríamos de fazer uma última observação ligada ao planejamento e execução desta pesquisa. O Programa de Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional, proporciona três possibilidades de trabalho final de curso, sendo essas modalidades: produção didática, intervenção pedagógica ou dissertação convencional.

Como já citado acima, nosso trabalho se situa na modalidade dissertação convencional, porém o pré-projeto bem como a ideia primária, objetivava a produção de material didático, onde idealizamos a produção de uma cartilha pedagógica sobre a Guerra do Arranca Capim que pudesse subsidiar professores de Sociologia que atuassem na região de Santa Fé do Sul-SP, bem como ser material de inspiração a outros professores interessados em resgatar e trabalhar com história local ou movimentos sociais de luta pela terra com vossos estudantes. Contudo, mediante os trâmites burocráticos que se exigiriam para a realização de tal pesquisa, buscamos contato com uma escola da região citada, a(o) dirigente responsável pelo estabelecimento foi bem solícito(a) e gostou da proposta que vislumbrava o trabalho prático com estudantes.

Porém, quando esse(a) dirigente buscou autorização junto aos seus superiores para que nosso projeto fosse realizado na escola, rapidamente recebeu uma negativa, com as seguintes justificativas “não é possível porque os estudantes estão concentrados no SARESP (Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo) e também nas plataformas de aprendizagem”.

Mediante a negativa e sendo impossibilitada a realização nosso planejamento inicial, realizamos às adequações necessárias, no entanto, acreditamos que esse registro se faz importante no período histórico que este trabalho está sendo produzido, em meio a tantos

embates em torno de terceirização e “plataformização” que a educação estadual de São Paulo vem sendo posta, vejamos a recusa de um trabalho que envolveria a inter-relação do conhecimento entre a universidade e a escola pública, sendo negada por tais justificativa. Informamos, que no terceiro capítulo trazemos além da discussão teoria do trabalho pedagógico com a Guerra do Arranca Capim, sugestões didáticas que certamente estariam na idealizada cartilha.

2 CONSIDERAÇÕES CONCEITUAIS: MOVIMENTO SOCIAL DE LUTA PELA TERRA E HISTÓRIA LOCAL NO ENSINO DE SOCIOLOGIA

2.1 Movimentos sociais e movimentos sociais de luta pela terra

Nesse capítulo, buscamos oferecer conceituações teóricas que estão no esteio da proposição da pesquisa. Além de fornecer essa base necessária e tocar em alguns chamados temas clássicos ou já revisitados nas ciências sociais, também apresentaremos as delimitações e opções metodológicas adotadas.⁹

Para iniciar, é imprescindível discutir o conceito de movimento social, para que possamos apresentar e caracterizar os movimentos sociais de luta pela terra, como a Guerra do Arranca Capim, pois somente assim podemos fazer as plausíveis análises pretendidas.

Silva (2016) salienta que para abordarmos as definições de movimentos sociais, é importante ressaltar que essas discussões acerca da ação coletiva emergem a partir de 1930 aproximadamente. Gohn (2000) aponta que foi a partir dos anos 60 que os movimentos sociais ganharam espaço e *status* de objeto científico requerendo várias teorias. A autora ainda frisa que apesar do interesse dos cientistas sociais, e da ocorrência de ciclos efetivos da “explosão” de diferentes movimentos sociais, algumas lacunas permanecem como problemas não solucionados, embora contemplados na literatura, ainda carecem de resolução.

Namuholopa (2021), aponta que a conceituação dos movimentos sociais é dificultosa, pois há várias abordagens que são difíceis de comparar, uma vez que cada autor acentua elementos diferentes. Essa afirmação do autor ficou evidente para nós na medida em que aprofundamos nossa pesquisa, por exemplo notamos que Alonso (2009) ao analisar a evolução das principais teorias que buscam explicar os movimentos sociais, os apresentam como Teoria de Mobilização de Recursos (TMR), a Teoria do Processo Político (TPP) e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS), já Viana (2017), apresenta em sua análise sociológica dos movimentos sociais, a partir de três abordagens: Abordagem Institucionalista, Abordagem Neoinstitucionalista e Abordagem Culturalista.

De forma a manter uma maneira mais objetiva de apresentar as teorias citadas pelos autores acima, organizamos as informações analisando e classificando as teorias a partir de três determinações: a) foco, onde buscamos sintetizar o objetivo central dos movimentos sociais de

⁹ Para uma leitura aprofundada da trajetória do conceito de movimento social, desde aqueles formulados nas principais escolas sociológicas até a trajetória do conceito na pesquisa brasileira, ler Gohn, 2000.

acordo com cada teoria; b) principais autores, onde apontamos os principais teóricos de cada teoria na visão de Alonso e Viana; c) conceitos-chaves, campo onde buscamos demonstrar os principais conceitos de cada teoria.

Quadro 1 - Abordagens Teórica dos Movimentos Sociais de acordo com Alonso (2009)

TEORIA	FOCO	PRINCIPAIS AUTORES	CONCEITOS-CHAVE
Teoria da Mobilização de Recursos	Aspectos micro-organizacionais e estratégicos da ação coletiva.	McCarthy e Zald	Essa teoria enfatiza a importância dos recursos materiais e organizacionais para a mobilização dos movimentos sociais. Ela praticamente negligencia o simbolismo e as questões culturais
Teoria do Processo Político	O ambiente macro-político e o papel da cultura na mobilização.	Sidney Tarrow e Charles Tilly	Considera que os movimentos são influenciados por estruturas políticas e culturais, incluindo o contexto de governo, oportunidades políticas e o ambiente ideacional
Teoria dos Novos Movimentos Sociais	Aspectos simbólicos, cognitivos, emocionais.	Touraine, Habermas e Melucci	Destaca a importância de elementos culturais, identitários e emocionais. Criação de uma mudança social cultural, onde as reivindicações se deslocam do trabalho para a vida cotidiana, envolvendo valores e identidades

Fonte: Adaptado de Alonso (2009).

Quadro 2 - Interpretações Sociológicas dos Movimentos Sociais Apresentadas por Viana (2017)

TEORIA	FOCO	PRINCIPAIS AUTORES	CONCEITOS-CHAVE
Abordagem Institucionalista	Enfatiza o papel do aparato estatal e das instituições na origem e desenvolvimento dos movimentos sociais	Olson, Zald, McCarthy	Estruturas de mobilização, movimentos sociais organizados, oportunidade política, conflito com o Estado
Abordagem Neoinstitucionalista	Amplia a análise ao incorporar estruturas de oportunidade, quadros interpretativos e elementos culturais	Sidney Tarrow, Charles Tilly (com ressalvas), McAdam, Gohn	Estruturas de mobilização, quadros interpretativos (" <i>frames</i> "), cultura, repertórios, elites e crise política
Abordagem Culturalista	Destaca o papel de elementos culturais, símbolos, subjetividade e identidades nos movimentos	Touraine, Melucci, Offe, Alonso, Gohn	Novos sujeitos, subjetividade, símbolos, micropolítica, crítica à ortodoxia marxista, individualismo dissipador da totalidade

Fonte: Adaptado de Viana (2017).

Importante ressaltar que Viana (2017), em seu texto, destaca que as abordagens mencionadas por ele ficaram conhecidas por outras nomenclaturas antes de explicitar cada uma delas, mas divergindo em pontos. Ele destaca, por exemplo, que a Abordagem Institucionalista, que ficou conhecida como Teoria da Mobilização de Recursos, não constitui uma teoria no sentido restrito do termo e sim uma abordagem sistemática dos movimentos sociais, uma semi-ideologia.

Observando o campo “foco” e o campo de “conceitos-chaves” nas interpretações de Alonso e Viana, notaremos que em raros momentos apresentam termos similares, porém, ao analisarmos o campo de “principais autores” veremos que Alonso e Viana enquadram os

autores de cada teoria com certa correspondência. Esse fato explicita que cada autor, a partir de sua visão peculiar crítica, constrói sua observação, demonstra também como o campo de movimentos sociais não há uma única possibilidade de teorização.

Após essa breve discussão sobre as teorias que buscam compreender a “teoria” sobre os movimentos sociais, vamos analisar especificamente o conceito de movimento social. A definição de movimento social também passa pela concepção teórica de cada autor, não existindo um conceito genérico e sim de certa maneira se faz um conceito polissêmico a depender do contexto empregado, vejamos algumas conceituações de forma objetiva:

Segundo Melucci (1989), o movimento social pode ser definido como uma forma de ação coletiva baseada na solidariedade, distendendo um conflito, rompendo limites de um sistema em que ocorre a ação. Alain Touraine (1989), define movimento social como uma forma de ação coletiva que busca promover mudanças sociais e desafiar sistemas de dominação.

Podemos perceber que ambos os autores destacam o caráter coletivo para se classificar um movimento social, e também a justaposição a um sistema, porém, apesar dos autores serem classificados como teóricos da teoria dos Novos Movimentos Sociais, cada autor tem seu próprio desenvolvimento teórico.

Segundo Alonso (2009), Melucci destaca que vivemos numa sociedade onde as relações sociais são bastante influenciadas por informações e tecnologia, e que o conflito, nesse contexto, surge na interação entre esses elementos. Essa visão faz parte de uma teoria que vê a sociedade atual como uma sociedade pós-industrial, complexa e onde os espaços público e privado se misturam bastante. Nessa realidade, o controle social e a produção de informações passam a ter um papel fundamental na forma como o poder é exercido na sociedade da informação.

Por outro lado, Touraine (1989), aborda o tema focando na combinação de racionalidade e emoção na formação dos Movimentos Sociais. Ele destaca a importância dos atores sociais na transformação cultural, especialmente na criação de novos movimentos como resposta às mudanças sociais em uma estrutura maior que também apresenta conflitos entre diferentes formas de dominação, principalmente as culturais (Alonso, 2009).

Poker; Arbarotti (2015), distinguem os movimentos sociais atuais em “novos movimentos sociais” e “novíssimos movimentos sociais”:

Novos movimentos sociais, os sujeitos se constituem e são mobilizados por fatores identitários, referências simbólicas, exemplos: luta por moradia, por direitos das minorias, sexualidade. Novíssimos movimentos sociais, consiste no fato que as demandas são dirigidas às organizações que compõe o chamado sistema internacional, ao invés de serem dirigidas a um Estado específico, são constituídos de sujeitos de diferentes matrizes-socioculturais, de diversas nacionalidades e países, e criam

“redes” entre si para atuação, exemplos: movimentos ambientais transnacionais, de luta por direitos humanos (Poker; Arbarotti, 2015, p. 19-20).

Entretanto, essas abordagens teóricas e os conceitos de movimentos sociais apresentados, são objeto de um latente debate em torno da relação dos movimentos sociais com o marxismo. Alguns teóricos como veremos adiante, apontam que não há uma teoria dos movimentos sociais que seja de análise marxista e que essas teorias criam generalizações e desconsideram o fato dos conflitos terem suas raízes no capitalismo, pois ainda que observemos movimentos sociais contemporâneos como por exemplo movimentos envolvendo identidade, raça, gênero, não deixam de ter relação com luta de classe. Dessa forma, para situar nosso trabalho e nossa escolha metodológica conceitual precisamos acessar tal debate no campo teórico, mesmo que não seja a centralidade dessa dissertação.

Conforme Viana (2017), os movimentos sociais são um fenômeno da sociedade moderna, o autor também expressa uma crítica a autores que afirmam que esses movimentos existiam nas sociedades antes do capitalismo, afirmando que o existiam antes eram movimentos de classes sociais, protestos e revoltas, mas não eram considerados movimentos sociais propriamente ditos. Isso acontece porque, para o autor, somente na sociedade capitalista surgem as condições necessárias para que esses movimentos aconteçam, como os meios de comunicação, a divisão social do trabalho mais ampla e a formação de uma sociedade civil organizada.

Silva (2016), aponta que o pensamento marxista não foca especificamente nos movimentos sociais, mas serve de inspiração para outros autores que abordam a ação coletiva. Além disso, essa ideia de unir pessoas da mesma classe como uma ferramenta para promover mudanças sociais é uma maneira de aplicar o pensamento de Marx aos movimentos sociais atuais, mesmo que os indivíduos façam parte de grupos sociais diferentes.

Os movimentos sociais não aparecem de repente junto com o capitalismo. Na verdade, os primeiros passos da sociedade capitalista foram se formando ao longo de um longo período. Foi só no século 16 que o comércio e o capital começaram a ficar fortes o bastante para permitir a criação e o crescimento do modo de produção capitalista, junto com suas formas sociais relacionadas. A medida que as relações de produção capitalistas se desenvolvem, a burguesia se fortalece cada vez mais, isso permite que ela crie suas próprias ideias, organize seus grupos e também conquiste o poder no Estado, ajustando-o para manter o novo modo de dominação que ela estabelece. Foi durante os séculos 18 e 19 que o sistema capitalista realmente se firmou, passando a dominar outros modos de produção e influenciando bastante as formas sociais, que passaram a organizar as relações sociais de uma maneira mais moderna dentro da sociedade

capitalista, vale ainda destacar que as revoluções burguesas tiveram um papel fundamental nesse processo de transformação (Viana, 2017).

Nossa compreensão para o caso da Guerra do Arranca Capim, se aproxima da concepção analisada por Viana (2017), de que os movimentos sociais são elementos da sociedade moderna e que para conceituar ou classificar um movimento social, temos que observar a partir das consequências e condições exercidas pelo capitalismo na sociedade, pois é a sociedade capitalista fornece e aprofunda os abismos sociais, econômicos, políticos e identitário.

Além disso, também acolhemos como norteador teórico para nosso trabalho, os apontamentos de Galvão (2011), que foi de importância extrema sobretudo para compreensão das leituras apresentadas até aqui, mas essencialmente por destacar que os movimentos sociais não são necessariamente uniclassistas, podendo envolver múltiplas classes ou grupos diferentes posições de classe, o que de certa maneira enriquece mais e torna mais complexa sua análise.

A despeito dos movimentos sociais estarem intrinsecamente ligados às consequências do capitalismo, associados ao sindicalismo e ao operariado, vale ressaltar que movimentos anteriores como os ligados às mobilizações pela redução dos valores pagos com impostos, disputas pelo acesso à terra ou, ainda, insurgências populares por liberdade e acesso aos direitos já existiam.

Essa discussão conceitual sobre movimentos sociais abre caminho para outra demanda teórica sobre a Guerra do Arranca Capim, cerne deste trabalho. Este episódio não se constitui apenas enquanto um movimento social, e sim como um “movimento social de luta pela terra”, pois, como cita Medeiros (1989), os movimentos sociais de luta pela terra são aqueles que colocam o trabalhador rural como agentes capazes de se mobilizar em torno de reivindicações e de lutar com forças políticas e sociais. Aliás, com a ressalva que entendemos que ao utilizar a categoria de “trabalhador rural” de Medeiros (1989), está incluindo arrendatários, colonos, camponeses, terminações que nos interessam, em especial os camponeses¹⁰, termo empregado na nossa leitura sobre a Guerra do Arranca Capim.

Destacamos agora a opção da abordagem nominal da “Guerra do Arranca Capim”. Em ordem cronológica, nos trabalhos em que acessamos, Chaia (1980) utiliza “Os conflitos de arrendatários em Santa Fé do Sul”; Muramatsu (1984), apresenta o movimento em seu trabalho como “Revoltas do Capim”; Reis (1990), intitula seu trabalho por “Tensões sociais no campo:

¹⁰ Apresentamos a escolha pelo termo camponês na próxima seção deste capítulo, onde discutimos a questão da terra no Brasil.

Rubinéia e Santa Clara D'oeste". Estas três produções poderíamos destacar como a tríade de trabalhos que embasa as pesquisas posteriores, inclusive a nossa.

Entretanto, foi por meio das contribuições de Clifford Andrew Welch, que optamos em utilizar o nome "Guerra do Arranca Capim", pois a partir do vasto trabalho do mesmo, entendemos como a melhor conceituação, por compreender que essa terminologia mantém vívida a potência do movimento e é a categoria mais assimilada no contexto local¹¹. Sendo esta escolha também motivada por entendermos que essa nomenclatura mantém o caráter de resistência, visto que quando Paulo Vanzolini responsável por representar o Estado e intervir no movimento, quando questionado sobre o nome Guerra do Arranca Capim, o mesmo respondeu com menosprezo e com claro intuito de enfraquecer a ação de resistência camponesa: "Guerra do Capim" (risos), é uma coisa inventada" (Welch; Perrine, 2001, 05:25).

Por fim, classificamos A Guerra do Arranca Capim como movimento social de luta pela terra, onde "luta pela terra" já expressa a especificidade do movimento estudado, o caráter de disputas que vão além da posse da terra, é a luta muitas vezes para poder ter o direito de se alimentar, o direito a ter um lar, o direito a permanecer vivo. Foi esse o cenário de um lado o latifundiário de outro os camponeses, no centro o Estado, agindo em prol a manter estruturas latifundiárias, é tão histórico quanto atual, é a história e situação agrária brasileira.

2.2 A questão da terra no Brasil

A proposta aqui não se trata de fazer apenas um revisionismo histórico acerca da pouca evolução por direito à propriedade no Brasil, o objeto é pautar nossa análise no período da Guerra do Arranca Capim, porém, ainda que não seja o objetivo máximo, é imprescindível que observemos o passado, e que apontemos o que estamos vivenciando no presente, pois em um momento recente no governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), observamos não só o descaso com a questão da terra como a tentativa de criminalização dos movimentos sociais que lutam pelo direito à propriedade, como também na proposição da lei "antiterrorismo"¹², ou ainda em falas escancaradas como: "[...] não demarcarei um centímetro quadrado a mais de terra para indígenas", proferida durante encontro com parlamentares em 2018¹³. E não se exauem por aí os

¹¹ Essa observação foi constatada pelas pesquisas anteriores do autor sobre a Guerra do Arranca Capim, no trabalho Cavichia; Martins 2018.

¹² O governo do presidente Jair Bolsonaro enviou à Câmara dos Deputados o Projeto de lei 1595/2019 para atualizar a Lei Antiterrorismo que visava abrir precedente para criminalizar movimentos sociais.

¹³ Acesso à matéria completa em Hirabahasi (2018).

tempos de ameaças, assistimos em 2023 à chamada CPIMST, onde nitidamente o objetivo era atacar o movimento na busca por enfraquecê-lo¹⁴.

Somado a isso, os dados da concentração fundiária brasileira demonstram como a questão da terra no Brasil pouco se alterou ao longo do tempo, pois de acordo com o Censo Agropecuário de 2017, apenas 1% dos grandes proprietários possuem cerca de 47,6% das terras agrícolas do Brasil. Em contraste, as pequenas propriedades, que têm até 10 hectares, ocupam apenas 2,3% do total de terras (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019).

Todavia, essa análise contemporânea pontua uma trajetória contínua de não resolução da questão agrária brasileira, pois poderíamos resgatar até os primórdios da formação do que veio a se entender como território brasileiro, e observamos cronologicamente: a invasão do território, a escravidão e o genocídio das populações originárias, doação das sesmarias, formação das capitanias hereditárias, longo período de escravidão, que demarcam um ciclo que se adapta e modifica em alguns pontos, porém há uma estrutura que não se modifica, uma classe política que independente do regime político, seja no império ou na república, sempre agiram e agem em favor de uma elite que quase sempre se ocupa ou se representa na política, e sempre o povo à mercê dessa estrutura, sofreram e sofrem em detrimento dessa estrutura.

Em um panorama histórico para discutir o direito a posse da terra no Brasil, Silva Junior; Ornat; Silva (2024) apontam que a Lei de Terras nº 601, de 18 de setembro de 1850, representou a primeira forma de regularização das ocupações irregulares existentes até então, permitindo a validação de concessões mediante comprovação de posse útil ou cultivo das terras. Com a Constituição de 1891, os estados adquiriram autonomia para legislar sobre as terras devolutas, decidindo sobre formas de aquisição e legitimação, o que acabou beneficiando desproporcionalmente os grupos poderosos regionais. Já em 1964, o Estatuto da Terra (Lei 4.504) trouxe regulamentações mais detalhadas acerca das terras devolutas, complementado pela Lei 6.969 de 1981, que instituiu a usucapião especial aplicável tanto às propriedades privadas quanto às devolutas. Contudo, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, essa possibilidade foi revogada no que diz respeito às terras devolutas.

No período em que ocorre a Guerra do Arranca Capim, o país passa por uma ebulição de conflitos agrários, e não podemos deixar de citar as Ligas Camponesas, que foram associações de trabalhadores do campo gestadas inicialmente no estado de Pernambuco,

¹⁴ Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, de relatoria do deputado Ricardo Salles PL-SP (Câmara dos deputados, 2023).

posteriormente na Paraíba e no estado do Rio de Janeiro, Goiás, sendo levadas posteriormente, a outras regiões do Brasil.

As Ligas Camponesas são protagonistas nos mais importantes levantes populares no cenário político e social brasileiro nas décadas de 50-60. As ligas possuíam um caráter reivindicatório, passando a questionar, dentre outros elementos, os grandes latifúndios e a expropriação camponesa da terra. Bastos (1984) acrescenta a busca em soluções para a melhoria das condições de vida e de trabalho, o direito à organização, extensão da legislação trabalhista ao campo e ajuda efetiva na economia camponesa.

Porém, com o golpe militar de 1964 e por consequência o início da ditadura militar, as Ligas Camponesas foram sufocadas, não só as Ligas como os movimentos sociais de ordem reivindicativa, além da rotulagem de desenvolvimentista e “modernistas” que foram empregues no período, influenciando diretamente a questão agrária/fundiária do país.

Sobre a situação fundiária do Brasil durante a ditadura militar, Silva (2007, p. 50) cita:

No período autoritário, as propostas de modernização do campo acabaram por intensificar a concentração de terras no Brasil, visto que os incentivos e as políticas agrárias eram voltados aos grandes produtores, promovendo, por conseguinte, a industrialização da agricultura.

Contudo, o maior movimento de organização camponesa e de luta, capaz de mobilizar forças e fazer resistência, lutando pelo direito do acesso a terra, foi o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, criado oficialmente em 1984, tem em sua gestação, em grande parte as cicatrizes históricas da má distribuição fundiária do Brasil, como também nasce em uma resposta a um período obscuro da ditadura militar, porém de grandes discussões democráticas, visto o período de redemocratização.

Em 1984, foi realizado, na cidade de Cascavel, no estado do Paraná, o Primeiro Encontro dos trabalhadores rurais sem-terra, onde se deu início à articulação nacional das lutas dos sem-terra. Em 1985, aconteceu o Primeiro Congresso Nacional dos Trabalhadores Sem Terra em Curitiba, no Paraná. Depois desse evento, o movimento passou a lutar por uma reforma agrária que fosse controlada pelos próprios trabalhadores, eles também passaram a defender a desapropriação de todas as fazendas com mais de 500 hectares, a expropriação das terras das multinacionais, a revogação do Estatuto da Terra e a criação de novas leis relacionadas ao tema (Baldi; Orso, 2013).

Investigar as palavras de ordem do MST é um exercício analítico fundamental para compreender as transformações e o amadurecimento do movimento face às mudanças no cenário político brasileiro. Essas divisas sintetizam os objetivos centrais e as táticas de mobilização de cada período, demonstrando como o movimento dialoga com a realidade

nacional e ajusta o seu foco de atuação. A fim de visualizar essa evolução e o balanço político construído pelo movimento, o Quadro 3 apresenta as diretrizes estabelecidas nos quatro primeiros congressos nacionais:

Quadro 3 - Evolução das Palavras de Ordem do MST (1985–2000)

Ano / Evento	Palavra de Ordem	Motivo / Significado da Palavra de Ordem
1985 – 1º Congresso do MST	Sem reforma agrária não há democracia	Enfatiza que a democratização do país depende da distribuição justa da terra; relaciona a luta pela reforma agrária à construção de uma sociedade democrática após o fim da ditadura.
1990 – 2º Congresso do MST	Ocupar, resistir e produzir	Expressa a estratégia prática do movimento: ocupar terras improdutivas, resistir à repressão e produzir nelas, demonstrando a viabilidade econômica e social da reforma agrária.
1995 – 3º Congresso do MST	Reforma agrária: uma luta de todos	Representa a ampliação do discurso do MST, buscando envolver a sociedade urbana e outros setores sociais na defesa da reforma agrária como um tema de interesse nacional.
2000 – 4º Congresso do MST	Reforma agrária: por um Brasil sem latifúndio	Reafirma a crítica à concentração fundiária e defende uma transformação estrutural no campo, visando justiça social e fim dos grandes latifúndios.

Fonte: Adaptado de Fabrini 2007.

Em especial, na Guerra do Arranca Capim, como veremos com mais detalhes no capítulo 3 desta dissertação, a luta teve um duplo caráter: inicialmente foi a luta pela permanência nas terras, a luta por ter direito a produzir seu próprio alimento. No segundo

momento, quando o movimento ganha a liderança de Jôfre Corrêa Netto, e o mesmo atrai o interesse político, a luta ganha novos conceitos, daí a luta passa a ser endereçada à reforma agrária, vai além de enfrentar os interesses produtivos de Zico Diniz, a luta passa a ser por direitos, como dizia Jôfre Corrêa Netto em uma espécie de discurso mobilizador: “a terra tem que ser daqueles que nela trabalham, e não dos bois do Zico” (Cavichia; Martins 2018).

Importante ressaltar que ao nos referirmos aos arrendatários no nosso trabalho, utilizamos a categoria “camponeses” que traz consigo uma escolha teórica debatida na seção anterior, pois compreendemos que além de manter uma sincronia com os trabalhos de Chaia (1980); Muramatsu (1984); Reis (1990); o camponês traz consigo um caráter de diferenciação e de resistência, como aponta Fabrini (2007):

Aos camponeses foram feitas várias interpretações, sendo considerados desde um obstáculo para o desenvolvimento da sociedade, passando pela barbárie, atribuída à sua condição de classe social, até as profecias do desaparecimento com a intensificação das relações capitalistas. Outras interpretações ainda apontam para uma importante produção familiar, denominada agricultura familiar, mas não deve ser classificada de camponesa em vista dos diferentes vínculos e relações engendradas no processo de produção que está inserida. Por outro lado, é importante destacar que a construção do lugar social dos camponeses está relacionada às suas lutas e resistências, realizadas em diferentes espaços e momentos históricos (Fabrini, 2007, p.09).

Dessa forma, entende-se que os camponeses constituem uma classe social que se constitui por meio do engajamento na luta pela preservação de seus valores, de sua formação social e cultural, em oposição a outros valores, ideias e modos de vida. Suas práticas são orientadas pela defesa de seus costumes. Assim, as transformações ocorridas no contexto do campesinato representam uma busca por aquilo que constitui sua identidade fundamental: a terra, e as mudanças promovidas ao longo do processo de luta não devem ser interpretadas como negação dessa identidade, mas sim como parte integrante dela (Martin, 2016, p. 288).

Portanto, além de compreender o caráter político e de resistência do termo camponês e que essa classe também vai experimentando “atualizações” de suas formas de luta devido aos processos de mudanças tanto políticos quanto de mudanças fundiárias que o campo experimentou, entendemos que os camponeses que estiveram na Guerra do Arranca Capim nas décadas de 1950-1960, enquadram-se nas análises de Ricci (1999), *apud* Martin (2016, p. 296), que aponta que a condição de camponês deste período representava uma figura social em processo de transição, resultante da intensa expropriação do latifúndio e do confronto com um modo de vida tradicional do homem do campo. Essa figura sintetizava uma experiência e um modo de viver e trabalhar a terra, os quais, diante dessas transformações, impulsionaram esses indivíduos a emergirem como atores políticos na busca por reconhecimento e inserção social.

2.3 A história local no ensino de Sociologia

Nessa seção do capítulo, daremos uma guinada àquele que é o objetivo pedagógico e prático do trabalho, e pensaremos sobre a Guerra do Arranca Capim e suas contribuições para o ensino de Sociologia.

Como já destacado na introdução do trabalho, a própria trajetória da disciplina nos currículos escolares já tem sido um elemento desafiador, sendo que sua institucionalização na década de 1930, esteve pautada em suas “idas e voltas” entre a obrigatoriedade, retirada, não obrigatoriedade, ou seja, comprovando a fragilidade e desvalorização que a disciplina enfrenta no Brasil.

A partir de uma reflexão notamos que a Sociologia se tornou disciplina obrigatória nos currículos escolares na Reforma Rocha Vaz, em 1925; em 1928, foram introduzidas no currículo as disciplinas Sociologia Geral e Sociologia da Educação, ministradas no colégio Pedro II; ambas passam ser consideradas disciplinas gerais no currículo das escolas normais primárias, devido a reforma do ministro Francisco Campos, em 1931; em 1942, a reforma Capanema¹⁵ coloca fim à obrigatoriedade do ensino de Sociologia, permanecendo apenas no curso normal como Sociologia Educacional (Wieczorkiewicz, 2022).

As décadas seguintes, foram palco de debates e movimentações em busca da volta da disciplina a obrigatoriedade dos currículos, porém o que nem mesmo com a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, em 1961, a disciplina foi devolvida ao currículo. Posteriormente, com o golpe militar em 1964, como aponta Santos (2002) *apud* Wieczorkiewicz (2022), a Sociologia foi eliminada dos currículos através do Decreto nº 869/1968, sendo substituída pelas disciplinas Organização Social e Política Brasileira, no segundo grau; Estudos de Problemas Brasileiros, no ensino superior; e Educação Moral e Cívica.

Foi na década de 1980, no chamado período de redemocratização, que a bandeira da luta pela disciplina voltou com mais efervescência, pois visto que era o momento em que se buscava desarranjar os elementos autoritários, violentos e silenciadores provocados pela ditadura. Mas, talvez aquela parecia ser a maior abertura não só política, mas que de uma maneira direta, foi objeto de frustração, pois, a Lei 9.394/96, nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (Brasil, 1996), não contemplou a esperada reinserção da obrigatoriedade

¹⁵ Lei Orgânica do Ensino Secundário e foi instituída pelo Decreto-lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942.

da Sociologia, apenas tocou em seu nome no artigo 36, onde de forma rasa apontava para o conhecimento da Filosofia e da Sociologia, como importantes e necessários para o exercício da cidadania.

Importante ressaltar, que o objetivo do nosso texto não é fazer um revisionismo histórico da trajetória da Sociologia no Ensino Médio por completo, apenas percorremos pontos chave da trajetória da disciplina que julgamos interessante ao nosso debate, e dessa forma encaminhando para uma reflexão mais contemporânea, foi somente em 2008, que a disciplina encontra sua obrigatoriedade frente aos currículos, por meio da Lei 11.684/2008 (Brasil, 2008).

Justamente, no momento em que se acreditava que finalmente com o respaldo legal da Lei nº 11.684/2008 (Brasil, 2008) instituindo a obrigatoriedade da Sociologia no currículo do ensino médio, pensou-se que estaríamos diante de uma fortificação da Sociologia e até mesmo das ciências sociais como um todo, foram necessários apenas alguns anos, até que em 2017, através da Lei nº 13.415/2017 (Brasil, 2017), a disciplina perdesse seu caráter de obrigatoriedade, sendo um golpe não só a professores e estudantes, mas claramente a todos brasileiros, haja vista a importância da disciplina em uma formação mais plural e crítica.

Recentemente, essa discussão ganhou mais um capítulo, talvez o que poderíamos chamar de “reforma da reforma do ensino médio” através da Lei nº 14.945/2024 (Brasil, 2024). Importante destacar que essa lei foi proposta pelo Ministério da Educação, representado pela pessoa do Ministro da Educação Camilo Santana, após anos seguidos de críticas, manifestações pela revogação da reforma do ensino médio.

O texto da lei aprovada traz algumas novidades positivas, como o aumento da carga horária da formação básica, saltando de 1.800 horas para 2.400 horas, trazendo também a indicação que a Base Nacional Comum Curricular do ensino médio estabelecerá direitos e objetivos de aprendizagem, assegurando o ensino das ciências humanas e sociais aplicadas, integrada por filosofia, geografia, história e sociologia. Destaco que, quando utilizamos a expressão “novidades positivas” estava me referindo ao aumento e a citação da área como garantia de cumprimento, porém sabemos que apenas essa “reforma da reforma” está longe de garantir com excelência a cumplicidade da Sociologia, pois a indicação se dá por área de conhecimento, e não por unidade disciplinar, ou seja, na verdade a disciplina ficará à mercê das adaptações dos currículos escolares.

Nosso trabalho não só se posiciona em defesa da disciplina frente à sua importância, como buscamos contribuir com o ensino. A abordagem que pretendemos explorar é a de que a história local pode ser um subsídio importante e pedagógico para ser trabalhado na Sociologia.

O nosso exemplo aqui construído, além de combinar a história local, utiliza-se também dos movimentos sociais de luta pela terra, pois nosso debate coloca a Guerra do Arranca Capim sobre essas lutas, como fomento e contributo do ensino de Sociologia, se constituindo em uma hipótese de trabalho que está organizada no terceiro capítulo.

Vejamos a citação de Nunes e Bianchezzi (2015) sobre a contribuição do trabalho pedagógico com a história local:

O trabalho pedagógico com a história local em sala de aula contribui para melhor inserção dos alunos na comunidade, da qual ele faz parte, identificando os problemas, as características, as mudanças e as permanências do local. Conhecer sua história de vida, e de sua comunidade, é contribuir para a formação da identidade do aluno, além de levá-lo a refletir acerca de sua realidade social de modo que este se torne sujeito crítico e conhecedor da realidade em que está vivendo (Nunes; Bianchezzi, 2015, p. 5).

Como as autoras apontam, o trabalho com a história local em sala de aula proporciona aos estudantes o desenvolvimento de uma visão crítica, pois se trata de analisar não só o que vive contemporaneamente, mas propicia que ele compreenda os processos que sua localidade vivenciou até o atual estágio.

Outro ponto positivo que o trabalho com a história local pode proporcionar, agora especificamente direcionado a Sociologia, é destacado por Macedo (2017, p.61) onde o autor cita que conhecer a história local é um pré-requisito para compreender melhor os processos históricos em nível regional, nacional e global.

Em especial, essa observação de Macedo, é importante para contrapormos a realidade que vivenciamos na estruturação da área das ciências humanas e sociais, onde temos as trajetórias das disciplinas que compõem a área, em sua maioria sempre construídas de maneira eurocêntrica, e as adaptações curriculares não tendem a ser diferentes, além disso, trabalhar com a história local permite ainda pensar além das narrativas positivistas, centradas nos recortes das memórias ditas oficiais, e nos personagens atribuídos como principais, é a oportunidade de estar inserido no saber.

Destarte, outro componente que está presente nessa relação da história local e o ensino de Sociologia é a memória, compreender as nuances da memória se coloca de forma agregadora, pois no nosso trabalho ela se apresenta em três principais formas. Em primeiro lugar na memória coletiva sobre o movimento; em segundo lugar na memória oficial; e por fim, na memória individual dos estudantes que, a partir do trabalho pedagógico, desenvolverão os processos psíquicos e cognitivos sobre o movimento social.

O processo de análise sobre os caminhos de construção da memória, seja individual ou coletiva, possui tanta riqueza quanto as facetas de sua complexidade. Autores como Le Goff

(2003, p. 419) compreende a memória como “propriedade de conservar certas informações, ou conceituada como conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas.”

Para Simson (2003), a memória se encontra intimamente ligada ao ato de selecionar o passado, de acordo com o presente e seus significados em nossas tomadas de decisões, a autora ainda define memória coletiva como aquela formada pelos fatos e aspectos julgados relevantes pelos grupos dominantes e que são guardados como memória oficial da sociedade mais ampla.

Destacamos o caráter seletivo da memória apontado por Simson na esfera individual selecionando os fatos aos quais o indivíduo atribui significado ou importância, e na coletiva são lembrados os fatores que interessam a um grupo ou que se estenda a criar uma versão oficial.

Assim, compreender a dinâmica de conflitos, resistências ou mesmo o que denominamos de movimentos sociais também adentram essas memórias individuais e coletivas, influenciando significativamente na forma como um território, espaço ou região são identificados, podendo ser reconstruídos e narrados de distintas formas ao longo do tempo, de acordo com distintos fatores, do presente ao passado.

Discutindo a questão do passado, e adentrando ressignificações e seleções da memória, Hobsbawm (2013), entende que todo ser humano tem consciência do passado, entendido como o período anterior aos eventos registrados na memória de um indivíduo. O passado, portanto, é uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana, e que sempre terá interstícios, ou seja, matérias que não vão fazer parte do sistema da história consciente na qual os homens incorporam, de um modo ou de outro, o que consideram importante sobre sua sociedade.

Para Pollak (1989), a memória é um campo de disputa, onde a continuidade e a estabilidade são constantemente desafiadas por conflitos e competições entre diferentes versões do passado. De um lado, o Estado e instituições realizam um "trabalho de enquadramento" por meio de especialistas e objetos como monumentos, arquivos e museus, visando garantir a unidade e a legitimidade de uma narrativa nacional que reforce o sentimento de pertencimento e a coesão social.

Por outro lado, grupos minoritários e marginalizados preservam "memórias subterrâneas" em ambientes informais, como redes familiares e de amizade, opondo-se ao caráter muitas vezes opressor da memória oficial. Nesse cenário, o silêncio não representa o esquecimento, mas sim uma resistência política ou uma estratégia de proteção da identidade individual e coletiva diante de traumas que ainda não encontram "escuta" ou espaço de expressão na sociedade (Pollak, 1989).

Sendo assim, essa teoria em voga das especificidades da construção das memórias (coletiva, individual ou oficial), permeia todo nosso trabalho, embora não descritas e discutidas conceitualmente a todo momento, mas já no seu processo de usabilidade, seja no segundo capítulo onde tratamos da memória coletiva e oficial, seja no terceiro capítulo onde a memória individual dos estudantes estará em pertinente exercício.

Diante do exposto, justifica-se a adoção desse formato de escrita, que reserva este capítulo às escolhas conceituais e metodológicas da pesquisa. Busca-se, com isso, uma estrutura pedagógica e didática, motivada não apenas pela natureza do programa de mestrado, mas também pelo potencial uso educacional deste estudo.

3 A GUERRA DO ARRANCA CAPIM

3.1 Das posses à propriedade privada de Zico Diniz

Para compreensão do movimento denominado Guerra do Arranca Capim, é imprescindível entendermos o recorte temporal de elementos emaranhados na formação e organização regional, da passagem das terras de posseiros para a aquisição como propriedade privada.

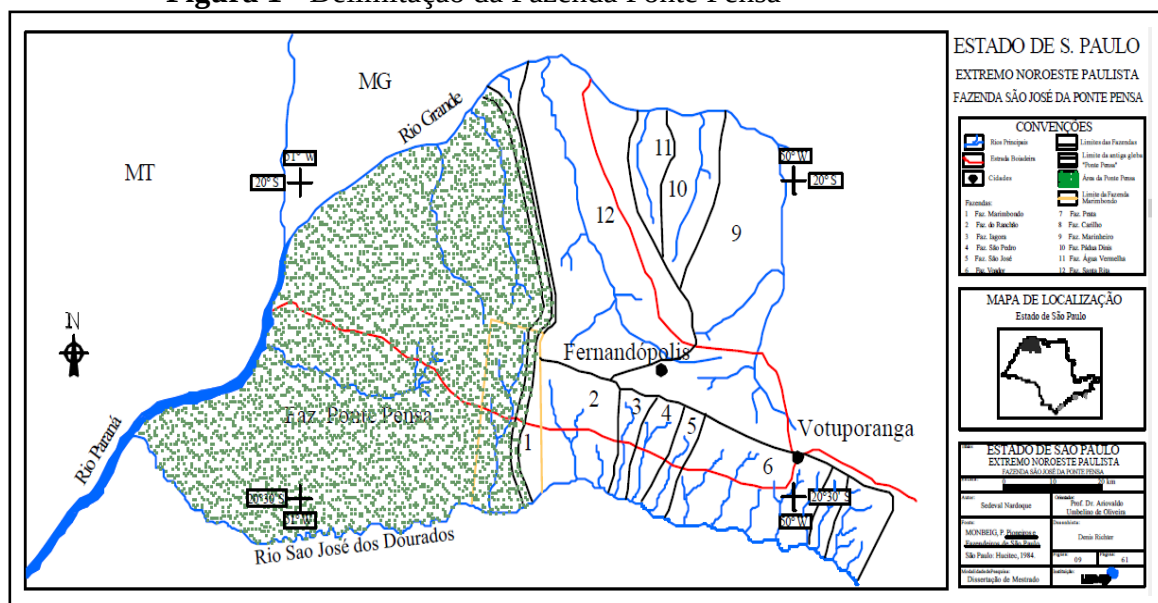
Trabalharemos com elementos importantes e característicos deste movimento, porém já destacamos em contraponto que apesar de se tratar de uma análise direcionada a Guerra do Arranca Capim, este movimento tem características e problematizações similares a outros movimentos sociais nacionais da mesma época em análise, e de certa forma, com configurações que permanecem até os dias atuais, pois, esta é uma marca histórica de nossa sociedade brasileira em relação a concentração fundiária, em que o capital, latifúndio e monocultura permanecem centrais em uma estrutura monopolizante (Cavichia; Martins, 2018).

A Guerra do Arranca Capim ocorreu entre as décadas de 1950 e 1960, na fazenda do Bosque e na fazenda Mariana, na época pertencentes ao município de Santa Fé do Sul, interior do estado de São Paulo, de propriedade de José de Carvalho Diniz, popularmente conhecido como Zico Diniz. A fim de melhor organizar as informações, abordaremos primeiramente a história da Fazenda São José da Ponte Pensa, como eram chamadas as terras desta região antes das ações ocorridas no período estudado, a grilagem e posteriormente a capitalização e venda em propriedades menores, capitalização esta que levaria as fazendas às mãos de José de Carvalho Diniz (Chaia, 1997).

Entretanto, Nardoque (2002) afirma que para compreender a expansão das fronteiras e a valorização dada às terras do noroeste paulista numa lógica da reprodução do capital, temos que entender dois importantes precursores: a implantação de atividades econômicas, em especial o café, e a passagem da ferrovia Araraquarense.

A imagem abaixo apresenta a delimitação territorial da Fazenda São José da Ponte Pensa:

Figura 1 - Delimitação da Fazenda Ponte Pensa



Fonte: Nardoque, 2002, p. 74.

Para compreender a formação da Fazenda São José da Ponte Pensa, trabalhos como o de Muramatsu (1984) contribuem para uma análise da formação da fazenda até os eventos em análise. Segundo o autor o processo de ocupação privada desta propriedade por meio da grilagem teve início ainda no século 19 com a presença de Patrício Lopes de Souza, iniciando uma trajetória de ocupações, fraudes e processos de tentativas de grilagens:

A posse inicial que se tem como oficial, ou melhor, quem primeiro teria ocupado a Fazenda da Ponte Pensa, seria de Patrício Lopes de Souza, mineiro, talvez tenha ocupado essas terras por volta de 1830, feito inúmeras benfeitorias, e que ao iniciarse o século XX, nas suas primeiras décadas, esta área bem como totalidade da região, passam por um intenso processo de transformação, marcado pela disputa pela propriedade da terra quando se alastrou uma indústria de grilagem, tal processo de muda da passagem de mãos, notadamente do capitalista do café, foi mediante por grileiros, e este contou com o auxílio do estado. A “Fabricação” de títulos falsos de propriedades foi uma prática endossada pelos tribunais (Muramatsu, 1984 pág. 5-6).

Nardoque (2007) complementa destacando que a área correspondente à fazenda possui indícios de ocupação antes mesmo da chegada de Patrício, ainda no século 19, como consta da ação na justiça impetrada pelos supostos herdeiros de Patrício Lopes de Souza. Nesta ação há referências sobre a presença de posseiros anteriores a Patrício, que ali praticavam agricultura e possuíam moradias, indicando que estes foram expulsos. Rosas (2012) afirma ainda que mesmo com a retirada de alguns posseiros desconhecidos para Patrício, ele promoveu a vinda de mais famílias ao local, porém pessoas de sua confiança, deixando poucos daqueles permanecerem nas terras.

Em fins do século 19, Patrício elabora contratos de parceria com Francisco Ribeiro da Silva e Souza e João Ribeiro da Silva para exploração da metade da fazenda Ponte Pensa, pois

não poderia tomar conta sozinho, devido a ser possuidor de outras fazendas. Pensando em manter as posses e o domínio da região passa também a se preocupar com seu pós-morte e, por consequência, o destino de suas posses, iniciando a confecção de uma “declaração de última vontade”, que orientaria a base do seu inventário e distribuição de bens (Muramatsu, 1984).

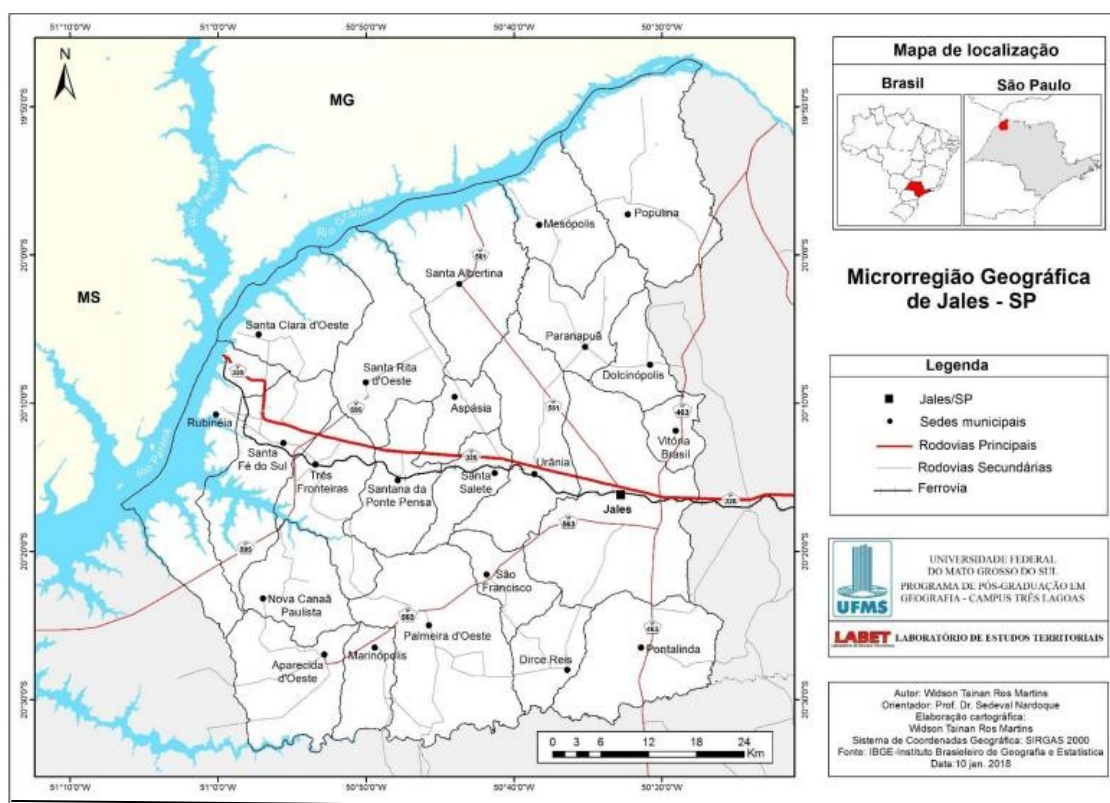
A partir deste documento, Patrício deixa as terras da Fazenda Ponte Pensa para os filhos e para sua irmã Maria Tereza de Souza. Neste ponto, trabalhos como o de Rosas (2012) deixam evidente que o distanciamento destes herdeiros das propriedades ao longo das próximas décadas resultaria em uma sequência de tentativas de grilagens, chegando ao campo jurídico as tentativas de reaver as terras.

Nessa mudança com foco na capitalização das terras e, por consequência, a ocupação desta região, em 1946 a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização (CAIC), empresa especializada em vendas de terras, comprou do inglês John Byng Paget uma gleba de 32.000 alqueires, localizada nas predominâncias da Fazenda Ponte Pensa, passando esta parte a ser chamada de “Núcleo Paget”, parte integrante da que futuramente viria a formar Santa Fé do Sul e vários outros municípios vizinhos. Logo, a empresa passou a vender as glebas a pequenos proprietários (Muramatsu, 1984).

Neste momento entra em cena o já mencionado Zico Diniz. De acordo com Chaia (1997), em 1950, Zico, também proprietário de terras em Barretos, adquiriu da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização (CAIC) as melhores terras de Santa Fé do Sul, tendo recebido como pagamento de uma dívida junto à empresa, sendo um total de 6.100 alqueires de bosques e matas virgens, necessitando assim de limpeza e abertura para outras atividades, como a preparação para pastagens, uma das atividades mais realizadas naquela região no contexto. Sendo esta a proposta e objetivos iniciais, se apresenta a necessidade de arrendar as terras, iniciando o processo de chegada e entrada de novas famílias advindas de toda a região, que buscavam ali melhores condições de vida e novas terras para lavrar.

O mapa abaixo apresenta a divisão territorial geográfica da microrregião de Jales, sendo possível também através dela observar a região em que se configurou o conflito. As terras adquiridas por Zico ficavam em meio às divisões territoriais dos municípios de Santa Clara D'Oeste, Rubinéia e Santa Rita do Oeste, porém no momento dos conflitos esses municípios ainda não eram emancipados ou fundados, sendo todo esse território pertencente ao município de Santa Fé do Sul.

Figura 2 – Microrregião Geográfica de Jales, SP



Fonte: Martins, 2018, p. 30.

Esclarecemos que utilizaremos para nos dirigir a Zico Diniz como fazendeiro ou latifundiário, aos homens de sua confiança encarregados de arrendar as terras como prepostos ou negociadores, e os camponeses que ali se estabeleciam como arrendatários.

Importante ressaltar novamente que no período em que ocorre a Guerra do Arranca Capim, o país passa por uma ebulição de conflitos agrários e eventos como o surgimento das Ligas Camponesas, que foram associações de trabalhadores do campo gestadas inicialmente no estado de Pernambuco, posteriormente na Paraíba e no estado do Rio de Janeiro e Goiás, sendo levadas a outras regiões do Brasil. As Ligas Camponesas protagonizaram um dos mais importantes levantes populares no cenário político e social brasileiro nas décadas de 50-60, em que possuíam um caráter reivindicatório, e passaram a organizar ações visando questionar, dentre outros elementos, os grandes latifúndios e a expropriação camponesa da terra. Bastos (1984) acrescenta a busca por soluções para a melhoria das condições de vida e de trabalho, o direito à organização, extensão da legislação trabalhista ao campo e ajuda efetiva na economia camponesa.

Portanto, nesse contexto político que entrelaça e exemplifica a questão agrária do Brasil discutida no primeiro capítulo, temos a chegada das terras que viriam a ser palco do conflito

chegando à posse de Zico Diniz, este que já teria interesses em estabelecer a prática da pecuária, porém, como apontado por Chaia, a grande parte destas terras estava sob forma de matas e bosques, fator responsável em inserir os arrendatários e sua força de trabalho na história.

3.2 A luta pela permanência

Em 1954, Zico Diniz, com o intuito de preparar as terras para invernadas,¹⁶ entregou as terras para três homens de sua confiança: Joaquim Nogueira, José Lira Marin e Antônio Barbosa. Inicialmente, estes arrendaram as terras para trezentas famílias, sendo grande parte advindas da região do noroeste paulista e já remanescentes de outras fazendas. A principal função seria derrubar as matas, estabelecer lavouras por um período de três anos e, no último ano, plantar capim colônia para em seguida, deixar as terras (Chaia, 1997).

Entretanto, já em 1956, tiveram início os primeiros conflitos relacionados às ações de Zico, cujo posicionamento resultou na expulsão dos arrendatários após a realização do desmatamento e preparo das terras para o cultivo. Os prepostos de Zico Diniz utilizaram-se dessas trezentas famílias como força de trabalho, realizando a extração de renda antes de sua expulsão, após concluírem as etapas de desmatamento e preparo da terra. Os arrendatários ficaram impossibilitados de recorrer judicialmente, uma vez que Zico Diniz declarou não ter autorizado seus prepostos a arrendar suas terras. Dado que os contratos eram realizados verbalmente, o magistrado declarou-os nulos e deferiu a decisão favorável ao proprietário das terras (Chaia, 1980).

Em um ato estratégico para angariar mais recursos, os prepostos negociadores de Zico passaram a arrendar as terras novamente, chegando agora a números que ultrapassaram oitocentas famílias, segundo dados analisados por Chaia (1997). Nesses novos contratos, também reestipulados de forma verbal, ficou estabelecido que o prazo de permanência seria o de três anos, devendo os camponeses realizar o plantio do capim colônia no mês de janeiro de 1958, somado a um pagamento em dinheiro sobre a renda produzida do camponês. Porém, pelas dificuldades apresentadas ao longo do ano de 1958, devido ao ano de seca, o prazo final seria prorrogado, passando a valer para data final de julho de 1959.

Paralelo às questões contratuais estabelecidas acima, devemos contextualizar que as relações vão se tornando cada vez mais incisivas e conflitantes, entre os interesses do fazendeiro

¹⁶ Invernada é nome dado ao pasto extenso destinado à criação de gado ou de outros animais, no caso do Zico destinados à criação de bois.

Zico Diniz e a vontade expressa dos camponeses em permanecer nas terras, que logo resultariam em agressões físicas, surgindo denúncias de violências e tentativa de expulsão por parte do fazendeiro e ações como o plantio de capim sob as lavouras e até mesmo a soltura de bois. Segundo Muramatsu (1984), a partir destas ações do fazendeiro:

O despejo foi a fórmula mágica encontrada pelo fazendeiro para livrar-se das incômodas famílias dos pequenos arrendatários, o trabalhador arrendatário enquanto foi útil ao fazendeiro pode permanecer na terra, mas, consumada a formação do pasto, o fazendeiro tratou de despejar o trabalhador e sua família. Contra o despejo, portanto girará toda luta desses trabalhadores. Foi luta de resistência, resistir para não sair, lutar para prorrogar os contratos (Muramatsu, 1984. p. 116).

Desta forma, configurou-se o esteio do conflito: de um lado o latifundiário interessado em expulsar os camponeses; do outro, os camponeses lutando para permanecer nas terras. É nesse momento que entra em cena Jôfre Corrêa Netto, importante personagem que exerceria liderança no movimento de resistência contra as medidas de expulsão impostas por Zico Diniz e seus prepostos.

Jôfre Corrêa Netto nasceu no Rio Grande do Sul em 1921, descrito como uma pessoa de “personalidade forte”, especialmente quando o assunto era atitude. Conhecido por ser rebelde e ter um espírito revolucionário, Jôfre esteve envolvido em vários conflitos ao longo da vida, sua visão ideológica alinhada ao comunismo, a ponto de às vezes desformar fatos sobre sua própria história, como cita Welch (2010), ele nasceu em 1921, mas Jôfre costumava dizer que havia vindo ao mundo em 1917, justamente para marcar uma data mais significativa para o movimento comunista. Ele valia-se de referências e destacava como ídolos Fidel Castro e Ernesto Guevara.

Figura 3 – Identificação Ideológica de Jôfre Corrêa Netto



Fonte: Capturado de Perrine e Welch (2001) min. 36.

A análise da imagem revela que os ideais de Jôfre eram sólidos e permanecem presentes em seu contexto de vida. A captura da imagem foi realizada do documentário *Grass War! Peasant Struggle in Brazil: A luta camponesa no Brasil* (Perrine e Welch, 2001), sendo gravado em 2000, o que evidencia assim elementos associados à sua ideologia. Observa-se, na imagem, o apego às medalhas conquistadas durante sua atuação como soldado e o uso da boina, simbolizando a influência do ídolo Ernesto Guevara, cuja inspiração era significativa para ele.

Durante sua juventude, Jôfre trabalhou predominantemente como carroceiro, eletricitista e em outras atividades informais, decidiu atender aos conselhos maternos e ingressar no Exército, realizando seu alistamento em 1940 no Quarto Batalhão de Infantaria de Quitaúna-SP, avançando na sua trajetória militar, alcançando o posto de cabo e, depois, o de terceiro-sargento até o término de 1942 (Welch, 2010).

De acordo com Welch (2010), os registros oficiais do batalhão indicam múltiplas ocorrências envolvendo Jôfre, incluindo condutas inadequadas, deserções e insubordinação, resultando em períodos de detenção militar. Segundo suas próprias declarações feitas a Welch, tais atitudes decorriam de sua revolta ao descobrir que um sargento malvado omitiu a informação sobre o falecimento de sua mãe (a pessoa considerada por ele como seu maior

referencial afetivo). Essas ações culminaram na sua expulsão por motivos disciplinares com perda da honra em 1945. Após a saída do serviço militar, Jôfre passou a exercer atividades informais, realizando trabalhos temporários como venda de painéis, anotação de apostas e elaboração de cartas para analfabetos, demonstrando uma postura que desafiava normas legais estabelecidas.

Jôfre chega à Santa Fé do Sul como forasteiro, sem possuir uma explicação clara de seu próprio deslocamento até o local, embora estivesse envolvido em diversos conflitos relacionados à posse de terras, Chaia (1997) aponta que a mídia local daquele período atribuía sua chegada à condição de fugitivo da polícia do Mato Grosso.

No trabalho de Cavichia; Martins (2018), os autores entrevistaram José Correa de Lira, ex-arrendatário de Zico Diniz que permaneceu nos arredores do palco do conflito, residindo em Santa Clara do Oeste, na ocasião os autores apontam a narrativa de José Correa de Lira sobre a chegada de Jofre na fazenda do Bosque:

Em entrevista com José Correa de Lira, ex-arrendatário da Fazenda do Bosque, diz que Jôfre ao chegar na fazenda foi acolhido por ele, e que havia posado as duas primeiras noites em seu barraco, e logo que tomou partido da real situação dos arrendatários, de todos abusos e ameaças aos camponês, Jôfre passou a se reunir com os camponeses e dessa forma dando início a toda uma ação de resistência lutando para prorrogar-se os contratos, a fim de permanecerem nas terras até que suas colheitas fossem fartas e tivessem uma melhor situação (Cavichia; Martins, 2018, p. 155).

Desta forma, sob a orientação de Jôfre Corrêa Netto, organizavam-se em resistência, munidos de suas ferramentas usuais de trabalho, juntavam-se e na calada da noite arrancavam o capim plantado pelo latifundiário.

Procuramos até aqui neste capítulo delinear os aspectos políticos e acontecimentos tidos como centrais do conflito, optando por uma forma narrada perpassando desde a posse das terras por Zico Diniz até a chegada de Jôfre em Santa Fé do Sul, tais acontecimentos voltarão em discussão no capítulo, esse movimento teórico se parece com um recurso utilizado em filmes em que o diretor inicia o filme com um grande corte de uma cena principal do enredo final; e posteriormente há o retorno ao início e os pontos e acontecimentos vão se desvelando.

Portanto, agora resgataremos pequenas nuances da realidade que esses arrendatários viveram sob as terras de Zico Diniz, fatos que normalmente são deixados de lados ou silenciados, principalmente quando a Guerra do Arranca Capim é retratada pela memória oficial.

Para exemplificar, podemos recorrer à análise do livro *Santa Fé do Sul 60 anos de história*, de Lima; Basso (2008), obra cujo objetivo, como o próprio nome sugere, é abordar a história da formação de Santa Fé do Sul. No livro há citação sobre a Guerra do Arranca Capim,

no capítulo 5, com o título “Arranca Capim”, narrada a partir da bibliografia importante ao movimento, porém é feita a descrição totalmente resumida e ausente de problematização, sendo destinadas duas páginas ao movimento, ofuscando ou melhor, optando em não abrir a discussão a realidade daqueles arrendatários. A descrição ainda conta com uma foto de Jôfre sob a legenda “Capitão Jôfre Corrêa Netto, militante comunista do PCB” e uma foto de Paulo Vanzolini sob legenda “biólogo e compositor, enviado a Santa Fé do Sul para intermediar o conflito”.

Reis (1990) traz em seu trabalho relatos muito vívidos sobre a realidade nas Fazendas do Bosque e fazenda Mariana, na assepsia da palavra, pois entrevistou pessoas que estiveram presentes no movimento como arrendatários, professores, médicos, muitos desses relatos inclusive, transcritos na sua originalidade, com as características e variação linguísticas do entrevistado. Procurei aqui resgatar esses depoimentos, pois tanto é uma maneira de se evitar o esquecimento, quanto será importante valor pedagógico para as pretensões deste trabalho.

Segundo Reis (1990), as moradias dos arrendatários:

A casa era de pau-a-pique, cobertas de sapé, piso de terra batida, paredes de ripas de coqueiros, travadas com tabocas e amarradas com cipó, deixando frestas por onde soprava o vento e penetrava a chuva, e até mesmo a cobra perseguindo o sapo; e onde se aninhavam os barbeiros, grilos, baratas e a aranha amarrava sua teia. As camas de forquilhas enterradas no chão, e os estrados de vara e ripas; em cima, quando muito, um colchão, feito em casa com palhas de milho retalhada; o fogão à lenha feito de taipa levantada com barro amassado, num canto do rancho, sempre foi grande risco de incêndio pelas faíscas ou labaredas (Reis 1990, p. 42).

Ao trazer esse relato, Reis não identifica a autoria, apenas destaca que colheu essa informação junto a arrendatários, mas a descrição é tão meticulosa que o leitor é capaz de imaginar a casa no passo em que efetua a leitura, nesse contexto, gostaríamos de destacar a condição que os arrendatários se estabeleciam, ou até mesmo precariedade a que eram colocados em busca de uma terra que pudessem lavar.

Notamos também que os aspectos relacionados à saúde eram bem precários, sendo desafiador em especial, a gestantes e crianças, destaco agora trechos em que Reis (1990) revive às condições sanitárias que às pessoas na região de Santa Fé do Sul vivenciavam bem como aspectos relacionados às fazendas de Zico.

Reis (1990), entrevistou o doutor Flávio Magno de Menezes Guimarães, clínico geral, que chegou em Santa Fé do Sul em 16 de janeiro de 1955, vindo do Rio de Janeiro. O médico destacou:

Naquele tempo era a Casa de Saúde Santa Fé, um hospital que foi construído pelo doutor Nilson Coutinho Soutto e pelo doutor Glosara. Isso deve ter sido mais ou menos nos idos de 1951 a 1952. Depois o Glosara foi embora e vendeu a parte dele ao doutor Rogério Alves Toledo. O Nilson ficou sócio remanescente. Depois então foi que o Rogério, em 1955, vendeu para mim e para o doutor Celso Xavier.

Compramos 1/3 da propriedade que daí então chamava Firma Soutto Xavier Guimarães Ltda (Reis, 1990, p. 44).

Importante contextualizar a observação feita pelo autor que, essa unidade hospitalar era única na região, sendo a mais próxima em Jales, ou seja, essa unidade hospitalar era responsável por atender a todo o entorno de Santa Fé do Sul, tanto na área urbana quanto rural.

Sobre as condições sanitárias do hospital Flávio de Menezes destaca:

No hospital, se lavava a mão numa intervenção cirúrgica, se lavava a mão no próprio poço, e entrava pelo corredor, com as mãos levantadas, e sem camisa, entrava para sala de operação. Ali não tínhamos motor próprio (para energia elétrica), e o motor da cidade ficava ligado até mais tarde, até terminar as nossas operações que eram mais no horário noturno (Reis, 1990, p. 45).

Ainda, para encerrar a série de relatos sobre as questões sanitárias de saúde que Santa Fé do Sul experimentou nesse período, trago uma descrição do doutor Flávio, na qual ele evidencia a questão dos partos:

Pegar, trazer uma gestante para o hospital, já significava óbito! Não tanto e, termos de cultura, mas em termos de realidade social. Porque a mulher, de 56 até 64 mais ou menos, nesses oito ou nove anos, ela não admitia ter um filho no hospital, ela só vinha para o hospital doente. Então, em Santa Fé, tinha mais ou menos umas 40 aparideiras. Aparideiras da tesoura suja, aparideira na mão suja, do cachimbo na boca, aparideira do picumã, da urina de vaca pá bota no cordão umbilical. Então tínhamos aqui em Santa Fé, quer dizer, não tinha forma de comunicar, só paciente individual, a comunicação era zero, não tinha rádio, não tinha difusão de forma alguma. Então, para poder orientar a família... e o medo! Porque quando íamos ao sítio fazer um parto, já era um milagre. A gente chegava lá, encontrava, geralmente, a casa de sapé, e vários animais dentro da cama, as vezes um galo, as vezes um porco embaixo da cama, e a mulher ali parindo, na maior promiscuidade possível, acontece que quando a gente chegava lá ou a parteira estava escondida, ou se expunha e dizia uma série de mentiras sobre a evolução do parto. (Reis, 1990, p. 47).

Então, chegávamos e encontrávamos essa situação. E, fazendo às vezes o exame obstétrico e de toque, encontrávamos, digo: constatávamos que não estava nascendo o nenê porque a criança estava atravessada. Tinha que fazer Cesária, o simples fato de dizer que tinha que pegar a mulher e trazer para o hospital, Barbaridade, uma coisa absurda. Pegava essa mulher colocava no pé-de-bode (só haviam três em Santa Fé), ou as vezes na charrete, para trazer. Mas, quando não nascia, a gente tentava fazer o parto lá, porque havia o risco do transporte também e a paciente estava esgotada com dezoito, vinte horas de parto! (Reis, 1990, p. 48).

Então, quando era um caso, como eu disse anteriormente de uma criança atravessada, de Cesária, ela vinha para cá, péssima condição física, subnutrida, trabalho de parto prolongado, sofrimento fetal, a criança perdendo mecônio (já saindo as fezes), saindo pela própria vagina da mãe! Noventa por cento culminava com a morte, pelo menos da criança, E era bem comum, dentro do parâmetro os dois irem a óbito. Então, tinham medo de vir, quando era o contrário: tinha que vir de pressa para não acontecer isso, havia uma inversão de valores, eles ficavam em casa tentando o parto normal com a aparideira, e quando não conseguiam, chamavam o médico. (Reis, 1990, p. 48).

Diante de tamanha riqueza na descrição, precisamos lembrar que aqui fizemos uma recapitulação real dos depoimentos fornecidos pelos entrevistados, portanto alguns termos e análises devem ser entendido no momento histórico em que se passaram os fatos, tanto para compreender a indignação do médico Flávio, quanto para compreender o cenário e a realidade

que essas mulheres estavam inseridas, bem como compreender que a “parideira” era o refúgio comum da época bem como o caminho mais confiável para estas que careciam de muitas coisas, dentre elas informações e condições básicas de saúde.

Destarte, acompanhar essas descrições é tão revelador quanto triste, quando pensamos a situação que essas pessoas estavam expostas, descaso e falta de acesso ao que deveria ser mínimo, no caso desse autor, essa descrição não só é triste quanto comovente, pois como citei na introdução do trabalho esse tema de pesquisa nasce de uma curiosidade em ter residido na região da Guerra do Arranca Capim e nunca ter ouvido falar sobre a mesma, pois é, não só eu residi e resido na região até hoje, como minha família habitava a região desde 1958, e o motivo da descrição dos partos comover esse que vos escreve você descobrirá agora.

A minha avó paterna, Raquel da Silva Martins, e meu avô Alarico Martins, residiam no córrego do Cervo, comunidade rural que na época pertencia a Três Fronteiras, hoje constitui-se parte de Nova Canaã Paulista (localizada na microrregião de Santa Fé do Sul), onde viviam da lavoura, em específico do cultivo do café. Em 1964, aconteceria o nascimento de meu pai, minha avó, que até então já havia sido mãe de quatro filhos, sendo todos nascidos em casa sob atuação de uma parideira, pois bem, no dia 11 de novembro daquele ano, sua bolsa rompeu, a comadre foi até a parteira que até então havia feito o parto de seu filho José Carlos (dois anos antes), e tudo transcorria normalmente, comadres apostas, panos brancos próximos e parideira na espera.

Porém, ao ter início o parto, algo parecia não estar nos conformes, pois Raquel sentia muita dor e já havia se passado quatro horas, quando nasce Osvaldo Martins (meu pai), mas a dor não cessava, sangramento fora do comum, quando a parteira chegou à constatação que não se tratava de um bebê, e sim de dois bebês, e as tentativas se desvairavam, até que no final da tarde, chegou-se à constatação que seria necessária ajuda médica. Alarico então, monta em sua égua na esperança de encontrar um veículo motor, pois naquela região o único transporte era a carroça ou o arreo tradicional, quando meu avô consegue contato com um proprietário de terras (um senhor de boa condição financeira, assim descrito pelo meu avô), que tinha um Jeep e fez o transporte de minha avó até o hospital em Santa Fé do Sul.

O desfecho, você já pode imaginar se chegou até aqui e leu a descrição do médico Flávio, pois a irmã de meu pai não resistiu às mais de seis horas de parto, acabou por ser retirada sem vida, a minha avó, depois de oito dias internada, passando entre a vida e morte, conseguiu se recuperar, e essa história só pode ser relatada aqui por mim porque ela mesma me contou com detalhes, e eu não poderia deixar de destacar que essa realidade debatida faz parte da história de minha família.

Pois bem, voltando a direcionar nosso enfoque à Guerra do Arranca Capim, a maioria dos casos de morte infantil, principalmente na Fazenda, Reis (1990) afirma que a maioria das crianças recém-nascidas falecidas na fazenda do Bosque não eram conduzidas até o cemitério de Santa Clara, localizado a uma considerável distância. Essas crianças eram sepultadas no próprio local, frequentemente próximo ao mourão da porteira, onde era improvisada uma pequena cruz de madeira.

Outro fator a destacar que é essas crianças nem sequer chegavam a ser registradas, sendo assim dificultoso ter acesso à realidade numérica de mortes em Santa Clara D'oeste, ou em específico nas fazendas de Zico, Reis (1990) consegue acesso ao livro de registros de óbitos de Santa Clara, destacando que de agosto de 1954 até dezembro de 1970, foram anotados 631 óbitos de crianças com até dez anos, desse total 513, antes de completarem um ano de vida, nota-se ainda que 517 casos foram sem assistência médica, sendo a causa de morte mais recorrente, o tétano umbilical. Ainda de acordo com esses registros 42% das mortes teriam ocorrido com filhos de moradores das propriedades de Zico Diniz.

Destarte, entre outras condições que gostaríamos de destacar aqui, eram as formas de violência explicitadas que essas terras vivenciaram, sejam essas praticadas tanto psicologicamente quanto fisicamente. A violência ou abandono que estes arrendatários ficaram submetidos, também por diversas vezes foram negligenciadas e sustentadas pelo Estado.

Como já destacado, a ideia de expulsão foi realizada para tentar livrar as terras para o plantio do capim, porém a expulsão esteve presente sob outros pretextos, Reis (1990), destaca um trecho de um depoimento de Jôfre, onde o mesmo relata um episódio onde o juiz da comarca, em 1956, teria dado ordem de despejo em favor de Zico Diniz, e em desfavor a 38 famílias que residiam na fazenda do Bosque a mais de cinco anos, com a ressalva de que muitos barracos eram queimados, no episódio em questão, Jôfre destaca que as pessoas residentes nos 38 barracos, tiveram tudo queimado, inclusive as pequenas safras de cereais, deixando a fazenda apenas com a roupa do corpo.

Outro fenômeno bem característico dessa estrutura agrária do período, foi que nos primeiros anos de trabalho na fazenda, Zico Diniz construiu um armazém, com intuito de suprir mercadorias necessárias ao consumo dos arrendatários, na verdade como veremos, também se configuraria um mecanismo de controle e coerção sobre os arrendatários.

No início de cada mês, cada arrendatário tinha uma cota de mercadorias, a progressão de crédito ia de acordo com a quantidade de alqueires que o arrendatário plantava, no armazém além de alimento, conseguiam-se panelas, chapéus, botinas, arame farpado, fumo, sabão, querosene e um infinidade de outras coisas a mais (Reis, 1990).

A grande questão é que diversos fatores incidiam sobre o sucesso da colheita, muitas vezes as aquisições no armazém eram registradas para serem pagas na colheita, se essa não prosperassem o arrendatário ficava mais dependente e submisso ao fazendeiro, porém houve um episódio de destaque, Reis (1990), traz o relato de Mané Roxinho, um dos primeiros arrendatários na fazenda do Bosque, que narra o episódio em que Zico deixa o armazém fechado por vários dias, os arrendatários se juntam e decidem saquear mantimentos, pois necessitavam de alimento, tal episódio aconteceu antes mesmo da chegada de Jôfre a região, o que demonstra que já havia uma grande insatisfação com a situação vivenciada pelos arrendatários e que já existia por parte dos arrendatários a intenção de enfrentar as injustiças e condições que lhes eram impostas.

Sendo assim, nesse contexto aqui explicitado, de expulsão, queima de barracos e demais formas de violência, Jôfre chega à fazenda do Bosque, como já citado nas palavras de José Corrêa de Lira em entrevista a Cavichia; Martins (2018), quando toma conhecimento da realidade que aquelas mais de oitocentas famílias vivam nas Terras de Zico, passou a tentar organizar arrendatários mais inconformados e teria tomado um cavalo emprestado e passado a visitar as moradias dos arrendatários.

Como, apresentado em outro momento, Jôfre era uma figura um tanto quanto complexa, tendo um histórico de prisões inclusive, algumas vezes como veremos adiante por ações próprias e outras vezes por ações políticas, especialmente quando passa a ganhar notoriedade nacional à frente dos arrendatários da Guerra do Arranca Capim. O líder começa com ação de resistência imediata, organizando os arrendatários que tiveram em suas roças capim plantado a mando de Zico Diniz, e no período noturno, os camponeses guiados por Jôfre e munidos de suas ferramentas do dia a dia, arrancavam o capim de suas lavouras. Porém, na medida que os camponeses demonstraram organização e resistiram, a violência foi estreitada por parte do latifundiário e seus homens de confiança, Jôfre percebeu que seria necessário também implementar ações políticas.

Jôfre consegue organizar próximo de si, José Pereira Machado, Olímpio Pereira Machado e começaram a trabalhar na ideia de fundar uma associação que defendesse os trabalhadores e arrendatários, de acordo com Reis (1990), essas lideranças idealizavam que essa associação iria cuidar dos direitos dos trabalhadores, como assistência médica, jurídica, financiamentos e tratamento digno.

Foi então que as lideranças passaram a se reunir em 1959, na “Pensão Glorinha”, no ainda distrito de Rubinéia, para organizarem a fundação da associação, nesse momento, Chaia (1980) e Reis (1990), destacam que Jôfre ganha o apelido de “Capitão Jôfre”. De início, devido

ao medo da represália do latifundiário e o poder que o mesmo exercia nas estruturas de Estado, muitos arrendatários tinham medo e até mesmo receio de assinarem a fundação da associação, iniciando com cerca de cem assinaturas e chegando a ter seiscentas.

Ainda no ano de 1959, a associação foi fundada com o nome de “União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil”, em um cômodo cedido pela proprietária da Pensão Glorinha. Porém, não demorou muito para que a sede fosse invadida pela polícia, por ordem e determinação do Juiz da Comarca de Jales. Na ocasião, os livros e todos os materiais foram apreendidos, e a sede, fechada por ser considerada um núcleo de agitação e célula do Partido Comunista. O grupo foi reorganizado ainda em 1959, agora com o nome de “Associação dos Lavradores de Santa Fé do Sul”, passando a ser registrada em cartório e sediada em Santa Fé do Sul (Reis, 1990).

Porém, a associação não se desfez, e passou a atuar na clandestinidade, na informalidade. Outro ponto importante a se destacar é que Jôfre chega a Santa Fé do Sul como um “forasteiro”, contudo ao ganhar notoriedade, e destaque na mídia, o Partido Comunista Brasileiro começa aproximar-se de Jôfre para dar orientações políticas, que foram importantes para o desfecho da Guerra do Arranca Capim, como por exemplo, a partir daí, além de falar em direitos básicos aos camponeses, ele passa a falar em reforma agrária (Muramatsu, 1984).

Vejamos a seguir como o movimento passa a ganhar a ideia de reforma agrária e como passa a ser representado nos jornais, em específico no Jornal Terra Livre, mídia focada na cobertura e denúncias envolvendo questões agrárias.

Figura 4 – Desafio a Carvalho Pinto:¹⁷ Vamos Lotear as Terras de Zico Diniz em Santa Fé?



Fonte: Hemeroteca, seção Jornal Terra Livre (Ano 1960/Edição 00090).¹⁸

Buscamos com a imagem acima exemplificar o trabalho realizado pelo jornal Terra Livre, e também a repercussão da Guerra do Arranca Capim. A matéria trazida com a manchete “Desafio a C. Pinto: Vamos lotear as terras de Zico Diniz em Santa Fé?”, demonstra o caráter assumido da ideia de reforma agrária que foi inserida ao movimento, pois trata-se de um questionamento ao então governador do estado de São Paulo, Carvalho Pinto sobre lotear as terras aos arrendatários.

O Jornal Terra Livre teve uma atuação importante em denunciar a violência que era imposta aos arrendatários, como iremos notar na imagem 5. Destacamos que a consulta ao acervo do Jornal Terra Livre foi realizada por meio digital, pelo período de sua circulação e alguns entraves devido a forma que conseguimos a consulta ao material, temos dificuldade de aferir algumas informações mais detalhadas, porém o material, em específico as manchetes são valiosas para compreensão e destacamento de eventos e acontecimentos da Guerra do Arranca Capim bem como destacar às perseguições que foram impostas a Jôfre, devido sua atuação de liderança frente aos camponeses.

¹⁷ Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto foi o 44º governador do estado de São Paulo. Período: 1959 – 1963.

¹⁸ Disponível em: Hemeroteca digital brasileira. Acesse o acervo digital completo do Jornal Terra Livre: <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=814261&pagfis=203>

Figura 5 – Denúncia Sobre a Violência nas Terras de Zico Diniz

PRÁTICA A POLÍCIA AS VESPERAS DO PLANTIO DE CAPIM:

Onda de violências em Santa Fé do Sul

«SANTA FÉ DO SUL, VOLTA A PERDER A CALMA» — Este é o título de um relatório entregue a jornais, estações de rádio de São Paulo, deputado Luciano Lepera e à ULTAB, pedindo a todos auxiliar os lavradores daquele município, na sua exigência junto ao governador Carvalho Pinto, no sentido de pôr um paradeiro à onda de banditismo que lavra em Santa Fé.

O RELATORIO
— Depois de solucionado o litígio entre o fazendeiro José Carvalho Diniz e as 800 famílias de lavradores que tinham sido despejadas de sua fazenda, Santa Fé do Sul se vê novamente envolvida em violências, desta vez, não praticadas pelos jagunços do fazendeiro, mas pelo destacamento de polícia local. Tem início, assim, aquele relatório, entregue por representantes da Associação dos Lavradores de Santa Fé.

As violências são narradas no trecho seguinte: **ESPANCAMENTOS E ASSALTOS**
— «Há dias, quando mais de 50 pessoas se encontravam reunidas em casa de uma senhora, em cerimônia religiosa, essa casa foi invadida pela polícia, comandada pelo cabo Agenor Pedrosa, que entrou na casa espancan-



S. Arlindo Quinzini

violências e insultos seria preencher páginas e páginas do jornal. A verdade é que aquela região agrícola está debaixo de um terror policial, como há muitos anos não se verifica. O secretário da Associação dos Lavradores, sr. Arlindo Quinzini, foi espancado pelo cabo Agenor Pedrosa, a ponto de deixar sua camisa em trapos, e tudo fazendo sob afirmações de que agia por ordens do governador do Estado.

Os acontecimentos levaram a que a Associação mandasse a esta Capital uma comissão encarregada de pedir providências às autoridades. Os fatos foram denunciados energeticamente na Assembleia Legislativa, pelo deputado Lepera, que leu um

ofício do Diretorio do PTB de Santa Fé, confirmando as denúncias. Os representantes dos lavradores, em companhia do presidente da ULTAB, visitaram autoridades estaduais, tendo recebido de um dos assistentes do Secretário do Trabalho garantias de que o governador do Estado já determinara a remoção do aludido cabo e do delegado de polícia de Santa Fé.

CAUSAS:
PLANTIO DO CAPIM
O motivo que determina tais arbitrariedades está, sem dúvida, no interesse do latifundiário Zico Diniz de expulsar de sua fazenda, contrariando a lei do inquilinato, mais de 800 famílias de arrendatários. E para isso, além de dispor de dezenas de jagunços, ainda conta com a participação da polícia em seus intentos desumanos e ilegais.

O fato é que se aproxima a época do plantio do capim nas terras hoje ocupadas com lavouras, e o latifundiário, temendo o recurso da lei do inquilinato, quer pôr os arrendatá-

rios para fora da fazenda, através de violências.

Recorda-se a tentativa de assassinato, o ano passado, do sr. Joffre Corrêa Neto, presidente da Associação dos Lavradores de Santa Fé do Sul. Jagunços do sr. Zico Diniz atraíram traiçoeiramente contra o diretor daquela organização, que com dois tiros no corpo teve que se submeter a melindrosa operação cirúrgica, no Hospital das Clínicas, em São Paulo.

PERDEU O ARROZ
Veio também a São Paulo na comissão de lavradores de Santa Fé, o sr. Paulo Bataiel, a fim de reclamar providências das autoridades contra o seu patrão, José Gonçalves de Oliveira. Este, deixou de cumprir o compromisso de fornecer jacás para formação de café, e inseticidas, e em seguida pretendeu cobrar renda da terra dada ao sr. Bataiel. Como este não podia pagar a renda exigida, o proprietário da terra tomou-lhe, por medida judicial, toda a produção de cereais — 121 sacos de arroz.

TERRA LIVRE

FEVEREIRO DE 1960

Fonte: Hemeroteca, secção Jornal Terra Livre, Ano 1960\Edição 00088.¹⁹

A matéria traz uma denúncia de várias formas de violência que Santa Fé do Sul vinha enfrentando no ano de 1960. O destaque é que as denúncias escancaram a atuação da polícia em reprimir as manifestações políticas e até mesmo religiosas. No início, a matéria conta o episódio em que cinquenta pessoas estavam reunidas na casa de uma senhora para uma cerimônia religiosa, quando a casa foi invadida pela polícia sem nenhum tipo de explicação, e essas pessoas teriam sido espancadas (inclusive mulheres grávidas), sendo vinte e nove pessoas presas e liberadas no dia seguinte, após pagamento a um advogado, que nas palavras dos denunciantes, aparentava nutrir amizade com os policiais. Após a soltura, essas pessoas foram obrigadas a desfilar nas ruas (sob a vigilância dos policiais armados com cassetetes) cantando: “eu sou macumbeiro, eu sou feiticeiro”.

¹⁹ Disponível em: Hemeroteca digital brasileira. Acesse o acervo digital completo do Jornal Terra Livre: <https://bndigital.bn.br/acervo-digital/terra-livre/814263>.

Outro trecho importante a destacar da matéria foi o episódio em que Arlindo Quiozini, então secretário da Associação dos Lavradores de Santa Fé do Sul, foi espancado pelo cabo Agenor Pedrosa, a ponto de deixar sua camisa em trapos, e tudo teria sido feito sob a afirmação de que agia por ordens do governador do Estado.

Os casos citados trazem um dado que não é apenas uma coincidência, o cabo Agenor Pedrosa é quem havia liderado a ação policial que invadiu a cerimônia religiosa e quem espancou Arlindo Quiozini²⁰. A afirmação de estar a mando do governador do Estado não é um simples “blefe”, aliás, indiretamente o policial se sentia à vontade em realizar tais atos por existir uma estrutura que o respaldasse, visto que o Estado representava os interesses dos latifundiários e afins. A denúncia não só demarcou uma nova forma de violência que, por meio da intolerância religiosa evoluída para agressão física, como novamente Arlindo não foi uma vítima esporádica, Arlindo era uma liderança entre os arrendatários e uma liderança política a frente da Associação, e as ações policiais violentas fazem parte de uma estrutura de repressão que se instaurou na região.

O cerco às lideranças como destacado acima na agressão a Arlindo Quiozini, não é algo restrito à Guerra do Arranca Capim, e sim um fato característico dos movimentos sociais de luta pela terra, a tentativa de calar ou silenciar os líderes. Não seria diferente no caso de Jôfre, que se construiu como principal liderança da Guerra do Arranca Capim e importante liderança política ao ser empossado como presidente da Associação dos Lavradores de Santa Fé do Sul.

3.3 O atentado contra a vida de Jôfre Correa Neto

Na medida em que o conflito foi ganhando notoriedade na mídia, como destaca Chaia em sua participação em Welch; Perrine (2001), na capital paulista às pessoas ficavam à espera de novidades do conflito, era comum acompanhar os acontecimentos, por parte queriam saber os passos de “Jôfre, o Fidel dos sertões” como a mídia o destacava, ou até mesmo “Fidel Castro Sertanejo”, como destacou o jornal Última Hora, no Rio de Janeiro, em 1959:

²⁰ A foto destacada na reportagem é de Arlindo Quiozini.

Figura 6 – Jôfre, o Fidel Castro Sertanejo

Conflagrado o Interior Paulista; Surge um "Fidel Castro Sertanejo"

SÃO PAULO, 15 (ULTIMA HORA) — Um novo Fidel Castro, também barbudo, mas sem fuzilamentos, acaba de surgir na região da Alta Araraquarense, reunindo em torno de si mais de oitocentos homens que, ao contrário dos comandados do líder revolucionário cubano, não dispõem de quaisquer armas, mas se mostram firmemente decididos a lutar, assim mesmo, em defesa de um direito: o de cultivar a terra em que vivem.

O enchaço do movimento, que se volta contra o poder do latifúndio improdutivo, é Jôfre Correia Neto, o "Capitão" Jôfre, como lhe chamam, cuja primeira iniciativa foi a fundação da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Santa Fé do Sul e Rubinéia, entidade já legalmente registrada, mas na qual vêem alguns fazendeiros um perigo nascente.

Começa a Luta

A luta começou em 1954, quando 45 casas foram incendiadas, ficando os lavradores sem teto e sem meios de subsistência. "Seu" Zico Diniz, dono da Fazenda Mariana, que mora na capital, decidiu expulsar os arrendatários de suas terras, depois de negar-lhes o direito à prorrogação do arrendamento, por mais um ano, como vinha sucedendo, há tempos.

Todo o imenso latifúndio foi convertido em pasto, sendo destruídas as plantações existentes. Sementes de capim "colômbio", verdadeira praga, foram lançadas sobre as culturas, misturando tudo, sufocando o arroz, cuja colheita ficou quase inteiramente perdida. Os prejudicados reagiram, passando a arrancar o capim. Mas "seu" Zico foi ao juiz e obteve reforço policial. Batente a porta, solda-

a exploração a que todos eram submetidos. Com alguma instrução, ouvia falar em reforma agrária, embora observasse que a situação piorava de dia para dia. Seu trabalho era na roça de José Pereira Machado, na Ilha Grande, mas possuía outras terras com José Leite.

Juiz Suspeito

A Associação fundada pelo "Capitão" Jôfre foi reconhecida pelas Leis federais n.ºs. 4.085 e 7.038, sendo seu objetivo principal defender os direitos dos pequenos agricultores. O dono da Fazenda Mariana e outros latifundiários espalharam, entretanto, que ela era de caráter subversivo, não passando Jôfre de um comunista. Araramano, depois, de vagabundo e de não saber do que vivia.

Por sua atuação nos episódios da Fazenda Mariana, foi levantada, pelos lavradores, a suspeição do Juiz Sinésio Luis de Paiva Sapucal, acusado de haver prejudicado a ação intentada pelos senhores de terras. Também o Delegado Marçal agiu na questão, fechando a entidade camponesa e apreendendo-lhe os livros, sob a alegação de que havia sido invadida propriedade alheia, tentando fazer justiça pelas próprias mãos.

Pode Correr Sangue

A situação está tensa, pois com os arrendatários impedidos de retornar às terras que vinham cultivando há muitos anos, prosseguindo as violências, na Fazenda Mariana, onde foi ameaçado de morte por José Lira Mirim, Pedro Marconi, um velho de 83 anos, que chegou a ser agredido por aquele. Também foram ameaçados pelo mesmo indivíduo os lavradores José Ribeiro, Leobaldo Inocêncio dos Santos, Hilário Firmiano da Silva e Manuel Dias Pereira, além do próprio "Fidel Castro sertanejo". Muitos caboclos, apavorados, têm fugido do lugar.

Enquanto Jôfre diz que vai levar avanti, até o fim, o seu movimento de libertação, embora sem sangue ou violência o Prefeito de Santa Fé afirma que o sangue pode correr, pois se os lavradores ganharem, contra eles se voltaria o capataz da Fazenda Mariana; se vencer o "Seu" Zico, os agricultores terão de ser protegidos ao escapar na calada da noite, como criminosos, para não serem mortos a pauladas.

— De uma forma ou de outra — diz ele — o germe está no ar e a bomba pode explodir a qualquer momento.

Fonte: Hemeroteca. Jornal Última Hora, ano 1959, edição 027271²¹

A matéria foi publicada dia 15 de maio de 1959, traz várias nuances. Primeiramente destaca o caráter nacional que o conflito atingiu, pois a matéria foi publicada pelo Última Hora, por sua sede no Rio de Janeiro, além disso, alguns aspectos transcritos na matéria somam-se aos desfechos que já discutimos em nosso trabalho. O texto da matéria destaca o caráter pacífico da mobilização dos camponeses por parte de Jôfre, fazendo uma distinção importante entre Fidel e Jôfre no trecho:

Um novo Fidel Castro, também barbudo, mas sem fuzilamentos, acaba de surgir na região de Alta Araraquarense reunindo em torno de si mais de oitocentos homens que, ao contrário dos comandados do líder revolucionário cubano, não dispõem de quaisquer armas, mas se mostram firmemente decididos a lutar, assim mesmo, em defesa de um direito: o de cultivar a terra em que vivem (Jornal Última Hora, ano 1959, edição 027271, p. 3).

O texto destaca o caráter pacífico por parte de Jôfre, e o interesse maior deles que seria a terra para o cultivo. Outros fatores destacados na matéria são a queima de casas dos arrendatários, ações policiais com características duvidosas frente ao Jôfre, inclusive citando

²¹ Disponível em: https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/386030/per386030_1959_02721.pdf.

prisão arbitrária do líder, além de destacar ações do magistrado da comarca de Jales, a quem o jornal chama de “juiz suspeito”.

Tamanho era o reconhecimento que se construía em torno do personagem, que tanto incomodava o latifundiário Zico Diniz, quanto incomodava as forças de Estado, como resultado, Jôfre sofre um atentado contra sua vida.

De acordo com Welch (2007), no dia 05 de agosto de 1959, Jôfre estava prestes a viajar do município de Santa Fé do Sul à capital do estado de São Paulo, quando foi atingido no rosto por tiros à queima roupa, onde a bala veio a se alojar na língua e outra atingiu de “raspão”²² a parte superior de uma de suas pernas. Ele foi levado ao Hospital das Clínicas de São Paulo. Logo com sua chegada, líderes trabalhistas e políticos denunciaram a tentativa de homicídio e repórteres e simpatizantes tomaram conta da porta do Hospital.

Diante disso, apesar dos ferimentos, Jôfre não morre, e o episódio em si ganha contornos de um ponto curioso, pois de acordo com Chaia *in* Welch; Perrine (2001), o próprio Jôfre chega a dar mais de uma versão de como o fato teria acontecido. Pois bem, como já apontado por Welch (2010); Chaia (1980), e analisado por Cavichia e Martins (2018) há uma série de elementos construídos em torno de Jôfre que o tornam um personagem, um protagonista que enfatiza e narra de diferentes formas fatos sobre si próprio.

Em Welch; Perrine (2001), o próprio Jôfre conta que estava com uma caravana de onze pessoas, prestes a seguir viagem até São Paulo para tentar uma reunião com o Governador Carvalho Pinto, pois queria dizer que a luta que eles estavam estabelecendo era pacífica, quando um homem se aproximou dele e desferiu os tiros.

Um depoimento no documentário de Welch e Perrine nos chamou a atenção sobre o episódio da tentativa de assassinato, a fala de Joaquim Nogueira, como já apresentado, um dos principais prepostos de Zico Diniz, segue a transcrição:

Eu não dei um tiro no Jôfre, por causa de não levar um nome de assassino por matar um sujeito tão atoa como Jôfre, vontade eu tinha, coragem eu tinha, sou nervoso nesse ponto de vista, o crime não compensa em matar um mais ruim do que a gente. A polícia estava ao meu favor, a polícia não era contra eu não, eu estava sabendo, mais ou menos... e mandou que eu saísse da cidade por cinco dias, porque disseram que foi eu quem tinha mandado matar (pausa) o Jôfre era muito querido desse povo vagabundo que não queria trabalhar (Welch; Perrine, 2001, min 17:45).

²² Tiro de raspão: ocorre quando um projétil impacta superficialmente a pele ou um objeto, sem penetrar de forma significativa.

Dessa forma, podemos notar nitidamente não só o componente emocional da raiva, quanto o desprezo pela vida de Jôfre, afinal aquele era o principal entrave que denunciava os acontecimentos em que os arrendatários estavam expostos.

Sobre a identidade do autor dos disparos, José Correa de Lira afirmou à Cavichia e Martins (2018) que conhecia o atirador, que ele tinha o apelido de “Silva Preto”, que o mesmo trabalhava tirando madeira para Joaquim Nogueira. Esse relato da entrevista de José se confirma nas palavras do próprio Joaquim Nogueira, o mesmo afirma em Welch e Perrine (2001) que conhecia o autor, que o autor dos disparos trabalhava para ele retirando madeiras.

Nazareth dos Reis em Welch; Perrine (2001) afirma que ele sabe quem foi o mandante do crime, que o próprio mandante teria lhe confirmado, diz também que o comentário que circulou durante o momento em que a tentativa de assassinato ocorre, é que o atirador teria tomado cerca de um litro de conhaque para se encorajar a atirar em Jôfre, os boatos davam conta que ele havia andado de bar em bar, até o fatídico momento, e que em seguida, o atirador sumiu da região, nunca mais teria sido visto por Santa Fé do Sul.

Todas essas nuances em torno do atentado contra a vida de Jôfre demonstram como ele havia se consolidado como expoente da resistência, adquirido proporção que fez o indivíduo que atentou contra sua vida sentir tamanho medo que necessitou embriagar-se antes do ocorrido. Importante destacar que mesmo antes de sua chegada em Santa Fé do Sul, Jôfre já havia se envolvido em diversas confusões as quais tinha dificuldade de explicar. Jofre foi preso diversas vezes, por diferentes motivos, vejamos algumas dessas prisões:

- Foi preso em 1953 por espancar e em 1956 por esfaquear um homem, sendo os períodos mais extensos de prisão;
- Preso duas vezes para verificação de identidade em 1950;
- Preso em 1952 por um espancamento;
- Preso em 1953 por vagabundagem;
- Preso em 1954 por praticar jogos proibidos;
- Preso em 1955 para checagem de antecedentes (Welch, 2010).

Esses são registros que antecederam sua chegada em Santa Fé do Sul, pois, quando começa a ganhar notoriedade com sua ação frente aos arrendatários, Jôfre sofreu com uma sequência de prisões especialmente de 1960 a 1963, sendo diversas acusações como: agitação, perturbação da ordem pública entre outras narrativas que foram impostas para tentar silenciar o personagem que já despontava frente a um movimento que não estava somente em Santa Fé do Sul. Jôfre passa a ser não apenas líder daquelas oitocentas famílias, mas passa a ser um nome

em destaque para a luta contra abusos por parte de latifundiários e também contra a omissão do Estado, frente aos camponeses.

Vejamos uma sequência de publicações que nos ajudam a compreender essa perseguição e tentativa de manter Jôfre longe de Santa Fé do Sul:

Figura 7 – Denúncia de Queima de Barracos e Jôfre na Prisão



Fonte: Memória BN. Jornal Terra Livre. Ano 1960\Edição 00094.²³

Na matéria é possível observar já de início uma provocação ao então governador Carvalho Pinto, sob o título “Enquanto Carvalho Pinto cruza os braços”, e na sequência traz a manchete “Zico Diniz e seu cangaço estão queimando ranchos em Santa Fé do Sul”, novamente evidenciando o caráter de denúncia. O texto da matéria ainda se organiza em destacar uma foto de Jôfre preso na cadeia de Jandira, São Paulo, bem como destaca a visita de uma comissão enviada da capital para averiguar as denúncias de queimas de barracos, esta comissão teria sido formada por José Flores e Dante Pelacani, deputado Luciano Lepera, Nestor Vera (diretor da ULTAB) e Paulo Vanzolini (representando o governador Carvalho Pinto).

Em um trecho da matéria é possível constatar a autoria e o planejamento dos episódios de queima de barracos confessada pelo próprio autor do delito:

²³ Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=814261&pagfis=244>. Acesso em 10 janeiro de 2026.

Na Fazenda Mariana constatou-se o criminoso atentado ao direito e à vida daqueles honestos lavradores, mais de 10 ranchos destruídos pelas chamas ateadas pelo jagunço de Zico Diniz, de nome Joaquim Jovino. Num dos ranchos, por exemplo, queimou-se tudo que estava dentro, cereais, móveis, um colchão e a modesta família do arrendatário Cícero Pereira do Nascimento havia guardado 50 mil cruzeiros, fruto de muitos anos de economia. A mulher do lavrador, ao tentar apagar o fogo, para evitar o prejuízo dos 50 mil cruzeiros, saiu com as vestes inteiramente queimadas. Dessa forma, o próprio representante do governo, sr. Paulo Vanzolini, indo a delegado de Polícia de Santa Fé do Sul abrir o necessário inquérito. Na delegacia, o bandido Joaquim Jovino, jagunço e leiteiro de Zico, confirmou que tocou fogo nas casas dos lavradores por ordem do próprio fazendeiro e de seu administrador José Lira (Jornal Terra Livre. Ano 1960\Edição 00094, p. 2).

Figura 8 – Jôfre Recebendo Visita de Sindicalistas na Cadeia em Mirassol, São Paulo



Fonte: Última Hora/Apesp *In* memorial da democracia.²⁴

A imagem é muito simbólica, pois destaca não só Jôfre em mais uma das diversas prisões, essa em dezembro de 1960, mas demonstra a mobilização que existia em torno da causa dos arrendatários, mais especificamente de Jôfre.

Em outra reportagem do Jornal Terra Livre, de fevereiro de 1961 ²⁵, após conseguir a liberdade, Jôfre dá declarações ao jornal e aparece novamente ao lado de lideranças sindicais:

Depois da libertação de Jôfre Corrêa Neto, presidente da Associação dos Lavradores de Santa Fé do Sul, várias manifestações para comemorar essa vitória vêm sendo realizadas na Capital e no interior de São Paulo. Os sindicatos operários realizaram, na sede do Sindicato dos Metalúrgicos, um ato público para festejar esse acontecimento, que compreendeu conferências de pessoas. Nessas manifestações, Jofre Correa Neto, ao lado de outros oradores, fez renovado apelo no sentido de uma

²⁴ Disponível em: <https://memorialdademocracia.com.br/conflitos/sp>. Acesso em 11 de janeiro. 2026.

²⁵ Jornal Terra Livre. Ano XII – nº 97. fevereiro de 1961. Disponível em: <https://acesse.one/SYKiU>. Acesso 11 de janeiro. 2026.

maior solidariedade à luta dos lavradores de Santa Fé do Sul contra os despejos, particularmente para libertar quanto antes seus dois companheiros de diretoria que ainda se acham encarcerados, os srs. Arlindo Quiozini e Olímpio Pereira Machado (Jornal Terra Livre. Nº 97. fevereiro de 1997, p. 7).

Como podemos notar, outras lideranças ligadas aos arrendatários e especificamente a Associação de Lavradores, também foram presas como Arlindo Quiozini e Olímpio Pereira Machado. A matéria também demonstra, novamente, a mobilização das forças sindicais urbanas, como o Sindicato dos Operários.

Ainda no ano de 1961, outra reportagem do Jornal Terra Livre (ano 1969. março. n. 0098)²⁶, destaca que Jôfre foi impedido de participar da I Conferência Regional dos Plantadores da América Latina em decorrência de uma nova ordem de prisão preventiva emitida pelo juiz da Comarca de Jales.

Além disso, em 19 de fevereiro, durante o Encontro Sindical Nacional realizado em São Paulo, com a participação de 283 delegados provenientes de 17 estados, foi divulgado que Jôfre encontrava-se novamente na condição de procurado pela polícia, tendo em vista a expedição de duas ordens adicionais de prisão contra ele. Diante dessa situação, os dirigentes sindicais deliberaram por encaminhar representação ao presidente da República, ao governador do estado de São Paulo e ao juiz responsável pela comarca de Jales, denunciando os fatos e solicitando a suspensão das ordens de prisão, bem como o encerramento das perseguições aos líderes camponeses, além disso, decidiram solicitar ao Supremo Tribunal Federal a concessão de habeas corpus para Arlindo Quiozini e Olímpio Pereira Machado, fundamentando-se nas mesmas garantias constitucionais que asseguraram a libertação de Jôfre.

Portanto, por meio das informações das matérias jornalísticas trazidas aqui, podemos notar como Jôfre foi trilhando seu caminho de um forasteiro controverso a líder conhecido nacionalmente. Podemos notar que no passo em que ele começa a estabelecer a resistência e a união dos camponeses, ele atraiu o interesse político, na medida em que há um desenvolvimento político ela passa a utilizar termos como “reforma agrária”.

Outro passo importante é notar que ele vai se tornar vítima de uma sina que infelizmente se constitui uma tradição brasileira nos movimentos sociais. Todos os aspectos comentados na introdução desse trabalho e no primeiro capítulo na seção 2.2 A questão de terra no Brasil, são experimentados por Jôfre, inclusive o episódio de 1959, quando tentaram tirar sua vida, o que evidencia não uma mera ação porque Jôfre incomodava Zico Diniz e seus prepostos, isso também, aliás, talvez esse seja o fator central, mas a grande verdade é que Jôfre passou a

²⁶ Disponível em: <https://acesse.one/15YBG>.

incomodar essa estrutura agrária que pouco se alterou na conjuntura brasileira. A tentativa de homicídio a Jôfre pode ser encarada como mais um dos inúmeros atentados às lideranças que se colocam no enfrentamento dessas estruturas, por sorte do líder ou por medo ou má pontaria do atirador, Jôfre não morreu, porém tentaram o afastá-lo de outras formas, sendo as prisões o maior obstáculo que poderiam lhe impor, visto que, se tentassem terminar o serviço, o colocaria em maior evidência e com toda certeza o transformariam em um mártir.

Por fim, entendemos que essa tentativa de assassinato não deve ser vista de forma isolada, porque devemos observá-la em conjunto com os outros acontecimentos, visto que um líder conseguiu mobilizar centenas de arrendatários, estabeleceu resistências sem violência e armas, munidos apenas de suas ferramentas usuais do trabalho na lavoura, conseguiu promover outras lideranças secundárias como Arlindo e Olímpio, fundaram uma associação de trabalhadores. E não devemos ainda esquecer que a tentativa de silenciar o movimento e Jôfre não partiu somente do fazendeiro, o Estado intervém, seja nas ações tendenciosas das forças policiais, seja na violência física, na atuação arbitrária do juiz da comarca de Jales, ou na “resolução” do conflito, conforme destacamos adiante.

3.4 A “resolução” do conflito

Neste ponto, foi desenhado o contorno final da Guerra do Arranca Capim. Embora pareça contraditório, constata-se que, na verdade, não houve um desfecho definitivo, tampouco uma resolução organizada e justa para os arrendatários. Para analisar os acontecimentos que se desdobraram a partir de 1959, ano em que se iniciou uma disputa judicial para que os camponeses obtivessem contratos por escrito e amparo legal, busca-se examinar, de maneira central, a luta pela prorrogação desses contratos, a ação do Estado (principalmente na figura de Paulo Emílio Vanzolini) diante do conflito e a importância da organização camponesa.

A Associação dos Lavradores de Santa Fé do Sul, fundada em junho de 1959, da qual Jôfre fora eleito presidente, teve grande importância na tentativa de transformar a demanda entre os arrendatários e Zico Diniz. Desta forma, a Associação formou uma comissão de arrendatários e redigiram uma carta solicitando garantias às famílias envolvidas, e também requerendo a permanência delas nas terras arrendadas. O documento foi endereçado ao governador do estado de São Paulo, Carvalho Pinto (Chaia, 1997).

Em linhas gerais, os arrendatários queriam em um primeiro momento a prorrogação de contratos, ou seja, eles haviam realizado o contrato de forma oral com os prepostos de Zico, onde deveriam realizar a derrubada das matas, entregar a metade da madeira para os prepostos

de Zico, e poderiam utilizar a terra por cinco anos, sendo que após a colheita do quinto ano deveriam plantar capim e deixar as terras.

Importante destacar que estas pessoas que chegavam até a fazenda, em sua grande parte já vinham de outras situações parecidas em outras propriedades, mas, como Reis (1990) e Chaia (1980) apontam, em grande parte, vindos das regiões norte e nordeste do Brasil. Além disso, ficou claro nas descrições a situação em que estes que ingressaram nas fazendas do Bosque e Mariana, a destacar as moradias, chamadas de “barracos”.

Diante disso, quando começam a ser expulsos, de maneira massiva a partir de 1957 e 1958, isso não só deixava claro que a única e exclusiva intenção do fazendeiro era ter suas terras livres das matas para criar bois, como também significava para aqueles arrendatários a perda não só da sua moradia, mas também da única forma de sobrevivência, que era o cultivo. Reis (1990), destaca ainda, que nos anos de 1956 a 1957, os arrendatários enfrentaram dificuldades climáticas, o que acarretou em colheitas baixas, vale que salientar houve famílias que perderam toda lavoura de arroz.

Ficou assim consagrado, que a luta inicial seria pela prorrogação dos contratos, embora os contatos em torno de Jôfre tivessem estabelecido discursos e o planejamento, que após essa organização, com contratos formalizados e com os arrendatários seguros em suas lavouras e assistidos pelo poder público, a discussão se encaminhasse pelo caminho da justiça social e da reforma agrária, Cavichia; Martins (2018), ao entrevistar José Correa de Lira, destacam a fala que era utilizada por Jôfre, como um grito mobilizador: “As terras têm que ser daqueles que nelas trabalham, e não dos Bois de Zico”.

Com esse caminhar da mobilização camponesa através da Associação, os acirramentos provocados pela expulsão e plantio de capim nas lavouras, em agosto de 1959, quando atentaram contra a vida de Jôfre, ocorreu forte mobilização em torno do hospital onde Jôfre ficou internado, como nas próprias fazenda os arrendatários começaram a protestar firmemente contra Zico e seus prepostos, que verdadeiramente chegou no ápice dos ânimos, pois nessa altura, revoltados pelo atentado contra o líder, os arrendatários passaram a se mobilizar-se para cobrar não só o poder público, como elementos narrados na entrevista de José Correa de Lira a Cavichia; Martins (2018), em que o arrendatário narra dois episódios que demonstram isso, pois José Correia conta que nesse período, pós atentado contra Jôfre, os arrendatários chegaram a pôr Zico para correr em seu Jeep, pois o mesmo demonstrou medo de se aproximar daqueles mais revoltados, e o arrendatário ainda destaca um episódio, em que foram enviados militares a Santa Fé do Sul, e que estes ao desembarcarem na estação, foram até a fazenda, e deram aquilo

que José chamou de demonstração de força, que foi uma sequência de agressões somada à prisão de alguns que foram pegos de exemplo.

Importante constatar que esse episódio da intervenção militar narrado a partir da memória de José Correia de Lira, quem vivenciou o acontecimento, também é destacado por Reis (1990) e por Paulo Vanzolini em seu depoimento no documentário de Welch; Perrine (2001).

Demonstrando, não somente a importância dessa ação para o desfecho do conflito, mas também é importante analisar sob qual plano de fundo isso acontece, pois é mais uma demonstração da atuação do Estado no conflito, porém, mais uma vez com clara arbitrariedade.

Diante da situação crítica e do aumento da tensão, o governo estadual resolveu intervir novamente no movimento, mas agora com a ideia do que denominou de “resolução”. Segundo Chaia (1997), foi enviado a Santa Fé do Sul como representante do governo, Paulo Emílio Vanzolini (zoólogo e compositor brasileiro), que no governo de Carvalho Pinto foi assessor científico, e esteve ligado a pasta da Secretaria da Agricultura, este foi dado a ordem de tentar regularizar a maior quantidade possível de situações dos arrendatários.

Junto do representante do governo, foram para Santa Fé do Sul, o deputado Luciano Lepera, os líderes sindicais: José Flores Navarro (Sindicatos dos Marceneiros); Alberti Ferreira (Sindicato dos Mestres e Contra-mestres) e Pedro Renault Duart (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil – ULTAB) (Chaia, 1990).

De acordo com Chaia (1997), no dia 28 de agosto de 1959, foi realizada uma reunião em Santa Fé do Sul, que tinha por objetivo colocar no mesmo recinto para discussão, representantes do governo, líderes sindicais e os arrendatários, que juridicamente eram representados pelos advogados Roberto Valle Rollemberg e Laurindo Novaes Netto. Segue a descrição das pautas apresentadas pelos representantes do governo:

- a. - recolocação em terras do estado, com auxílio para o preparo da terra para ainda este ano;
- b. - recolocação em outras zonas do estado ou em outros estados;
- c. - relocação em outras fazendas da região;
- d.- para os que quisessem permanecer nas terras à espera da solução judicial, seriam mantidos o amparo e a proteção do governo (Chaia, 1997, p. 19).

Quando Vanzolini efetuou tal proposição, a resposta dos líderes sindicais, rapidamente expressaram revolta, porém após cinco horas de reunião, os arrendatários aceitaram as propostas do governo, fixando assim, além das pautas já apresentadas, a garantia de um novo contrato, com prazo de dois anos.

Quando analisamos a fala do próprio Vanzolini, conseguimos entender quais ações foram tomadas nessas cinco horas, os fatores que desmobilizaram o enfrentamento:

Aí o povo se revoltou, mas aí entraram os líderes sindicalistas que eu levei de São Paulo que eram especialistas, e se levantaram contra mim “você não pode dizer isso”, aos poucos a conversa foi mudando... resolvi o problema! em primeiro lugar, abaixando a temperatura, eu tirei os elementos mais briguentos, dei um dinheiro para eles saírem da região, e aí eu botei de um lado o advogado da fazenda e do outro o advogado dos trabalhadores, em outra cidade, em Jales para saírem da confusão, acertaram um contrato, e acertaram tudo entre eles (Welch; Perrine, 2001 min 23:45).²⁷

Pois bem, nas palavras do próprio Vanzolini fica evidenciado que seu objetivo não era agir com parcialidade ou neutralidade, ele tinha o papel de resolver o conflito, o problema é que no entendimento de Carvalho Pinto representado na figura de Vanzolini, era minar o movimento, dispersar os camponeses, ou estabelecer um curto prazo para as terras ficarem livres para o fazendeiro, e as manchetes livres dos acontecimentos que se destacavam nacionalmente.

Em outra fala de Vanzolini (inclusive proferida com certo sarcasmo), o caráter de dispersar os camponeses para acabar com o conflito, fica expressamente dito:

Então, aqueles que quiseram passagens, foram enviados para outras localidades, alojados em outras fazendas, teve aqueles que eu peguei um vagão de sementes de arroz, imprestáveis para plantio e dei para alguns, tecnicamente não foi suborno porque eu dei para agricultores sementes (risos) ... eu não gastei cem sacis de arroz (risos) ... eram sementes de arroz velhas que tinham passado o prazo de validade (Welch; Perrine, 2001 min 25:30).²⁸

Dessa forma, muitos arrendatários deixaram as terras, assim alguns foram realocados em outras fazendas, alguns receberam dinheiro, grande parte deixou as fazendas para receberem em troca cinco sacas de arroz. Aqueles que toparam a confecção dos contratos, passaram pelo crivo de Zico e seus prepostos, de acordo com Chaia (1997), eles selecionaram e dualizaram entre “aceitáveis” e “inaceitáveis” nas fazendas.

O novo contrato era estabelecido com os arrendatários considerados aceitáveis, e foram redigidos na cidade de Jales, no dia 02 de setembro. Dessa reunião, teriam participado Zico Diniz, seus prepostos e seu advogado Libero Luchéis, os advogados dos arrendatários Roberto Valle Rollemberg e Laurindo Novaes Netto, além de Paulo Vanzolini (representando o governo estadual), Tasso de Oliveira (delegado do Departamento de Ordem Política e Social – DOPS) e Júlio César Silveira Netto (delegado de polícia de Santa Fé do Sul), além disso, cabe destacar

²⁷ Transcrição da fala de Vanzolini para o documentário de Welch; Perrine (2001).

²⁸ Transcrição da fala de Vanzolini para o documentário de Welch; Perrine (2001).

que os contratos redigidos, diferente do acordado, tinham prazo de um ano, com data final em 15 de julho de 1960. (Chaia, 1997).

Chaia (1980), destaca que os novos contratos não traziam em seu título o termo “contrato de arrendamento”, e sim “Contrato de Parceria Agrícola”, nesse caso, os contratos nomeavam os prepostos de Zico como arrendatários, sendo eles Joaquim Nogueira e José Lira Marin, colocando os camponeses como subarrendatários e no contrato citados como parceiros agrícolas.

Podemos assim notar que esse processo de “resolução” tem três elementos. Primeiro, notamos nitidamente na fala de Vanzolini que seu interesse era dispersar aqueles arrendatários, sendo narrado com risos o fato de ter dado dinheiro e sacas de arroz imprestáveis para que os arrendatários deixassem as fazendas de Zico.

Segundo ponto, destacamos os aparatos ideológicos presentes nessas negociações, Vanzolini levou infiltrados para conseguir persuadir os arrendatários, ainda cabe ressaltar que conseguiu a mobilização dos próprios advogados dos camponeses e dos líderes sindicais que se fizeram presentes, além desses, cabe ainda ressaltar que os arrendatários foram colocados como “Parceiros Agrícolas”, o que foi utilizado para facilitar a inclusão de cláusulas como a predeterminação do produto que deveria ser plantado, no caso deveria ser o arroz, a preferência de compra da produção do arrendamento era dada ao proprietário da terra. E o terceiro ponto que gostaríamos de destacar, é que todas essas ações foram realizadas sem a presença de Jôfre Corrêa Netto, pois como já demonstrado, logo após o atentado contra sua vida, ele passa a ser preso constantemente, em uma clara tentativa de silenciá-lo, manter ele distante de Santa Fé do Sul.

De acordo com Welch (2010), durante seu encarceramento, Jôfre continuou a servir o partido PCB como um símbolo camponês, tendo em sua figura a imagem documentada por militantes e publicações, as injustiças que enfrentavam as classes trabalhadoras rurais. O autor ainda afirma que Jôfre teria sido posto em liberdade e posto em liberdade em maio de 1964, já com regime militar imposto, visto que esse regime havia declarado guerra à esquerda, o então Fidel Castro do Sertão, havia perdido sua tela, tornando-se um mero fantasma, até a década de 1980, quando pesquisadores começaram a pintar seu retrato novamente.

Ao falar no líder, não seria tarefa fácil uma descrição correta de seus passos após 1964, porém alguns registros descritos por Welch (2010), descrevem: apareceu na imprensa em 1973, quando foi preso pelo DOPS, em Jundiaí, São Paulo, sob alegação que ele era um terrorista, integrante de um grupo armado da esquerda que havia roubado muitos bancos, alegando ainda

que ele possuía um antigo exemplar de um jornal comunista, entretanto, o autor não encontrou esse processo.

O autor ainda destaca que Jôfre teria trabalhado como diarista e pequeno negociante nos anos de 1980; trabalhou com garimpo de pedras preciosas em Tocantins; ainda em 1980 conseguiu aposentadoria como “febiano” (ex-combatente da Força expedicionária Brasileira) nos anos 1990, viveu entre ciganos em Goiás. Por fim, Jôfre concedeu entrevistas a pesquisadores e participou da filmagem do documentário *Grass War!* (Guerra do Capim) em 2000, viajando para fora do Brasil, em 2001, com destino aos Estados Unidos para assistir o lançamento do documentário.

Voltando aos contratos, no dia 03 de setembro iniciaram-se os trabalhos para a coleta de assinaturas, porém, no momento das assinaturas surgiu um novo problema, pois muitos se negaram a assinar os contratos, em função das cláusulas nº 7, que estabelecia que o prazo final seria 15 de julho de 1960, e nº 12, que previa o plantio de capim-colônia ao término desse prazo. O grande opositor, foi Olímpio Pereira Machado, membro da diretoria da Associação dos lavradores de Santa Fé do Sul, em meio aos desentendimentos, Vanzolini retornaria em Santa Fé do Sul em 16 de setembro para tentar “resolver” essa situação, novamente, retirou os arrendatários mais revoltados em outras fazendas, deixando o clima mais calmo e diante da dificuldade de organização, Olímpio resolve assinar 180 contratos em nome da associação (Chaia 1997).

Por fim, agora explicamos por que todas as vezes que utilizamos a palavra resolução nesta seção do capítulo ela veio acompanhada de aspas, esse destaque não se insere com tom de sarcasmo ou cômico como demonstrou Vanzolini em suas falas sobre sua ação no movimento, estas aspas foram para chamar a atenção para o que ele chamou de resolução, não foi uma resolução, ou seja, na verdade, foi uma ação para minar o movimento e deixar às terras livres, pois uma resolução incumbiria em primeiro passo ouvir os arrendatários, organizar um sistema que pudessem ter ao menos uma garantia progressiva a longo prazo para que aqueles pudessem manter suas vidas e condições dignas para sustentar suas famílias.

Todavia, não podemos chamar de resolução entregar sementes de arroz impróprias para o plantio e para alimentação, nem se livrar daqueles tidos como indesejáveis alocando-os em outras fazendas, ou o que dizer ainda da tentativa de transformar os arrendatários em “parceiros”, qual seria o entendimento de parceria para Zico? Indico que faça a leitura do Anexo A nesse momento, pois lá se encontra o modelo de contrato utilizado.

Portanto, essa foi uma ação pensada em organizar em curto tempo a limpeza da fazenda para o fazendeiro, aqui não me refiro às matas e bosques, e sim na retirada dos arrendatários.

4 PROPOSTA PEDAGÓGICA: A GUERRA DO ARRANCA CAPIM COMO SUBSÍDIO NO ENSINO DE SOCIOLOGIA

4.1 O Planejamento didático do uso da história local no Ensino

Pois bem, agora apresentada a parte conceitual e metodológica no primeiro capítulo, seguida da abordagem histórica da Guerra do Arranca Capim no segundo capítulo, iremos apresentar a hipótese de trabalho.

Ressaltamos que a proposta que passa a ser construída a partir dessa seção é pensada para professores que atuem nas escolas da microrregião de Santa Fé do Sul, sendo as cidades de Rubinéia, Santa Clara d'Oeste, Três Fronteiras, Santa da Ponte Pensa, e Nova Canaã Paulista, pois se trata da história local, porém nosso objetivo é não somente contribuir com a localidade do movimento, mas que nosso trabalho possa servir de modelo ou inspiração para que professores de Sociologia de uma maneira geral, possam passar a compreender a importância de se proporcionar o trabalho com a história local para os estudantes.

Ao pensar a história local, um conceito que passa a integrar o nosso trabalho é a história oral, pois a existência desse trabalho é um exemplo prático, visto que toda teoria aqui empregada, e toda pesquisa elaborada, surge da história oral como ponto inicial, sendo, através desta, que tomamos conhecimento da Guerra do Arranca Capim. Dessa forma, foi através da história oral que tivemos a oportunidade de conhecer aquilo que não está redigido nos livros e nas construções oficiais.

Uma referência importante para pensar nosso trabalho, foi a dissertação de mestrado de Francisca Bezerra da Silva, intitulada “Do tempo dos antigos aos tempos atuais: um estudo através de narrativas memoriais da história do quilombo de Queimadas em Crateús-Ceará”,²⁹ esse trabalho contém um detalhe importante, ele também se constitui como um trabalho oriundo do Programa de Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional, confeccionado na instituição Universidade Federal do Ceará, comprovando assim, não só a importância do programa, como a produção de materiais como uma estratégia de estabelecer e demarcar uma forma de resistência da Sociologia, mediante os desafios que a disciplina enfrenta para se manter viva nos currículos.

No trabalho de Francisca, a autora aborda o trabalho com a educação quilombola, já no nosso trabalho abordamos os movimentos sociais de luta pela terra, porém em ambos os

²⁹ Silva, (2021).

trabalhos, buscamos o trabalho didático sobre o pano de fundo da história local: Francisca ao abordar a história do quilombo de Queimadas, nós o de abordar a Guerra do Arranca Capim.

Outro importante trabalho que nos convém apresentar dada a sua relevância para nossa proposta, é o livro “Reflexões sobre história local e produção de material didático” organizado pelos autores Alveal; Fagundes; Rocha (2017), visto que essa é direcionada para professores que objetivam produzir materiais didáticos focados na utilização da história local.

Destarte, apresentamos esses trabalhos para que o leitor tenha acesso aos textos que ajudaram a pensar esse capítulo, visto que ao tomar ciência dessa bibliografia mais detalhada, principalmente o leitor docente, poderá ter um ponto de partida relevante, pois é interessante não perder de vista que um dos objetivos desse trabalho (inclusive esse capítulo é dedicado a isso) é de fomentar o trabalho direto de professores com a Guerra do Arranca Capim ou inspirar professores de outra localidade a trabalhar com a história local.

Acreditamos que esse trabalho pedagógico com a história local seja agregador ao ensino de Sociologia, pois partilhamos de concordâncias com Nunes; Bianchezzi (2015), que destacam que ao trabalhar a história local na sala de aula, os estudantes se sentem mais ligados à comunidade à qual pertencem, o trabalho pedagógico com a abordagem local propicia que eles reconheçam os desafios, as particularidades, as transformações e aquilo que permanece ao longo do tempo nesse espaço, contribuindo ainda para que o estudante conheça a história de sua própria vida e da comunidade, ajudando a fortalecer a sua identidade, incentivando também a reflexão sobre sua situação social, auxiliando-os a se tornarem pessoas mais críticas e conscientes do mundo em que estão inseridos.

Partindo da observação dos autores, utilizaremos uma hipótese direcionada à Guerra do Arranca Capim para evidenciar como pode ocorrer essa contribuição: Suponhamos que um estudante do 2º ano do Ensino Médio resida em Santa Fé do Sul, no bairro São Francisco e estude em uma escola estadual da cidade. Levando em consideração a disposição do Currículo Paulista³⁰, esse estudante na disciplina de Sociologia terá, dentre outros, os seguintes objetos do conhecimento: desnaturalização das formas de desigualdade e intolerância para a promoção dos Direitos Humanos: laicidade, pluralismo e intolerância religiosa; Formas e dimensões da violência: física, psicológica e simbólica; Modos de produção, formas de trabalho e seus desdobramentos em diferentes sociedades, considerando as mudanças técnicas, tecnológicas e informacionais ocorridas (trabalho escravo, servil e assalariado e os perfis sociais das diferentes

³⁰ São Paulo, 2020.

ocupações; O trabalho urbano e rural no mundo contemporâneo e os seus desafios ético-políticos: a mão de obra familiar, as parcerias, os assalariados temporários.

Pois bem, para abordar essas temáticas elencadas, é muito usual que o professor e até mesmo os materiais didáticos partam dos grandes eventos, em geral acontecimentos europeus, ou ainda recortes de acontecimentos e personagens demarcados como importantes nacionalmente. Entretanto, ao analisar esses temas extraídos do Currículo Paulista e efetuar a leitura do capítulo 2 deste trabalho, verá que a Guerra do Arranca Capim fornece subsídios para discutir todos elementos destacados do currículo, mais do que isso, possibilita que o docente possa contextualizar os registros do local para o global, o que acreditamos ser um motivador aos estudantes.

Porém, essa hipótese destacada, pode ainda somar de maneiras mais significativa aos estudantes, pois em linhas do que foi apresentado por Nunes; Bianchezzi (2015), esse estudante ao ter contato com o texto de Reis (1990), notará que alguns bairros de Santa Fé do Sul, como a Vila Mariana e São Francisco, a partir das décadas de 70 e 80 passam a receber e têm em sua formação, pessoas que antes eram sitiantes ou que deixaram as grandes fazendas para morar na cidade, inclusive, ex-arrendatários das fazendas de Zico.

Portanto, a partir do trabalho pedagógico com a história local tendo como enfoque a Guerra do Arranca Capim, não só propicia ao estudante a ter uma percepção da formação da sua comunidade local, como proporciona ganhos significativos para perceber os processos políticos, econômicos e sociais que dão o contexto de formação e transformaram o local onde vive.

De forma a organizar os passos seguintes o presente capítulo contará com um levantamento e, por conseguinte, o direcionamento da bibliografia específica da Guerra do Arranca Capim, com o intuito de demonstrar os subsídios específicos que cada bibliografia pode fornecer, e por fim, apresentaremos propostas temáticas direcionadas a fornecer hipóteses de trabalho pedagógico da Guerra do Arranca Capim, com base no trabalho constituído nos capítulos anteriores e também demarcadas pela nossa experiência docente.

4.2 O levantamento bibliográfico específico sobre a Guerra do Arranca Capim

No caso da Guerra do Arranca Capim, tratamos de um tema que já havia produção bibliográfica, isso em certa medida facilita o trabalho docente, pois se trata de um trabalho de buscar as fontes, dar tratamento a elas, e pensar o trabalho nas aulas de Sociologia.

Abordaremos a partir das fontes que entendemos como relevantes para a base teórica do trabalho didático, sendo algumas dessas principais fontes já utilizadas no percurso do nosso trabalho nos capítulos anteriores, porém agora elas serão exploradas com cunho pedagógico, além do acréscimo de outras fontes que se apresentarão durante o capítulo.

Na produção bibliográfica sobre a Guerra do Arranca Capim, o trabalho que temos como pioneiro foi “Os conflitos de Arrendatários em Santa Fé do Sul”, de Vera Lucia Michalany Chaia, dissertação de mestrado de Sociologia, apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, no ano de 1980.

O trabalho de Chaia é organizado de modo a fornecer base para a compreensão da formação do Oeste Paulista e destaca dois movimentos ocorridos em Santa Fé do Sul no mesmo período, A Guerra do Arranca Capim e também o movimento ocorrido na fazenda Reserva ³¹. A autora parte da ocupação e fundação de Santa Fé, fato que demonstra a atuação da empresa CAIC na atuação e ocupação dessa região, fato importante a Guerra do Arranca Capim, pois foi junto a CAIC que Zico Diniz adquiriu às terras que desenvolveu o conflito por nós estudado.

No tocante à Guerra do Arranca Capim, Chaia produz um levantamento minucioso em todo contexto e desfecho do movimento, além das descrições, ela apresenta e faz referência a diversos documentos que temos como primários, pois Chaia teve acesso a diversos depoimentos, ocorrências policiais envolvendo Jôfre, relatórios de entidades sindicais, além de entrevistas com personagens como o próprio Jôfre. Dessa forma, o trabalho apresenta como às terras chegam à posse de Zico, apresenta os acontecimentos e acirramentos já apresentados por nós no capítulo 2, bem como destaca um ponto muito relevante, a atuação do PCB no meio rural brasileiro, em específico, como essa organização e formação partidária influencia o movimento, em deixar de ser uma luta apenas por prorrogação de contratos e ganha conotação e discurso de reforma agrária.

Posteriormente, temos o trabalho “As revoltas do capim; movimentos sociais-agrários do oeste paulista 1959-1970”, de Luiz Noboro Muramatsu, dissertação de mestrado em Sociologia apresentado à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, no ano de 1984.

O trabalho de Muramatsu traz uma abordagem histórica que vai naquilo que chamaremos de raiz do movimento, não especificamente ainda ligado a especificamente a Guerra do Arranca Capim, mas em fatores que estão ligados à questão da terra no Brasil de

³¹ Em nosso trabalho temos como foco a Guerra do Arranca Capim, porém indicamos que o leitor acesse o trabalho de Chaia, pois o estudo do movimento ocorrido na fazenda Reserva contrasta com a Guerra do Arranca Capim, e a autora estabelece essa ponte.

profunda, que por consequência esta presente na Guerra do Arranca Capim bem como nos atuais movimentos sociais ligado a terra.

O autor estabelece uma introdução que demonstra como a partir da Lei de Terras, revitalizou um fenômeno denominado “grilagem” no Brasil, porém já direcionando como isso esteve presente na região de Santa Fé do Sul, desde final do século 19, onde a partir da Lei de Terras, toda essa região passa a pertencer a Patrício Lopes de Souza. O trabalho demonstrou que essas terras na verdade foram ocupadas por Patrício, e como o mesmo expulsou e coagiu todos os posseiros que já habitavam e sobreviviam nessa área.³²

Muramatsu apresenta uma descrição geral da Guerra do Arranca Capim, passando pela origem do conflito, principais fatos, atuação de Jôfre e atuação do Estado, bem como conta com relatos muito vívidos de arrendatários que sofreram com a expulsão e queima de barracos. Outro ponto importante no trabalho, é que além da Guerra da Guerra do Arranca Capim, Muramatsu aborda em uma segunda parte de sua dissertação “O caso do Aparecido Galdino”, um caso de um líder messiânico que esteve à frente de uma tentativa de barrar a construção da barragem da Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira, por ser contra às consequências naturais e sobre a submersão que às propriedades sofreriam mediante a construção do lago.

“Aparecidão”, como era conhecido, foi tanto um líder em certa medida político pela sua atuação, mas também religioso, que lhe rendeu também o apelido de “Profeta”. Inclusive, aproveitamos para indicar que a história de Aparecidão foi documentada em um filme, “O Profeta das Águas”³³, de direção e roteiro de Leopoldo Nunes, estreado em 2005. Acreditamos que o filme não só complementa aspectos relacionados a Guerra do Arranca Capim, mas fornece subsídios importantes à história local de Santa Fé do Sul e de atuais municípios, pois o filme aborda e traz documentação visual histórica da construção da Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira, conta com relatos de agricultores que tiveram suas propriedades submersas, além de relatos de pessoas que tiveram acesso aos “benzimentos” de Aparecido (atividade religiosa), bem como a descrição do próprio Galdino sobre sua atuação e objetivos, inclusive, em meio a atuação foi levado para São Paulo, torturado e depositado por anos em um Manicômio, pela ditadura militar.

³² Lembramos que todos os fatos ocorridos na apropriação de Patrício e na sucessão de grilagens que essas terras sofreram, estão destacadas no capítulo 2, aqui se trata de um direcionamento a fim de propiciar um planejamento no futuro uso pedagógico do texto.

³³ O filme se encontra disponível em meio digital no canal da distribuidora Taus, acesse: <https://youtu.be/PaNW7dx9RWI?si=eAreS3FGFUolOuMI>.

Ocupando a terceira posição em caráter cronológico, temos o trabalho “Tensões sociais no campo: Rubinéia e Santa Clara D’Oeste”, de Nazareth dos Reis, Dissertação de mestrado em História, produzida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, no ano de 1990.

A obra de Reis é extremamente complementar às demais apresentadas, contudo acrescida de uma maior densidade a fatores sociais. O autor também produz uma abordagem histórica sobre a Guerra do Arranca Capim, passando pela descrição do início do conflito e desfecho, entretanto a abordagem a liderança e atuação de Jôfre é aprofundada, somado a isso o trabalho constar com descrição dos mínimos detalhes da vida e cotidiano das famílias na fazenda, além dos acontecimentos políticos destacados, é possível acessar os detalhes da vida dos arrendatários que vão da violência física ao abandono sanitário, mortalidade infantil dentre outros.

Com toda certeza esses sobrenomes soaram como familiares, pois como não havia de ser diferente, foram de enorme contribuição para minha pesquisa e abordagem histórica do movimento. Aqui poderíamos dizer que estes três trabalhos acadêmicos formam tríade da Guerra do Arranca Capim, não com a intenção de canonizar estes trabalhos em grau de hierarquia sobre os demais, mas sim por entendermos que esses três trabalhos pioneiros são de suma importância para os demais, inclusive para o nosso.

Outro trabalho importante sobre o movimento é a confecção da peça teatral “Mutirão em Novo Sol”³⁴, peça de Nelson Xavier e coautoria de Augusto Boal, a peça foi escrita em 1961, no Teatro de Arena de São Paulo após uma reunião com líder Jôfre Corrêa Netto, a partir dos relatos de Jôfre sobre a situação que os arrendatários vivenciavam em Santa Fé do Sul, os autores produziram a peça que foi apresentada em São Paulo, e também em Belo Horizonte no I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, em 1961.

Em meio às inúmeras vezes que o líder foi detido, Jôfre consegue um relaxamento da prisão por meio do Supremo Tribunal Federal em São Paulo, e teve uma reunião no Teatro de Arena de São Paulo, juntamente com os autores da peça.³⁵ O líder camponês narrou a situação que os arrendatários estavam enfrentando nas propriedades de Zico, e Nelson Xavier com a ajuda de Augusto Boal foram escrevendo a peça a partir da narrativa de Jôfre.

A peça Mutirão em Novo Sol, ao ser apresentada no I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, em 1961, se constitui um grande marco não só para a Guerra do Arranca Capim, mas de certa maneira para a história da luta pela terra no Brasil, pois

³⁴ Em 2015, foi confeccionado o livro Mutirão em Novo Sol, por meio do Laboratório de Investigação em Teatro de Sociedade – LITS, e publicação da editora Expressão Popular LTDA.

³⁵ Informação extraída da Nota Introdutória do Livro Mutirão em Novo Sol escrita por Sérgio de Carvalho.

a peça inaugura uma sequência de peças com temáticas camponesas produzidas antes do golpe de 1964.

Outro notável pesquisador veio a produzir imensuráveis conteúdos para subsidiar a todos que desejam conhecer ou pesquisar sobre a Guerra do Arranca Capim, foi Clifford Andrew Welch, que, no ano de 2001, juntamente com Toni Perrine, produziu o documentário *Grass War! Peasant Struggle in Brazil: A luta camponesa no Brasil*, o documentário conta com os depoimentos de personagens do movimento como: Jofre Correa Netto; o arrendatário José Correa de Lira; Joaquim Nogueira, preposto de Zico Diniz; Paulo Vanzolini, responsável por vir a Santa Fé do Sul a mando do governador Carvalho Pinto para acabar com o movimento; além dos pesquisadores Nazareth dos Reis e Vera Chaia. Cabe ainda destacar que esse documentário foi gravado por Clifford com intuito de demonstrar a luta pela terra no Brasil, e foi lançado nos Estados Unidos, motivo esse que levou Jôfre a sair do Brasil pela primeira vez em abril de 2001, para acompanhar o lançamento.

O documentário proporciona que a Guerra do Arranca Capim seja narrada pelos personagens e discutida por pesquisadores, combinando assim a descrição da memória daqueles que vivenciaram o movimento e participaram ativamente com pesquisadores que analisaram e escreveram sobre o movimento décadas depois. Na medida em que os personagens descrevem suas ações e os acontecimentos da Guerra do Arranca Capim, é possível estabelecer uma gama de análises, dentre elas o exercício de comparar os discursos e as intencionalidades, como realizamos no capítulo anterior, analisando às falas de Paulo Vanzolini e de Jôfre Corrêa Netto.

Clifford Welch ainda escreve no ano de 2010 o livro “Jôfre Corrêa Netto, capitão camponês (1921-2002)”, uma obra de cunho biográfico, que narra a história de vida e os detalhes da vida e da atuação, partindo inclusive da dificuldade que se teve de se confirmar a exatidão de alguns dados pessoais, destaca a juventude, prisões e destina um enfoque na atuação de Jôfre Corrêa Netto em Santa Fé do Sul, fato que o deixou conhecido nacionalmente.

Portanto, como podemos notar, há uma gama variada de materiais produzidos bibliograficamente sobre a Guerra do Arranca Capim, que vai de dissertações de mestrado a documentário internacional, ou ainda uma peça teatral destacada nacionalmente, é sobre isso que nos referimos na introdução do trabalho, quando destacamos a pergunta que esse autor se fazia: “sempre morei na região, como nunca tinha ouvido falar desse movimento?”, pois na medida que abordamos o movimento, podemos constatar que foram vários os mecanismos que contribuíram para que esse movimento não fosse lembrado em sua integralidade, destaca-se, com certeza a ação do Estado, porém voltaremos a concluir sobre esses mecanismo na parte final do trabalho, mas aproveitamos para destacar que o objetivo deste trabalho é contribuir

para que esses esquecimento não ocorra, e, acreditando que a Educação é um dos principais caminhos e a Sociologia uma das principais ferramentas, destacamos a partir de agora apresentaremos uma hipótese de trabalho a partir de abordagens sociológicas sobre a da Guerra do Arranca Capim.

4.3 Proposta temática para a utilização da Guerra do Arranca Capim no ensino de Sociologia

A proposta constitui-se em materializar o que discutimos bibliograficamente. Gostaríamos de destacar que apresentaremos uma hipótese construída também a partir do nosso estilo e experiência docente, portanto, não se inspira diretamente a um trabalho específico, ou um modelo pronto e acabado, deve ser entendido como um produto desenvolvido a partir do que estudamos ao longo do trabalho, se materializando em uma possibilidade de ter a Guerra do Arranca Capim como subsídios no ensino de Sociologia, alcançando os ganhos pedagógicos que o trabalho com a história local pode propiciar.

Organizamos uma sequência didática pensada em três etapas, compostas por duas aulas de 50 minutos cada uma delas, totalizando 6 h/a, na medida em que apresentaremos o passo a passo da sequência didática, também teceremos comentários e indicações que consideramos pertinentes e que acreditamos que possam resultar em complementação ao que foi descrito.

4.3.1 Primeira etapa: sensibilização e introdução à Guerra do Arranca Capim

Esta primeira etapa, que denominamos sensibilização e introdução ao tema Guerra do Arranca Capim, pois, aqui se trata de um apontamento voltado a mediação do professor, em observar e valorizar o conhecimento prévio que os estudantes possam possuir, pois como estamos tratando de história local, é possível e compreensível que parte dos estudantes possam já trazer consigo algo referente ao movimento ou até mesmo alguma replicação de alguma memória tida como oficial, cite-se, por exemplo quando destacamos a abordagem do livro de memórias de Santa Fé do Sul, ou até mesmo narrativas advindas da memória de familiares, fato também pode ocorrer na abordagem da história local. Também será apresentado um texto norteador de base bibliográfica para a introdução e descrição da Guerra do Arranca Capim como um movimento social de luta pela terra, a partir de uma colocação sobre o início do conflito, motivações, líderes e desfecho.

Aula 01 – 50 minutos

Para esta primeira aula, aconselhamos que seja iniciada com perguntas impulsionadoras, que aqui entendemos por descrição, aquelas perguntas que levem os estudantes a efetuar exercícios mentais que direcionam a memória e uma eventual bagagem sobre o tema a ser abordado.

Conteúdos

- Sensibilização sobre a Guerra do Arranca Capim;
- Perguntas que podem ser utilizadas: Você já ouviu falar sobre a Guerra do Arranca Capim?
- Você sabia que Santa Fé do Sul já foi palco de um grande conflito agrário?

Orientações/recursos

Aparentemente perguntas simples, que podem ser expostas na lousa ou até mesmo efetuadas apenas oralmente, promovendo que os estudantes busquem acessar os processos mentais ligados à memória, ou ainda causar surpresa, especialmente pela palavra “guerra” àqueles que nunca tinham ouvido falar sobre o tema. Pois bem, são justamente os relatos daqueles que já ouviram falar algo sobre o movimento, ou na surpresa e até mesmo espanto daqueles que não imaginariam que ocorreu um conflito em Santa Fé do Sul, que emerge o ponto inicial que dará o contorno e progressão da sequência didática.³⁶

Objetivos da aula

- Valorizar os conhecimentos prévios dos estudantes;
- Despertar a curiosidade sobre a Guerra do Arranca Capim;
- Instigar o protagonismo dos estudantes na busca por informações sobre a Guerra do Arranca Capim.

Avaliação/encerramento

Essa primeira aula pode ser encerrada com a escuta dos estudantes mediada pelo professor, momento em que ocorrerá essa troca mútua. Também é interessante a indicação que os estudantes repliquem essas perguntas impulsionadoras a familiares, vizinhos, quem resida

³⁶ Destacamos que esse parágrafo contém contornos da experiência já vivenciada por esse autor. Entre os anos de 2019 e 2020, atuei como professor contratado da rede estadual de São Paulo, atuando por um período na cidade de Santa Fé do Sul, onde tive a oportunidade de trabalhar ainda que de forma mais superficial do exposto aqui, com a Guerra do Arranca Capim, portanto essas expressões ou situações esperadas pelos os estudantes tem relatos advindos dessa experiência.

há mais tempo na região, pois esse exercício também será valioso para a sequência, bem como favorece a ação protagonista dos estudantes.

Aula 02 – 50 minutos

Nessa aula, objetiva-se contextualizar novas informações eventualmente encontradas pelos estudantes, bem como a apresentação de um texto norteador para balizar e introduzir a Guerra do Arranca Capim a partir da bibliografia construída.

Conteúdos

- Apresentação de texto: A Guerra do Arranca Capim;
- A Guerra do Arranca Capim como movimento social de luta pela terra.

Orientações/recursos

No primeiro momento dessa aula é ideal que o professor comece indagando, e dessa forma oriente os estudantes a socializar novas informações sobre a Guerra do Arranca Capim, a partir da sensibilização da aula anterior, e dessa forma orientar que os estudantes socializem novamente.

Posteriormente, o professor pode apresentar um texto norteador com um resumo geral sobre a Guerra do Arranca Capim, aqui indicamos utilizar fragmentos a partir dos autores que destacamos na seção 4.2 do nosso trabalho. Apresentaremos uma proposta a partir de Vera Lucia Michalany; Nazareth dos Reis; Clifford Andrew Welch, que poderá ser disponibilizada e lida coletivamente.

Texto norteador: A Guerra do Arranca Capim

A Guerra do Arranca Capim foi um movimento social de luta pela terra, ocorrido em Santa Fé do Sul, entre as décadas de 1950 e 1960, onde um fazendeiro, conhecido como Zico Diniz, recebeu da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização (CAIC) terras como forma de pagamentos de dívidas. Essas terras estavam em grande parte em forma de matas e bosques, sendo assim o fazendeiro decidiu escolher três pessoas de sua confiança que organizariam o processo de arrendamento, passando assim a receber famílias de várias regiões, especialmente do Nordeste, inicialmente contendo 300 famílias, chegando a conter um total de 800 famílias (Chaia, 1997).

Os contratos inicialmente foram elaborados de forma oral, e existia o combinado entre as partes que o período de arrendamento deveria ser de cinco anos. Nesse período os

arrendatários deveriam efetuar a derrubada e poderiam plantar por cinco anos, devendo no quinto ano plantar Capim Colonião e deixar as fazendas. Entretanto, quando o fazendeiro notou que uma parte de suas terras já estava aptas para o plantio de capim, passa a tomar medidas como expulsar os arrendatários, queimar seus barracos, plantar capim na lavoura deles (Reis, 1990).

Em meio ao processo de expulsão dos arrendatários chega em Santa Fé do Sul, Jôfre Corrêa Netto, que passa a organizar um movimento de resistência, liderando os arrendatários. Um dos atos de resistência que caracteriza o movimento, foi que Jôfre reunia os arrendatários no período noturno, e munidos de ferramentas diárias, arrancavam o capim que o fazendeiro havia mandado plantar na lavoura dos arrendatários, originando assim o nome do movimento “Guerra do Arranca Capim” (Welch, 2010).

O movimento vai chegar ao fim, após ação promovida pelo Estado, representado na figura de Paulo Vanzolini que vem a Santa Fé do Sul e passa a desmobilizar o movimento, transferindo arrendatários para outras fazendas ou até mesmo comprando a saída dos arrendatários com sacas de arroz imprestáveis para plantio (Perrine e Welch, 2001).

Objetivos da aula

- Colocar os estudantes em contato com bibliografia sobre a Guerra do Arranca Capim;
- Apresentar a Guerra do Arranca Capim de uma maneira geral, destacando motivações, líderes e desfecho do movimento.

Avaliação/encerramento

Após a leitura do texto, se faz importante que professor abra espaço para ouvir a compreensão dos estudantes, para notar se a leitura atingiu o objetivo de fazer transparecer em linhas gerais o movimento, visto que esse é apenas um texto introdutório que fornece a base para a compreensão da atividade da próxima etapa, onde os estudantes terão acesso ao documentário *Grass War!*

Sugerimos que oriente os estudantes a pesquisarem sobre os trabalhos utilizados no texto, para buscarem informações adicionais e também conhecerem os autores citados.

4.3.2 Segunda etapa: recursos audiovisuais, o documentário *Grass War! Peasant Struggle in Brazil*

Na segunda etapa, a proposta é enriquecer o debate a partir de recursos audiovisuais. Indicamos a apresentação do documentário *Grass War! Peasant Struggle in Brazil*, de autoria

e produção de Toni Perrine e Clifford Welch, acompanhado de uma atividade de produção textual para sintetizar e materializar às análises.

Aula 03 – 50 minutos

No primeiro momento da aula, se faz importante o professor apresentar uma introdução sobre os autores e os elementos retratados no filme, além de dispor um pequeno roteiro inicial com indicações que possibilite aos estudantes questionar os pormenores intrínsecos bem como interrogar-se sobre os personagens.

Conteúdos

- Apresentação do documentário: *Grass War! Peasant Struggle in Brazil*.

Orientações/recursos

Deve-se situar o período em que o documentário é publicado, sendo no ano de 2001. Apresentar Clifford Andrew Welch como um importante pesquisador da temática dos conflitos agrários, consolidando-se como o pesquisador que se dedicou a estudar a Guerra do Arranca Capim em diversos trabalhos. Além disso, é importante destacar que o documentário foi lançado nos Estados Unidos da América, para que os estudantes compreendam o motivo da tradução que existe em alguns momentos e a legenda fixa em inglês que percorre todo o documentário.

Destacamos que devido à especificidade desta aula, demandará a disponibilidade de aparelho tecnológico que possa reproduzir vídeo e som.

Roteiro para orientar a análise dos estudantes:

Informações sobre o documentário: filme documentário, lançado em 2001, que trata de uma luta pela terra em Santa Fé do Sul, no noroeste do estado de São Paulo, entre 1959 e 1963. Ganhou o prêmio da LASA e distribuição pelo Cinema Guild, Nova Iorque. 34 minutos.³⁷

- Qual a intenção dos autores em produzir o documentário?
- Qual o período retratado no documentário?
- Qual o período de lançamento do documentário?

³⁷ Informações organizada por Clifford Welch na descrição do documentário, disponível em seu canal em plataforma de vídeos online.

- Observe atentamente todas as falas, porém analise o contraste entre as falas de Jôfre Corrêa Netto, Paulo Vanzolini e Joaquim Nogueira.

Objetivos da aula

- Possibilitar que os estudantes observem a Guerra do Arranca Capim a partir do relato de pessoas que estiveram presentes no movimento com a contribuição de pesquisadores;
- Possibilitar que os estudantes possam ter uma maior compreensão do movimento a partir da análise e uma representação visual dos fatos (alertando sobre as intencionalidades e também sobre o fato de estarmos analisando memórias).

Avaliação/encerramento

Observando a organização do tempo, entre a introdução realizada pela fala do professor, organização da mídia e tempo necessário para o documentário, acreditamos que a aula seja encerrada junto do documentário, sendo assim a avaliação desta aula fica designada somente a observação do professor durante o desenvolvimento do documentário.

Aula 04 – 50 minutos

Esta aula é voltada para a discussão oral em conjunto sobre o documentário bem como reservada para uma produção escrita dos estudantes.

Conteúdos

- Socialização sobre o documentário *Grass War! Peasant Struggle in Brazil*;
- Produção de síntese textual sobre o documentário.

Orientações/recursos

A aula pode ser iniciada solicitando para que os alunos que assim desejarem, expressem suas observações sobre a análise do documentário, podendo seguir o roteiro apresentado. Se necessário, pode-se delimitar um tempo de fala, de 1 a 2 minutos, a depender da quantidade de estudantes da sala.

Posteriormente, deve ser solicitado aos estudantes que produzam uma síntese textual sobre o documentário, registrando-se também a possibilidade de utilizar as observações repensadas a partir da fala dos colegas durante a socialização, incentivando assim, a construção do conhecimento de forma colaborativa.

Objetivos da aula

- Trabalhar a habilidade argumentativa e crítica;
- Possibilitar análises visuais e de diferentes tipos de discursos.

Avaliação/encerramento

A avaliação e o encerramento desta aula ficam direcionadas à observação e mediação do professor durante a socialização oral, bem como na análise da produção textual dos estudantes.

4.3.3 Terceira etapa: a arte como expressão, Poema da terra e a peça Mutirão em Novo Sol

No intuito de trabalhar e diversificar as fontes, e também procurando demonstrar a amplitude da Guerra do Arranca Capim, nesta etapa trabalharemos com fragmentos do Poema da Terra, de Olímpio Pereira Machado e também com a peça teatral Mutirão em Novo Sol.

Aula 05 – 50 minutos

Nessa aula utilizaremos fragmentos do poema produzido por Olímpio Pereira Machado para que os estudantes notem que os elementos citados no texto norteador da aula 02 e assistidos no documentário da aula 03, podem ser agora lidos nos versos de Olímpio.

Destacamos que selecionamos os fragmentos a partir de nossa interpretação, porém aqueles que desejarem organizar-se a partir da própria seleção, informamos que o poema se encontra na íntegra, no Anexo B deste trabalho.

Conteúdos

- Poema da Terra;
- Peça: Mutirão em Novo Sol

Orientações/recursos

Inicialmente, o professor deve fazer um comentário sobre o poema, destacando que o poema foi produzido por um arrendatário, que vivia os acontecimentos da Guerra do Arranca Capim, sendo então alguém que se utilizou da poesia para denunciar o que os camponeses estavam vivenciando na fazenda, e em Santa Fé do Sul de maneira geral. Também é de importância a apresentação da história do processo criativo da peça Mutirão em Novo Sol, de autoria de Nelson Xavier e Augusto Boal, apresentada em 1961.

Segue a organização para apresentação aos estudantes:

Poema da Terra, de Olímpio Pereira Machado (fragmentos)

Mesmo com pouca poesia
De pequenina instrução
Vou descrever nestes versos
Como nasceu a Associação
Que em Santa Fé foi creada
Com dura e forte opressão (p. 190)

Mas, o dinheiro é terrível
O Deus do mal, nele encerra
Que diante suas tentações
Até a justiça se emperra
O torto fica direito
E o direito cai por terra (p. 191)

O que a nos vem sucedendo
Processos, condenação
Para efeito de uma causa
Desmembrar nossa união
Pois reunidos nós aprende
A lhes fazer reação (p. 191)

Na fazenda de Zico Diniz
Fazendeiro maior do sertão
Rebentou uma greve arrancando
De entre as roças o capim colônia
Um capim que somente a maldade
De um ferós ou cruer fazendeiro
Plantaria nas roças de arroz
De arrendantes e pobres roceiros (p. 191)

O contrato da fazenda
É uma forma verbal
E a Justiça sabendo-o
Mas não “ligou” em provar
Procurando sempre o jogo
De o prepotente salvar (p. 192)

E o capim matou as roças
Antes dos pobres colher
Muitos coitados ficaram
Sem recursos prá comer
Crianças morrem à mingua
Sem remédios prá beber (p. 192)

Contingentes policiais
Com fuzis, metralhadoras
Desembarcaram em Rubinéia

Procurando os invasores
Ficavam desapontados
Sem disto encontrar rumores (p. 192)

Queimavam casa com tudo
E os pobres saiu sem nada
Alguns doentes com febres
Saiu prá morrer na estrada
O que aconteceu a uma pobre
Que ficou louca coitada (p. 193)

Uma Mulher em gravides
Onde as dores se refletem
Deu à luz a criancinha
Na estrada, a pobre da Ivete
Que o cordão umbilicar
Foi cortado a canivete (p. 193)

Mutirão em Novo Sol, de Nelson Xavier e Augusto Boal (apresentação)

A peça Mutirão em Novo Sol, obra de Nelson Xavier com coautoria de Augusto Boal, foi escrita em 1961 no Teatro de Arena de São Paulo. A elaboração do texto ocorreu após uma reunião com o líder Jôfre Corrêa Netto, fundamentada nos relatos deste acerca das condições enfrentadas pelos arrendatários em Santa Fé do Sul. A peça foi apresentada inicialmente em São Paulo e posteriormente em Belo Horizonte, durante o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, realizado também em 1961.

Na obra, os personagens têm seus nomes substituídos por nomes fictícios, tendo em seu enredo principal um julgamento que simula em todos elementos o que Jôfre narrou aos autores sobre o que estavam enfrentando em termos de violência e ação imparcial da justiça em Santa Fé do Sul.

Objetivos da aula

- Promover uma análise dos acontecimentos da Guerra do Arranca Capim da poesia do arrendatário Olímpio Pereira Machado;
- Demonstrar como a arte foi utilizada para expressar e denunciar a situação vivenciada pelos arrendatários.

Avaliação/encerramento

Para finalização dessa aula, propõe-se uma análise dos fatos narrados por Olímpio, sobretudo o destaque para as questões sanitárias, a violência e a ação dos agentes do Estado. Além de indicar que os estudantes façam uma pesquisa bibliográfica sobre Nelson Xavier e Augusto Boal.

Aula 06 – 50 minutos

Esta é a aula na qual encerramos essa sequência didática. Portanto, se trata da culminância e debate sobre a Guerra do Arranca Capim, a partir das aulas anteriores, nas quais buscamos trabalhar com variedade de abordagens.

Conteúdos

- A Guerra do Arranca Capim, entre memórias e silenciamentos.

Orientações/recursos

Para a condução final desta sequência didática, orienta-se a organização da sala em formato de roda e a construção de um debate que aborde a Guerra do Arranca Capim, bem como a experiência de trabalhar com as diversas abordagens e fontes apresentadas.

Importante que essa reflexão final tenha dois pontos centrais. Primeiramente a discussão sobre os elementos que estiveram presentes na Guerra do Arranca Capim e os fatores que propiciaram que um movimento de tamanha magnitude quase não fosse lembrado localmente e a quem interessa e interessou esse esquecimento e, o segundo ponto, deve-se estabelecer uma contextualização com os atuais movimentos de luta pela terra, sejam eles a luta dos povos indígenas, quilombolas ou até mesmo os movimentos sociais de massas populares, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Espera-se que os estudantes compreendam como a questão da terra no Brasil é enraizada sob uma estrutura desigual e que o modo operante das elites e do Estado se moderniza, mas não se modifica, por exemplo, a intervenção militar ocorrida na fazenda do Bosque e a tentativa de assassinato que Jôfre sofreu, não foram uma eventualidade, é assim que aconteceu, acontece e possivelmente continuará a acontecer até que aconteça uma verdadeira reforma agrária.

Objetivos da aula

- Realizar a culminância final da sequência didática.

Avaliação/encerramento

A avaliação final será a partir da análise das explicações e falas dos estudantes. Caso o professor perceba que não houve o alcance de algum dos objetivos iniciais desta sequência didática, aconselha-se a retomada dos tópicos necessários. Ainda indicamos a elaboração de trabalhos que possam estimular os estudantes a agir como agentes para levar o conhecimento da Guerra do Arranca Capim à comunidade escolar, como por exemplo propor uma releitura da peça Mutirão em Novo Sol.

4.4 As temáticas sociológicas presentes na Guerra do Arranca Capim

A abordagem direcionada sobre a Guerra do Arranca Capim, organizada na sequência didática apresentada, demonstra como a história local pode ser trabalhada nas aulas de Sociologia. Mas, o trabalho com a história local e nesse caso específico da Guerra do Arranca Capim não produz somente ganhos intelectuais e pedagógicos sobre o movimento em si. Claramente a atividade também buscou exercer esse papel, mas trata-se da possibilidade de refletir sobre temáticas sociológicas que estão intrínsecas e indissociáveis do movimento social estudado.

Objetivando demonstrar como essas temáticas compõe a Guerra do Arranca Capim, organizamos a tabela a seguir, onde destacamos: coluna a), temáticas que constam nos objetos de conhecimento da disciplina de Sociologia, no Currículo Paulista, etapa do ensino médio (2020); e coluna b), apresentando eventos/ações ou abordagens da Guerra do Arranca Capim que possibilitam o trabalho com a temática apontada na coluna anterior.

Quadro 4 – A Guerra do Arranca Capim no Ensino de Sociologia

a) Temáticas/objetos do conhecimento	b) Eventos/ações/abordagens da Guerra do Arranca Capim
Movimentos sociais	A organização dos arrendatários enquanto classe; interesses conflitantes entre os arrendatários e o latifundiário; atuação do líder Jôfre Corrêa Netto; fundação da Associação dos Lavradores de Santa Fé do Sul; atuação do Estado; organização política e atuação do PCB

Diferentes formas de manipulação da informação na sociedade; imparcial, tendencial e ideológica	Atuação do juiz e do delegado de Santa Fé do Sul; atuação de Paulo Vanzolini ao introduzir infiltrados em meio aos arrendatários
Formas e dimensões da violência: física, psicológica e simbólica	Violência física; expulsão e queima dos barracos; ameaças sofridas pelos arrendatários
Desnaturalização das formas de desigualdade e intolerância para a promoção dos Direitos Humanos: laicidade, pluralismo e intolerância religiosa; preconceito e desigualdade	A utilização do Poema da Terra e da peça Mutirão em Novo Sol como instrumentos para debater a realidade vivenciada pelos arrendatários.
Direitos Humanos e novas concepções de cidadania; combate às diferenças e às desigualdades	A falta de assistência à saúde e mortalidade infantil na fazenda do Bosque; a luta dos arrendatários para permanecer nas terras; introdução da ideia de Reforma Agrária

Fonte: Elaboração do autor. Objetos de conhecimento consultados no Currículo Paulista, 2020.

Como podemos notar, a Guerra do Arranca Capim fornece uma gama variada de subsídios para o Ensino de Sociologia. Entretanto, o objetivo não é abandonar ou pormenorizar os grandes eventos ou os grandes movimentos sociais usualmente destacados nos materiais didáticos tradicionais, aqui buscamos oferecer uma abordagem do local para o global. Além disso, sob a alçada da história local.

Como demonstrado por Barbosa (2006), o trabalho com história local fornece capacidade de promover uma compreensão mais autêntica, significativa e participativa do passado, conectando os estudantes à sua realidade próxima e fortalecendo a identidade coletiva, valorizando as experiências, os protagonistas e os fatos do contexto onde vivem, a história local estimula o desenvolvimento de um pensamento crítico e reflexivo, permitindo que os alunos reconheçam a sua história e cultura como parte fundamental de sua formação.

Além disso, ela amplia o entendimento do papel ativo do indivíduo na construção da história, favorecendo uma prática pedagógica que valorize fontes diversas, a participação popular e o reconhecimento de múltiplas narrativas, rompendo com modelos tradicionais que muitas vezes negligenciam a história do próprio lugar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve a pretensão de demonstrar como a história local e os movimentos sociais de luta pela terra podem subsidiar pedagogicamente o ensino de Sociologia, sendo desenvolvido e organizado por meio do estudo da Guerra do Arranca Capim.

A elaboração deste trabalho exigiu um diálogo com outras áreas de conhecimento, como a História, além de requisitar um embasamento em nuances necessárias para que seu caminho teórico pudesse ser desenvolvido, como buscar a compreensão da trajetória da Sociologia no Brasil, a questão da terra no Brasil, além da habilidade em indagar diferentes tipos de fontes sobre a Guerra do Arranca Capim.

Fica demonstrado que analisar essas nuances já se constitui em grandes provocações, a própria sobrevivência da Sociologia nos currículos já deve ser encarada como um desafio, entre seus períodos de inserção, retiradas e não obrigatoriedade; unido a isso analisar movimentos sociais de luta pela terra no ensino dessa disciplina é a mão dupla, entre uma estrutura agrária quase inalterada, de privilégio às elites, fortemente desigual, refletindo-se em uma disciplina não valorizada, que tem como papel, justamente tocar nessas feridas e lançar criticidade, algo que certamente não interessa às elites e muito menos aos representantes do Estado.

Entretanto, por falar em Estado, para nós, fica claro que a intervenção do Estado na Guerra do Arranca Capim nunca teve o interesse de resolver o conflito ou minimamente observar a situação das 800 famílias de arrendatários, é transparente que o intuito era livrar às terras para que Zico pudesse criar os bois. Também ficou demonstrado pela análise das fontes que o poder judiciário bem como o poder policial agiu com clara parcialidade. Sendo assim, não houve uma solução, o que ocorreu foi uma desarticulação e um esvaziamento do movimento.

A pesquisa também evidenciou como as mídias desenvolvidas para tratar especificamente das demandas camponesas foram importantes para denunciar e expor as situações de miséria, violência e exploração, que se estabelecia no campo, com destaque ao jornal Terra Livre.

Por fim, o trabalho também revelou que o uso da história local no ensino de Sociologia se coloca com uma importante metodologia, pois possibilita aos estudantes uma inserção na construção social do local, propicia e valoriza o estudante como um agente ativo na construção do conhecimento, possibilita que o estudante possa pesquisar, exercitar a pesquisa oral bem como desvendar aspectos sociológicos além dos eurocêtricos e das temáticas já canonizadas em materiais didáticos. O trabalho com a Guerra do Arranca Capim, por meio da sequência

didática apresentada, foi construído com o objetivo de demonstrar uma hipótese desse trabalho, que além de exemplificar como o professor pode organizar o trabalho específico com a Guerra do Arranca Capim, trouxe possibilidades de se trabalhar inúmeros outros objetos de conhecimentos designados a Sociologia.

Assim, este trabalho se coloca como um exemplo de enfrentamento dos desafios aqui elencados, além de destacarmos que ele também está posicionado a combater não só o esquecimento que se é imposto à Guerra do Arranca Capim a partir do momento que o estado de São Paulo começa a intervir na Guerra do Arranca Capim, até a negativa da autorização para que ele pudesse ser realizado diretamente junto aos estudantes, dentro da escola.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, 76: 49-86, 2009.

ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira; FAGUNDES, José Evangelista; ROCHA, Raimundo Nonato Araújo da (org.). **Reflexões sobre história local e produção de material didático**. Natal: EDUFRRN, 2017.

BALDI, Fabiana; ORSO, Paulino José. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST – educação em movimento. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 50, p. 275-285, maio 2013. ISSN 1676-258.

BARBOSA, Vilma de Lurdes Barbosa. Ensino de história local: redescobrimos sentidos. **SAECULUM Revista de História**. João Pessoa. v. 15. p. 57-85. jul./dez. 2006.

BASTOS, Elide Rugai. **As ligas camponesas**. Vozes. Petrópolis. Rio de Janeiro. 1984.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Versão final. Brasília: **Ministério da Educação**, 2018.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 33-44

BRASIL. Lei nº 11.684, de 2 de junho de 2008. Altera dispositivos das Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 3 jun. 2008.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nº 11.494, de 20 de junho de 2007, nº 11.738, de 16 de julho de 2008, nº 12.061, de 27 de outubro de 2009, nº 12.960, de 27 de março de 2014, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 17 fev. 2017.

BRASIL. Lei nº 14.945, de 31 de julho de 2024. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para definir diretrizes para o ensino médio, e outras leis relacionadas à educação. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1º ago. 2024. Seção 1, p. XX.

BRAUDEL, Fernand. História e sociologia. **Revista de História**. São Paulo, v. 30, n. 61, p. 11-31. 1965. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1965.123302. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/123302>. Acesso em: 10 jan. 2025.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **CPI sobre o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/parlamentar-de-inquerito/57a-legislatura/cpi-sobre-o-movimento-dos-trabalhadores-sem-terra-mst>. 2023. Acesso em: 07 de abr. de 2025.

CHAIA, Vera Lucia Michalany. **Conflitos de arrendatários em santa fé do sul - SP: 1959-1969**. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980.

CHAIA, Vera Lucia M. **Santa Fé do Sul: a luta dos arrendatários**. Caderno AEL. 7, 1997. p. 11-28.

CAVICHIA, Alessandro Henrique; MARTINS, Bruno de Caldas. Guerra do Arranca Capim: Protagonismo de Jofre Correa Netto. In: **Revista Científica do Centro Universitário de Jales**. (Unijales) ISSN: 1980-8925. p. 150-162. 2018.

FABRINI, João Edmilson. A resistência camponesa para além dos movimentos sociais. **Revista NERA**. Presidente Prudente, ano 10, n. 11, p. 8-32, jul./dez. 2007.

FAGUNDES, J. E.; ANDRADE, J. C. S. Pensando a história: noções introdutórias. In: ALVEAL, C. M. O.; FAGUNDES, J. E; ROCHA, R. N. A. (org). **Reflexões sobre história local e produção de materiais didáticos**. Natal: Edufurn., 2017. cap. 1, p. 24-56.

FERNANDES, Antonia Terra de Calazans. Produção e uso do material didático. In: ALVEAL, C. M. O.; FAGUNDES, J. E; ROCHA, R. N. A. (org). **Reflexões sobre história local e produção de materiais didáticos**. Natal: Edufurn., 2017. cap. 9, p. 293-334.

GALVÃO, Andréia. Marxismo e movimentos sociais. **Crítica Marxista**, n. 32, p. 107-127, 2011.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 2 ed. São Paulo. Edições Loyola. 2000.

HIRABAHASI, Gabriel. “Não demarcarei um centímetro quadrado a mais de terra indígena”, diz Bolsonaro. **O Globo**. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/expresso/nao-demarcarei-um-centimetro-quadrado-mais-de-terra-indigena-diz-bolsonaro-23300890>. Acesso em: 07 de abr. de 2025.

HOBBSBAWM, Eric. **Sobre História**. Editora Companhia de Bolso; Edição de Bolso. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário 2017 Resultados Definitivos. **Censo agropecuário**, Rio de Janeiro. ISSN 0103-6157. v. 8, p.1-105, 2019.

LE GOFF. Jacques. **História e Memória**. Tradução de Bernardo Leitão. Editora Unicamp. 5ª Edição. Campinas. 2003

LIMA, Eduardo Alves e BASSO, Isaías. **Santa Fé do Sul: 60 anos de história**. Editora Arantes. Santa Fé do Sul, SP. 2008.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. De como se constrói uma história local: aspectos da produção e da utilização no ensino de História. In: ALVEAL, C. M. O.; FAGUNDES, J. E; ROCHA, R. N. A. (org). **Reflexões sobre história local e produção de materiais didáticos**. Natal: Edufurn., 2017. cap. 2, p. 57-81.

MARTIN, Andrey Minin. Terra, trabalho e família: considerações sobre a (re)criação do campesinato brasileiro nos movimentos sociais rurais. In: STEDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil: interpretações sobre o camponês e o campesinato**. São Paulo: Outras Expressões, 2016. p. 283–308.

MARTINS, Widson Tainan Ros. **Monopolização do território pelo capital e resistência camponesa: as contradições da citricultura na Microrregião Geográfica de Jales**. 2018. 229 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas, Três Lagoas, 2018.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **História dos movimentos sociais no campo**. Editora Fase. Rio de Janeiro. RJ. 1989.

MELUCCI Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? Tradução: Suely Bastos. **Lua Nova**. São Paulo, n. 17. p. 49-66. Jun. 89. 1989.

MURAMATSU, Luiz Noboru. **As revoltas do capim**. Dissertação de mestrado em sociologia apresentada a Faculdade de Filosofia Letras e Ciência da Universidade de São Paulo. São Paulo. 1984.

NARDOQUE, Sedeval. **Apropriação capitalista da terra e a formação da pequena propriedade em Jales–SP**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente - SP. 2002.

NARDOQUE, Sedeval. **Renda da terra e produção do espaço urbano em Jales – SP**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Rio Claro. SP. 2007.

NAMUHOLOPA, Óscar. Movimentos sociais: essência e dinâmica. **Movimentos Sociais**. Vol. 06, n. 09, 2021.

NUNES, Ironilda Viana; BIANCHEZZI, Clarice. O ensino de história local: desafios e superação em uma experiência na escola pública. VII FIPED. **Realize editora**. Campina Grande, v. 1. ed. 4. 2015. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/17633>. Acesso em 16 jan. 2025.

POKER, José Geraldo A. B.; ARBAROTTI, Alexandre E. Movimentos sociais: o que há de novo?. In: SIMONETT, Mirian Cláudia Lourenção (org). **Territórios, movimentos sociais e políticas de reforma agrária no Brasil**. Marília: Editora cultura acadêmica, 2015. cap. 1, p. 17-44.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3–15, 1989.

PORTAL G1. Massacre de Pau D'arco: DPU pede desapropriação de fazenda onde 10 trabalhadores rurais foram mortos no Pará. **Portal G1**. Belém. 26 de agosto de 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2024/08/26/massacre-de-pau-darco-dpu-pede-desapropriacao-de-fazenda-onde-10-trabalhadores-rurais-foram-mortos-no-para.ghtml> Acesso em: 17 de abril de 2025.

REIS, Nazareth dos. **Tensões sociais no campo: Rubinéia e Santa Clara D'Oeste**. 1990. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1990.

ROSAS, Celso Antonio Ramos da Fonseca. **O processo de formação histórico-geográfico do extremo noroeste paulista**. Portal de periódicos do UNIFUNEC. 2012. Disponível: <https://seer.unifunec.edu.br/index.php/rfc/article/view/51/42>. Acesso em: 03 jun 2024.

SÃO PAULO. **Currículo paulista etapa ensino médio**. Secretaria da educação do estado de São Paulo. São Paulo. 2020.

SILVA, Francisca Maria Bezerra da Silva. **Do tempo dos antigos aos tempos atuais: um estudo através de narrativas memoriais da história do quilombo de queimadas em Crateús – Ceará**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional. Universidade Federal do Ceará. 2021.

SILVA, Gabrielle Andrade da. Karl Marx e os movimentos sociais: uma análise sobre os conceitos desenvolvidos pelo pensamento marxista. **Movimentos Sociais**. Vol. 01, jul/dez. 2016.

SILVA JÚNIOR, Wilson; ORNAT, Márcio José; SILVA, Edson Armando. Estado e conflitos pela terra no Brasil: o caso do confronto entre Araupel e o Movimento Sem Terra (MST). **Revista de História Regional**, v. 29, 2024.

SILVA, Luciana Henrique. **Práticas organizativas do MST e relações de poder em acampamentos/assentamentos do estado de São Paulo**. 2007. 212 p. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos. 2007.

SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes Von. Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento. n.6. **Revista acadêmica Augusto Guzzo**. 2003.

SOUZA, Beto. Caso Mãe Bernadete: STF valida provas e restaura condenação de acusado. **CNN Brasil**. São Paulo, 26 de março de 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/nordeste/ba/caso-mae-bernadete-stf-valida-provas-e-restaura-condenacao-de-acusado/>. Acesso em: 17 de abril de 2025.

TOURAINÉ, A. Os novos conflitos sociais: para evitar mal-entendidos. **Lua Nova**, n. 17, p. 5-18, jun. 1989.

VIANA, Nildo. Abordagens sociológicas dos movimentos sociais. **Movimentos Sociais**, v. 2, n. 3, jul./dez. 2017.

WELCH, Clifford Andrew. O atentado: tentando encontrar a história nos relatos de um assassinato que não houve. **Projeto História**, São Paulo, n. 35, p. 63–95, dez. 2007.

WELCH, Clifford. **Jôfre Corrêa Netto, o capitão camponês 1921-2002**. Expressão popular. 2010.

WELCH, Clifford Andrew; PERRINE, Toni. ***Grass War! Peasant Struggle in Brazil: Guerra do capim! luta camponesa no Brasil***. 34 min. 2001.

WIECZORKIEWICZ, Alessandra Krauss. A Sociologia no Ensino Médio: uma análise histórica de suas idas e vindas no currículo escolar brasileiro. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, nº 29, 9 de agosto de 2022.

XAVIER, Nelson. **Mutirão em Novo Sol**. Coautoria de Augusto Boal; colaboração de Amilton Trevisan, Modesto Carone e Benedito Araújo. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015. (Teatro e Sociedade, v. 1).

YIN, Robert K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Penso. Porto Alegre. 2016.

ANEXO A: MODELO DE CONTRATO DE ARRENDAMENTO UTILIZADO NAS FAZENDAS MARIANA E BOSQUE³⁸

CONTRATO DE PARCERIA AGRICOLA

que entre si faz

.....

“São partes contratantes neste instrumento: de um lado, como primeiro contratante arrendatário do Sr. José de Carvalho Diniz por força de contrato de arrendamento entre ele e o Sr. Antonio Barbosa, bastante procurador do Sr. José de Carvalho Diniz, e de outro lado como segundo contratante ou parceiro agricultor, todos brasileiros, lavradores, residentes neste distrito de Rubinéia, do Município de Santa Fé do Sul, neste ato assistidos pelo Dr. Paulo Emilio Vanzolini, da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, pelos diretores da Associação dos Lavradores de Santa Fé do Sul, pelos respectivos advogados e assessores jurídicos, assinando todos as vias deste instrumento e vêm declarar, combinar e finalmente ajustar o seguinte contrato:

1. O primeiro nomeado é arrendatário de uma gleba de alqueires de terras na Fazenda Mariana, do distrito de Rubinéia deste município e destacada aludida gleba a área certa de ...(...)... alqueires da medida comum paulista, área esta vista, já examinada e aceita pelo contratante parceiro agricultor, a quem é entregue, para que este a explore na plantação de cereais ou algodão, tudo mediante as condições que passam a dispor:
2. A área acima referida é cedida ao parceiro agricultor, segundo contratante, para que este a lavre e cultive pelo sistema de parceria agrícola ou de repartição de frutos, de modo que caiba à parceira proprietária a parte de ...(...) sacos de arroz em casca por alqueire, ou seja, ...(...) sacos por toda a área objeto deste contrato. Os frutos restantes, sejam quais forem e qual for a sua quantidade, pertencerão ao parceiro agricultor.
3. A parte dos frutos cabente à parceira proprietária, fixada na quantidade certa, indicada na cláusula anterior, será entregue à mesma ou a seu representante, devidamente autorizado, no carregador da respectiva roça, com frutos secos, abanados e livres de impurezas.
4. Excluída a plantação e cultivo de mamona, que ficam expressamente proibidos, o parceiro agricultor tem a liberdade de dedicar a área que lhe é entregue ao cultivo cereal ou outra cultura

³⁸ Transcrito do trabalho de Muramatsu (1984), p. 282 – 285. O autor extraiu de: Os arrendatários esperam a intervenção do governo, **O estado de São Paulo**, 6-8, 1960, p. 12.

de sua preferência, certo, entretanto, de que qualquer que seja a espécie de cultivo que ali fizer, deverá sempre entregar à parceira proprietária, na espécie combinada na cláusula anterior.

5. Fica estabelecido que o parceiro agricultor só poderá retirar a sua colheita da fazenda depois que entregar à proprietária primeira contratante a parte fixa que a esta lhe cabe por força deste contrato. Uma vez satisfeita essa obrigação, tem o parceiro agricultor a liberdade de movimentar os frutos que lhe cabem na colheita e deles livremente dispor, ressalvado apenas o direito de preferência de compra no item seguinte.

6. A parceira proprietária tem preferência, em igualdade de preço e condições de terceiros, na compra dos frutos cabentes ao parceiro agricultor que, para este fim deverá na época de venda fazer a oferta da mercadoria, indicando preço e condições de compra ofertados por terceiros.

7. PRAZO: – O presente contrato é feito pelo prazo de um ano ou uma safra agrícola, a começar em 1º de setembro fluente e a terminar com a colheita que deverá estar finda até 15 de julho de 1960. Declaram os contratantes que o prazo aqui referido constitui prorrogação do contrato findo entre as mesmas partes, e deixam claro que ficam revogadas todas e quaisquer combinações anteriores que colidirem com o que aqui está disposto.

8. DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO PARCEIRO AGRICULTOR: – Além dos referidos em outros itens, o parceiro agricultor terá, na vigência deste contrato, os seguintes direitos e obrigações:

a) Construir, na área cedida, casa para sua habitação e benfeitorias necessárias à finalidade deste contrato, é seu direito, mas, findo o prazo contratual, não terá direito a indenização nem a retenção das que fizer, podendo, entretanto, retirar a telha e o arame que tiver ali empregado;

b) Construir poço ou cisterna contígua à casa é seu direito, mas fica obrigado a entupi-lo ou enterrá-lo no final do presente contrato.

c) Animais de custeio – pode o parceiro agricultor manter ou apascentar em piquete que fizer na área cedida os animais necessários ao custeio de sua lavoura. Não poderá, entretanto, deixar animais soltos em qualquer parte da fazenda, pois esta também não se destina a invernadas para estadia ou apascentamento dos aludidos animais.

d) Deverá o parceiro agricultor deixar na divisa de sua lavoura com a do vizinho, o carreador necessário para a livre circulação dos agricultores, dos empregados da propriedade e de veículos necessários à lavoura.

9. A proprietária reserva para si todas as madeiras de lei existentes na área cedida, cujas árvores ou toras não poderão ser queimadas ou danificadas pelo agricultor. Este tem direito a usar das madeiras restantes que existirem na mesma área, uso este exclusivamente para o seu fogão e

construção de benfeitorias (casas, piquetes, ranchos, etc.). Fica expressamente proibido o corte ou derrubada de coqueiros (garirova e macaúba). Infração desta cláusula:

multa de Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros).

10. Proibida a instalação de “vendas”, “botequins”, “bolichos” ou quaisquer estabelecimentos de comércio dentro da área da fazenda e proibido o comércio de bebidas alcoólicas.

11. Proibida a caça e o porte de arma.

12. O parceiro agricultor deverá, na época própria de dezembro deste ano ao final de janeiro do ano próximo, efetuar, na área que lhe é cedida, a plantação de capim colonião. Deverá ser feita observando a distância máxima de 16 palmos entre covas e ruas, contendo, no mínimo, quatro canas ou mudas cada cova.

13. A cessão, sublocação total ou parcial dos direitos deste contrato são permitidas com a anuência expressa da primeira contratante.

14. Findo o presente contrato pela fluência de seu prazo, ou pela sua rescisão por forma prevista em direito, deverá o parceiro agricultor retirar-se do imóvel, independentemente de notificação ou interpelação. Considera-se motivo justo para a rescisão, além dos previstos em lei, a violação de obrigações aqui estatuídas.

15. Cumprindo o parceiro agricultor à risca os termos do presente contrato e retirando-se da fazenda no seu término, terá perdoadas as dívidas que tiver com a primeira contratante, e oriundas do contrato anterior, prorrogado por este, dívidas estas referentes à plantação de capim e renda do ano agrícola que se findou.

Por estarem de acordo, todos assinam o presente em duas vias de igual e para um só efeito.

ANEXO B – POEMA DA TERRA³⁹

Poema da Terra, de Olímpio Pereira Machado⁴⁰

O que narra o meu livrinho
São fatos e realidades
É uma história verdadeira
Sem ter sombras de vaidades
Espero fiques contente
De saber sempre a verdade

E se acaso me duvides
Procure se esclarecer
Pois santa Fé foi um palco
De cenas duras de ver
E meu livro não diz tudo
Do veio a acontecer

Eu espero que outras penas
De mais brilho e mais valo
Me acompanhem nestes fatos
De heroísmo e de horror
De unidade e de luta
Deste povo lavrador

Mesmo com pouca poesia
De pequenina instrução
Vou descrever nestes versos
Como nasceu a Associação
Que em Santa Fé foi criada
Com dura e forte opressão

Foi triste seu despontar
Trouxe amargos dissabores
Mas com provas de união
Dos pequenos lavradores
Que lutaram sempre unidos
Contra todos opressores

Esta entidade nascera
De alguns poucos abnegadores
Que na posse do prefeito
Deraldo da Silva Prado
A quem entregue o projeto

³⁹ Transcrito de: **Revista Brasiliense**, n. 36, p. 190–196, jul./ago. 1961. Versão disponível no acervo digital da Memória da Biblioteca Nacional: https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/140481/per140481_1961_00036.pdf. Acesso em 13 de janeiro de 2026.

⁴⁰ Optamos em transcrever o poema em sua literalidade, mantendo-se assim os lapsos gramaticais e às expressões e marcas orais de Olímpio.

Pedido foi aprovado

Logo após sua posse
Tendo a sua permissão
Nós reunimos os lavradores
Fundamos uma Comissão
E Lavramos uma ata
De acordo à Lei da Nação

Que caminhava em sucesso
Pra fundar a Associação
Sendo forte e prestigiada
Dos lavradores do Sertão
Cuja amizade espantava
Os que quer escravidão

Que não viam com bons olhos
A ideia dos lavradores
Que instruindo-se nas Leis
Foi mostrando os seus valores
E aos poucos reagiam-se
Contra os patrões opressores

Mas, o dinheiro é terrível
O Deus do mal, nele encerra
Que diante suas tentações
Até a justiça se emperra
O torto fica direito
E o direito cai por terra

E é isto que realmente
Os lavradores vem sofrendo
O que afirmo, com coragem
Enquanto estiver vivendo
Pois enxerguei com meus olhos
Injustiças, tão tremendas

É triste e amarga esta vida
Dos pequenos lavradores
Que ingênuos e analfabetos
Sofrem os mais tristes horrores
Do latifúndio usuário
Tão prepotentes, traidores

Que lhes furtam implacáveis
Lhes deixando sem comer
Com frieza e ingratidão
Fazem isto suceder
Se reagem? Eu lhes digo
Do que pode acontecer

O que a nos vem sucedendo
Processos, condenação
Para efeito de uma causa
Desmembrar nossa união
Pois reunidos nós aprende
A lhes fazer reação

Se o leitor operário
Em peço a tua atenção
A união é o forte escudo
Contra a espada da traição
Que desferem contra nos
O opressor, o tubarão

E ainda com sofrimento
Lutemos pela união
Só esta vem libertar
Operário da opressão
Ensine isto ao teu colega
Lavrador, que é teu irmão

Só assim conseguiremos
A vencer todo opressor
Ter a vida equitativa
De acordo com o nosso labor
Ter justiça, que mais justa
Garanta ao trabalhador

Do contrário, só desgraças
Fará nos vem sucedendo
E o patrão, batendo palmas
Da miséria escarnecendo
Somente grade união
Pode essa força ir vencendo

Quando os pobres iniciaram trabalhos
Procurando funda a Associação
Financeiros recursos reunindo
Prá Assembléia de nossa Eleição

Na fazenda de Zico Diniz
Fazendeiro maior do sertão
Rebentou uma greve arrancando
De entre as roças o capim colônia
Um capim que somente a maldade
De um ferós ou cruer fazendeiro
Plantaria nas roças de arroz
De arrendantes e pobres roceiros

Que não tinham, a não ser as rocinhas
Mais recursos que se manter
E isto mesmo, coitados perderam
Na verdade que irei descrever

Tinham ainda dois anos em contrato
A explirar na cultura do chão
E este homem munido em jagunços
Sobre as roças plantou colônia

Que estragou todas as suas lavouras
Pois que a greve lhes fôra embargada
Pelo Juiz que despacha o pedido
Requerido do atroz potentado

Alegando um contrato vencido
Em abril desse ano, e ganhou
Ora vejam tamanho absurdo
Que ultraje ao trabalhador, ao labor

E é aí que os processos nasceram
Procurando abafar a Associação
Pois seus membros gritavam justiça
Em clamores para toda a nação

O contrato da fazenda
É uma forma verbal
E a Justiça sabendo-o
Mas não “ligou” em provar
Procurando sempre o jogo
De o prepotente salvar

Assim o fazendeiro
Por meio do advogado
Faz falsa petição
Que apresenta ao Magistrado
Petição que as testemunhas
Só podiam ser compradas

Contrato Agrícola Vencer?
Em mês de abril? Vejam bem.
Que falsidade espantosa
Procurem encará-la bem
Pois o Juiz, mais que depressa
Despacha; e o embargo advem

Antes de iniciar a greve
Foram ao Juiz reclamaram

Pedindo as Leis em defesa
Contra a ação do proprietário
E este não deu ouvidos
Aos pobres arrendatários

O contrato da fazenda
Forma ilegal no Paiz
Serviu-lhe prá dar-lhe forças
De amoldal-o como quis
Eis o absurdo, no prazo
Da petição ao Juiz

E o capim matou as roças
Antes dos pobres colher
Muitos coitados ficaram
Sem recursos prá comer
Crianças morrem à mingua
Sem remerdios prá beber

Enquanto isso decorre
Sofrimento sem cessar
Sem trabalhos sem recursos
Sem poderem se mudar
O patrão inda promete
Deles todos despejar

Calúnias de toda espécie
Contra todos são surgidas
Eram todos invasores
Pobre classe perseguida
Queriam tomar-lhe a fazenda
Que mentira descabida

Contingentes policiais
Com fuzis, metralhadoras
Desembarcaram em Rubinéia
Procurando os invasores
Ficavam desapontados
Sem disto encontrar rumores

Mas isso serviu o ambiente
Dos fortes caluniadores
Para forjar-se os processos
Sobre nós agitadores
Culpando a novel Entidade
Da Associação de Lavradores

As nossas Autoridades
Gostaria eu perguntar?
Das outras vezes passadas

Quem é que foi agitar
D'aquela espetáculo horrível?
Trinta e seis rancho a queimar!

Em mil novecentos e trinta e seis
Esta praça foi plateia
Da mais terrível das cenas
Que consternou Rubinéia
Naquele horrível despejo
Mais triste das “epopeas”.

Neste século de Cultura
Ver tanta bestialidade?
Provocadas por humanos
Nos revolta de verdade
E este Zico em sangue frio
Assistindo as crueldades

Com esses pacatos roceiros
Nossos irmãos, nossa raça
Que fugiam espavoridos
Vendo suas casas em fumaça
Que os policiais punham fogo
As ordens desse “Carcassa”

Queimavam casa com tudo
E os pobres saiu sem nada
Alguns doentes com febres
Saiu prá morrer na estrada
O que aconteceu a uma pobre
Que ficou louca coitada

Uma Mulher em gravides
Onde as dores se refletem
Deu à luz a criancinha
Na estrada, a pobre da Ivete
Que o cordão umbilicar
Foi cortado a canivete

Despejavam querosene
Esse homem e os policiais
E depois ateavam fogo
Para ver as espiraes
Da fumaça que subia
Da queima dos cereais

Dava arrepios na gente
Essa forma de terror
E esses crimes até hoje
Conservam-se num compressor

For isso faço a pergunta
Quem será o agitador?
Será estranha esta greve?
Do capim o povo arrancar
Pois com um patrão dessa forma
Isto não é de estranhar
E a justiça a de sentir
Que esta greve foi legal

A tempos deu-se outra peor
Contra o mesmo “Pedro sem”
Em que o povo desesperado
Lhe queimaram um armazém
Repleto em mercadorias
Como acinte a quem não tem

Coitados passando fome
Na fazenda trabalhavam
E o patrão não os suprimdo
Como os contratos rezavam
Ficaram indignados
Diante as misérias em que estavam

Como veem destas causas
Só revolta pode dar
E os pobres que não tem culpa
Em processos vem penar
E o patrão que é criminoso
A justiça a encapar

A agitação que fisemos
Foi de tudo denunciar
Essas grandes injustiças
Que os pobres vinha esmagar
Como tamanha crueldade
Que dava horror, presenciar

A agitação que fizemos
Foi pedir a intervenção
Com que o nosso Governador
Apaziguou toda a questão
Nos dando contratos escritos
Trouxe o rico na Razão

Nós trabalhamos nas Leis
Procurando defender
Os pobres arrendatários
De em misérias perecer
Nas unhas de um fazendeiro
Que judiava por prazer

O representante do Governo
Acompanhou a Associação
Distribuindo os contratos
Que acalmou nosso Sertão
E pode ser testemunha
Se isto é verdade ou não

E qual foi a testemunha
Que provou a agitação
Que trouxe nós condenados
Nas grades de uma prisão
Ou não se pode a verdade?
Dizer-se em nossa Nação

O que houve foi de fato
Contra nós perseguição
Só que visse as injustiças
Que sofreu a Associação
Delegados e policiais
Perseguir a fundação

Fizeram quanto possível
Prá impedir nossa eleição
Aterrorizam o povo
Prá não ir na reunião
Mas, mesmo assim com sucesso
Foi fundada a Associação

Um terror que foi levado
Até as portas do salão
Onde o povo se reunia
Num interesse em distinção
E a Assembleia foi solene
Caso raro, no Sertão

Cinco mil trabalhadores
Se reuniram com amor
E a Direção da entidade
Foi eleita com louvor
Presente as autoridades
Té mesmo o Governador

Deraldo da Silva Prado
Prefeito Municipal
Dirigiu esses trabalhos
Até a fase final
Na frente de Deputados
E de Líderes Sindicais

Jôfre Correa Netto
Foi eleito Presidente
E grandemente aclamado
Nesta entidade nascente
Que nascera numa festa
Depois de inferno recente

Acredito se não fosse
Respeito as Autoridades
A Reunião sucumbiria
Por ordem do Delegado
Que ficou tão descontente
Aos seus esforços, baldados

Agradeço com amor
Esse nobre Deputado
Doutor Luciano Lepera
Que aplacou o delegado
Todos Líderes Sindicais
Que de nos teve cuidados

Se a polícia perseguia-nos
Contraria a Associação
O leitor faça uma ideia
O que se sofre no Sertão
Os jagunços tinham folga
Prá inventar com nós questão

Jófre, viusse perseguido
Na frente da Associação
Que defendia a classe pobre
Contra o usura do patrão
Foi alvo logo da intriga
Que tramava o tubarão

Acostumados ao domínio
Sistema de escravidão
Estranhavam o combate
E o dever da Associação
E avançaram contra essa
Com artimanha e traição

Procuravam matar Jôfre
Que por milagre escapou
Foi um jagunço mandado
Dois tiros lhe desfechou
E a Associação nesse dia
Com seu sangue Batisou!

Neste crime, tem um fato
Notável de mencionar
Em Santa Fé nesse dia
Não havia um policial
Até o próprio Delegado
Tinha ido viajar

Foi um ato tão sentido
Que insultou os lavradores
Que por pouco não investem
Contra uma ação de traidores
Queriam fazer vingança
Nem que fosse em negras cores

Mas, o jagunço atrevido
Já se tinha refugiado
Juntou-se os nossos conselhos
E os animos foi acalmados
E a paz, ameaçada
Voltou logo ao seu estado

Eis aqui caro leitor
O que nós sofre no Sertão
São fatos que dá vergonha
De referir-se a Nação
Mas é crua realidade
Que sentiu a Associação

Defendendo arrendatários
Do Sr. Zico Diniz
Temos sofrido o diabo
Diante de ações das mais vís
Calúnias negras medonhas
Traições cruéis e sutiz

E por isso eu não acanho
De estar preso e condenado
E previno os lavradores
Que se estejam preparados
Que isto é dar terrôr à classe
Conservando-se escravizados

Ainda que prisioneiro
Eu tenho satisfação
Concertou-se alguma coisa
Com a nossa Associação
E policiais mais decentes
Já existem no Sertão

Pois antes era a desgraça
Com os Jagunços em comunhão
Espancavam os lavradores
Sem nenhuma explicação
E o papel de besta feras
Faziam com seus irmãos

Uma vez prenderam trinta,
E mostraram com que fim
Pois espancando-os gritavam
Sabem porque isto assim?
Por causa da vossa greve
Vão arrancar mais capim!

E a custa de pancadas
Fizeram que os prisioneiros
Gritassem, andando nas ruas
Somos todos macumbeiros
E com isso se desculparam
Daquela prisão traiçoeira

Pois prenderam esses coitados
Sem Justiça e sem Razão
Somente para agradar
Esse rico tubarão
Pois que se achavam reunidos
Num ato de religião

Mas, agora, a diferença
Na polícia, a mais valor
Mais impalcial em justiça
Prá nossa razão se impor
Reconhecendo que o Zico
É um patrão duro e traidor

Se isto aqui nós sofremos
Onde a tudo se esclarece
Façam ideia que os pobres
No Brazil o que padecem
Milhares são as desgraças
Que em sobras desaparecem

É preciso os lavradores
Aprender o nosso exemplo
Somente dentro à unidade
Criamos força e alento
Fazendo valer direitos
Dos colegas, em sofrimento

E ainda que nos persigam
Nos chamem de Comunistas
Sabemos que tudo é golpes
Que aplica os capitalistas
Pois que estando nós desunidos
Batem palmas na conquista

Sou lavrador, desde moço
Amançador de Sertão
Por defender nossa classe
Vim viver nesta prisão
Mas nós todos, estando unidos
Não terá mais isto não

A nossa classe é a mais grande
E que mais sofre a oprissão
Defendei-a os instruindo
No dever de uma União
Buscando o seu Sindicato
Ou então, a Associação.